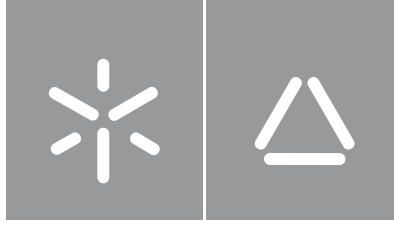


Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Fátima de Jesus Jardim da Silva

**Evolução demográfica da paróquia
de Carvalhal (séculos XVII-XX)**



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Fátima de Jesus Jardim da Silva

**Evolução demográfica da paróquia
de Carvalho (séculos XVII-XX)**

Dissertação de Mestrado
História

Trabalho efetuado sob a orientação do(a)
Professora Doutora Carlota Maria Fernandes dos Santos

DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.

Licença concedida aos utilizadores deste trabalho



Atribuição-NãoComercial-SemDerivações

CC BY-NC-ND

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

Agradecimentos

A investigação que aqui se apresenta é fruto de determinadas ações, sugestões e conselhos de várias pessoas que cruzaram o nosso caminho. Deste modo, gostaríamos, em breves linhas, de deixar algumas palavras de agradecimento às mesmas.

Em primeiro lugar, à Professora Doutora Carlota Santos por ter acolhido tão prontamente o nosso projeto. Pelas suas sugestões, pela partilha de conhecimento e pelas suas palavras de encorajamento nos momentos de tribulação.

Foram várias as instituições a que recorremos com o intuito de obter informação que permitisse complementar os dados de que dispúnhamos. Neste sentido, devemos uma palavra de agradecimento à D. Antónia, ao Sr. Jorge e ao Sr. Filipe, do Arquivo Distrital de Braga, bem como ao Sr. Afonso, do Arquivo Municipal de Barcelos, pela ajuda e simpatia.

O conhecimento da documentação presente no Arquivo Paroquial de Carvalhal deveu-se a várias pessoas, das quais importa mencionar o Pe. Paulo Sá e os membros do Conselho Económico desta paróquia, sobretudo o Sr. Firmino Campinho, pela paciência e disponibilidade que teve para comigo durante a procura e consulta dos registos paroquiais.

Aos meus colegas da Casa de Sarmento nas pessoas de Dr. Antero Ferreira, Alexandra Cerqueira, Dra. Sofia Vaz e Dra. Célia Oliveira, um agradecimento muito especial a todos eles pelas suas palavras de incentivo e confiança que depositaram em mim. No mesmo contexto, tive a sorte de contactar com o Engenheiro Filipe Salgado, ao qual muito tenho a agradecer também, sobretudo pela reunião dos dados presentes no Repositório Genealógico Nacional e tratamento dos mesmos, sem o qual este trabalho não poderia ser concluído.

Às minhas amigas Adriana, Andreia, Bruna Pereira, Bruna Ferreira, Márcia, Ana Catarina e à minha prima Diana, pelos cafés que tantas vezes adiaram pela minha indisponibilidade.

Ao Ricardo por me ter acompanhado nesta etapa académica, pelas longas conversas, pela confiança que diariamente depositou em mim, por ser o amigo e o companheiro de uma longa jornada.

Aos meus pais pela compreensão das minhas ausências e por todo o apoio que me deram. À minha irmã pela paciência que teve comigo nos dias tempestuosos. E, por fim, àquela que me moldou como um vaso um barro, a minha avó e madrinha, pelas suas constantes preocupações e palavras de conforto e de ânimo.

Declaração de integridade

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

RESUMO

Evolução demográfica da paróquia de Carvalhal (séculos XVII-XX)

Esta investigação pretende analisar a evolução populacional da paróquia rural de Carvalhal, inserida no concelho de Barcelos e na região do Baixo Minho. A análise foi desenvolvida através da aplicação da metodologia de “reconstituição de paróquias” (Amorim, 1991), exigindo o levantamento e cruzamento nominativo das informações que constam nos registos paroquiais de batismos, casamentos e óbitos, produzidos entre 1660 e 1911. Este processo deu origem a uma base de dados demográfica e genealógica, já depositada no Repositório Genealógico Nacional permitindo aprofundar os comportamentos das variáveis nupcialidade, fecundidade e mortalidade, numa ótica de longa duração.

No que diz respeito à nupcialidade, foi possível constatar uma tendência para um casamento tardio em ambos os sexos, contrastando com o que tem sido observado na região sul do país. As percentagens de celibato definitivo foram também elevadas tanto nos homens como nas mulheres, facto que estará em grande parte relacionado com o sistema de propriedade no norte do país, que tende a favorecer um dos herdeiros, em particular do sexo feminino, para assegurar a indivisibilidade do património familiar.

As taxas de fecundidade legítima foram baixas ao longo de toda a observação, aproximando-se das que têm sido observadas em outras paróquias da mesma região. No mesmo sentido, foram elevadas as percentagens de nascimentos ilegítimos, assim como uma atitude de aceitação relativamente a estes comportamentos por parte da família.

Apesar de se tratar de uma sociedade pré-industrial, marcada por taxas de mortalidade elevadas e associadas à ocorrência de epidemias e crises de mortalidade, concluímos que os momentos de mortalidade excecional na paróquia não se repercutiram de forma significativa na sua evolução populacional.

Palavras-chave: fecundidade, metodologia de reconstituição de paróquias, mortalidade, nupcialidade e registos paroquiais.

ABSTRACT

Demographic evolution of the parish Carvalhal (17th-20th centuries)

This investigation aims to analyze a population evolution in the rural parish of Carvalhal, inserted in the municipality of Barcelos and in the region of Baixo Minho. The analysis was developed through the application of the methodology of “parish reconstitution” (Amorim, 1991), that requires a survey and a crossing of nominal information contained in the parish records of baptisms, marriages and deaths, between 1660 and 1911. This process allowed the establishment of a demographic and genealogical database, already deposited in the Portuguese Genealogical Repository, allowing to deepen the knowledge concerning the development of the variables nuptiality, fertility and mortality, in a long-term perspective.

For nuptiality, it was possible to observe a trend towards late marriage in both sexes, contrasting with what was observed in the southern region of Portugal. As for percentages of permanent celibacy these were also high in both, men and women, which may be largely related to the property system in the north, which prefer one of the heirs, in particular the female sex, to guarantee the indivisibility of the family heritage.

The legitimate fertility rates were low throughout the observation, it is close to those observed in other parishes in the same region. Similarly, the percentages of illegitimate births were also high, as well as an attitude of acceptance regarding these behaviors on the part of the the family.

Although this is a pre-industrial society, marked by high mortality rates associated with the occurrence of epidemics and mortality crises, we concluded that the exceptional moments of mortality in the parish did not have a significant impact on its population development.

Keywords: fecundity, methodology of parish reconstitution, mortality, nuptiality and parish registers.

Índice de conteúdos

1. Introdução.....	1
2. Metodologia e Fontes.....	3
2.1. Metodologia.....	3
2.2. Fontes.....	5
2.2.1. Fontes primárias	5
2.2.2. Fontes secundárias	7
3. Contextualização histórico-geográfica da paróquia	9
4. Caracterização económica e social	13
5. Evolução populacional	19
6. Nupcialidade	21
6.1. Movimento anual dos casamentos	21
6.2. Movimento sazonal dos casamentos	22
6.3. Estado civil dos nubentes	24
6.4. Viuvez e ulterior casamento	26
6.5. Idade média ao 1º casamento	27
6.6. Naturalidade dos nubentes	30
6.7. Celibato definitivo	34
7. Fecundidade	37
7.1. Movimento anual de nascimentos.....	37
7.2. Sazonalidade dos nascimentos	39
7.3. Repartição dos nascimentos segundo os sexos	40
7.4. Taxas de fecundidade legítima por grupos de idade e idade da mãe ao nascimento do último filho	41
7.5. Influência da idade média da mulher ao casamento nas taxas de fecundidade legítima	45
7.6. Ausência de filhos segundo a idade ao casamento	46
7.7. Espaçamento dos nascimentos.....	47
7.7.1. Intervalo protogenésico.....	48
7.7.2. Intervalos intergenésicos	50
7.8. Número de filhos nascidos por união	52
7.9. Duração das uniões.....	54
7.10. Conceções pré-nupciais.....	55
7.11. Filiação natural.....	56
7.12. Fenómeno da exposição	62
8. Aproximação à mortalidade	64
8.1. Movimento anual de óbitos e crises de mortalidade.....	64
8.2. Sazonalidade ao óbito.....	69
8.3. Esperança média de vida.....	72
9. Considerações finais.....	75

10. Fontes.....	77
10.1. Fontes Manuscritas	77
10.2. Fontes impressas	78
11. Bibliografia	79
12. Anexos	84
12.1. Anexo 1.....	84
12.2. Anexo 2.....	85
12.3. Anexo 3.....	86
12.4. Anexo 4.....	87
12.5. Anexo 5.....	88

Índice de figuras

Figura 1 – Localização de Carvalhal no concelho de Barcelos.....	9
Figura 2 – Genealogia de Ana Maria da Silva.....	60

Índice de gráficos

Gráfico 1 – Movimento anual de nascimentos, casamentos e óbitos.....	20
Gráfico 2 – Movimento anual dos casamentos	22
Gráfico 3 – Sazonalidade dos casamentos	23
Gráfico 4 – Distribuição dos nubentes oriundos do concelho de Barcelos	32
Gráfico 5 – Movimento anual dos nascimentos na paróquia de Carvalhal	38
Gráfico 6 – Sazonalidade dos nascimentos (por períodos)	39
Gráfico 7 – Taxas de fecundidade legítima por grupos de idade (%)	42
Gráfico 8 – Taxas de fecundidade legítima por grupos de idade segundo a idade ao primeiro casamento	46
Gráfico 9 – Local de nascimento dos ilegítimos (1660-1911).....	59
Gráfico 10 – Comparação anual de nascimentos de legítimos, ilegítimos e expostos.....	63
Gráfico 11 – Movimento anual de óbitos (toda a população).....	65
Gráfico 12 – Volume anual de óbitos e regime normal de mortalidade dos maiores de 7 anos	66
Gráfico 13 – Movimento anual de óbitos e crises de mortalidade dos menores de 7 anos	68
Gráfico 14 – Movimento sazonal dos óbitos (toda a população).....	70
Gráfico 15 – Movimento sazonal dos óbitos dos menores de 7 anos.....	71
Gráfico 16 – Esperança média de vida de indivíduos casados (gerações nascidas de 1700 a 1811)	73

Índice de quadros

Quadro 1 – Registos paroquiais de Carvalhal (1660-1911)	5
Quadro 2 – Evolução da população (1706-1911)	19
Quadro 3 – Estado civil dos nubentes	24
Quadro 4 – Estado civil combinado dos nubentes	25
Quadro 5 – Viuvez e ulterior casamento	27
Quadro 6 – Idade média ao 1º casamento (análise longitudinal)	29
Quadro 7 – Idade média ao 1º casamento (análise transversal)	30
Quadro 8 – Naturalidade dos nubentes	31
Quadro 9 – Origem geográfica dos nubentes	31
Quadro 10 – Origem combinada dos nubentes (%)	33
Quadro 11 – Celibato definitivo (observação transversal)	34
Quadro 12 – Repartição dos nascimentos segundo os sexos (por períodos)	40
Quadro 13 – Taxas de fecundidade legítima comparadas	43
Quadro 14 – Taxas de fecundidade legítima por grupos de idade (%) e descendência teórica	44
Quadro 15 – Idade média da mãe ao nascimento do último filho (famílias completas)	44
Quadro 16 – Taxas de fecundidade legítima segundo a idade ao casamento	45
Quadro 17 – Ausência de filhos segundo a idade da mulher ao primeiro casamento (1697-1861)	47
Quadro 18 – Intervalo protogenésico médio (em meses)	48
Quadro 19 – Intervalo protogenésico inferior a um ano (%)	49
Quadro 20 – Primeiro intervalo intergenésico (com exclusão de intervalos > 50 meses)	50
Quadro 21 – Intervalos intergenésicos médios sucessivos em famílias numerosas (1697-1861)	51
Quadro 22 – Intervalos intergenésicos médios	51
Quadro 23 – Distribuição das famílias por número de filhos	52
Quadro 24 – Comparação do número médio de filhos por família em paróquias do concelho de Barcelos	53
Quadro 25 – Duração das uniões conjugais	54
Quadro 26 – Intervalos protogenésicos inferiores a 8 meses	55
Quadro 27 – Filiação natural	57
Quadro 28 – Evolução da percentagem de expostos	62
Quadro 29 – Esperança média de vida de indivíduos casados (gerações nascidas entre 1700 e 1811)	72
Quadro 30 – Esperança média de vida (comparação entre paróquias portuguesas)	73

Lista de abreviaturas e siglas

ADB – Arquivo Distrital de Braga

AMB – Arquivo Municipal de Barcelos

ANTT – Arquivo Nacional Torre do Tombo

APC – Arquivo Paroquial de Carvalhal

Fl. – Fólio

UMinho – Universidade do Minho

1. Introdução

A dissertação de Mestrado que nos propomos apresentar desenvolve-se no âmbito do Mestrado em História, na especialização em Demografia Histórica. Este estudo tem como principal objetivo a análise da dinâmica demográfica na paróquia de Carvalhal, situada no concelho de Barcelos, distrito de Braga, na região do Baixo Minho, desde o Antigo Regime até ao período de transição demográfica (1660-1911).

Este trabalho tem na sua génese a aplicação da metodologia de “reconstituição de paróquias” impulsionada, em Portugal, por Maria Norberta Amorim (Amorim, 1991). A mesma metodologia exige o levantamento das informações fornecidas pelos registos paroquiais de casamento, batismo e óbito que, através do cruzamento nominativo, permitiu construir uma base de dados demográfica e genealógica, aberta à microanálise da nupcialidade, natalidade e mortalidade.

Até ao momento apenas duas paróquias do concelho de Barcelos foram analisadas segundo a mesma metodologia: Alvito S. Pedro, estudada por Fernando Miranda (Miranda, 1992) e Barcelinhos, por Inês Faria (Faria, 1998). Por outro lado, Sebastião Matos publicou um estudo que incide sobre a exposição de crianças na Roda de Barcelos (Matos, 1995). Neste sentido considerámos pertinente alargar este estudo a outra paróquia do mesmo concelho, de forma a verificar se os comportamentos são idênticos ou se existem diferenças.

Além dos registos paroquiais, que serão a nossa fonte primária, a documentação disponível referente à população da paróquia é relativamente escassa, sobretudo para o período anterior ao século XIX. Para uma observação preliminar da evolução populacional carvalhense podemos utilizar como fontes secundárias: a *Corografia portugueza e descripçam topografica do famoso Reyno de Portugal (...)* (Costa, 1706), as Memórias paroquiais¹, os censos (como o de 1801 e de 1849), assim como o *Mappa da divisão parochial da Comarca de Barcelos*². Também no Arquivo Distrital de Braga se conserva o Livro de Testamentos, o qual contém traslados desde 1729 até 1823 e nos permitirá traçar um breve quadro desta sociedade.

No início desta investigação, analisaremos detalhadamente a metodologia utilizada para um maior aprofundamento da mesma. De seguida, procederemos à crítica das fontes, tanto primárias como secundárias. Posteriormente, de uma forma sucinta, construiremos o cenário que serve de base à nossa investigação com o intuito de dar a conhecer a sua história, assim como a sua estrutura económica e social.

A segunda parte do nosso estudo incidirá sobre a análise das variáveis demográficas: nupcialidade, fecundidade e mortalidade. No capítulo da nupcialidade foram realizadas as seguintes análises:

¹ ANTT, Memórias Paroquiais – 1722/1832, *Diccionario geographico de Portugal*, vol. 9, n.º 165, 1758, fl. 1057.

² AMB, *Mappa da divisão parochial da Comarca de Barcelos*, s.d.

sazonalidade dos casamentos, estado civil dos nubentes, a viuvez e eventual novo matrimónio, idade média ao primeiro casamento, origem geográfica dos cônjuges e a percentagem de celibato definitivo.

A análise da fecundidade legítima na paróquia desenvolveu as seguintes questões: sazonalidade dos nascimentos e a sua repartição segundo os sexos, taxas de fecundidade legítima, espaçamento dos nascimentos, número de filhos por casal, duração das uniões, as conceções pré-nupciais, filiação natural e o fenómeno de exposição de crianças na paróquia.

O estudo da mortalidade seguiu os procedimentos anteriormente referidos para as outras variáveis: sazonalidade dos óbitos, observação das crises de mortalidade, diferenciando-se aquelas características dos maiores de sete anos e aquelas dos “anjinhos”, e da esperança média de vida, considerando-se somente os indivíduos casados e maiores de 25 anos.

Através dos estudos que têm sido desenvolvidos para todo o território nacional³ verificámos grandes divergências nos comportamentos demográficos observados na região do Minho e nas restantes regiões de Portugal. Este contexto motivou o estudo de uma paróquia rural do Baixo Minho, visando contestar ou sedimentar as grandes diferenças de comportamentos existentes. Assim, tanto quanto possível, recorreremos a um processo comparativo das tendências identificadas a nível regional e, sobretudo, a nível do concelho de Barcelos.

Futuramente, esperamos poder alargar a metodologia de “reconstituição de paróquias” a outras localidades, no sentido de identificar comportamentos diferenciados no mesmo concelho de Barcelos, pois um maior número de paróquias reconstituídas (rurais, mistas ou urbanas) permitirão afirmar com maior exatidão as dinâmicas observadas no Baixo Minho.

³ Entre outros estudos publicados, citem-se: (Amorim, 1987; Amorim et al., 2010; Faria, 1998; Faustino, 1998, 2014; Miranda, 1992; Santos, 1999, 2004; Santos e Lopes, 2017; Scott, 1999).

2. Metodologia e Fontes

2.1. Metodologia

A demografia histórica, enquanto ciência, é muito recente. Esta surgiu em França e resultou de uma estreita colaboração entre Louis Henry e Michel Fleury, os quais propuseram uma metodologia que consistia na “reconstituição de famílias”, visando uma análise rigorosa de comportamentos e dinâmicas em populações pré-censitárias (Henry, 1956). Partindo desta metodologia, ao longo da segunda metade do século XX, foram publicadas diversas monografias sobre várias localidades francesas.

Em Portugal, a referida metodologia francesa não se verificou muito eficaz, pois não poderia ser aplicada tendo em conta as características dos registos vitais portugueses. Enquanto que na França o apelido era transmitido ao longo de várias gerações, em Portugal tal norma não vigorou. Os nomes, em Portugal, nunca tiveram um padrão que norteasse a sua composição.

A metodologia desenvolvida por Norberta Amorim (Amorim, 1991) privilegia o indivíduo enquanto parte integrante de uma paróquia, inserido numa família e esta por sua vez que vive num determinado local, detentora de alguma propriedade ou não, incide. Considerando a particularidade dos registos paroquiais portugueses, a mesma investigadora desenvolveu uma metodologia que consistia, primeiramente, na constituição da família aquando do nascimento de um filho, legítimo ou ilegítimo, de seguida, no reconhecimento dos cônjuges, completando as informações referentes à naturalidade e eventuais anteriores núpcias, competindo a última fase à difícil identificação dos indivíduos através do registo de óbito devido à ausência de referências familiares.

Utilizando a metodologia de “reconstituição de paróquias”, no âmbito do Núcleo de Estudos de População e Sociedade (NEPS), outrora sediado na Universidade do Minho, foram desenvolvidas várias monografias de índole histórico-demográfica. Mais tarde, outros trabalhos foram realizados através do Grupo de História das Populações (constituído em 15 de maio de 2007), componente do Centro de Investigação Transdisciplinar “Cultura, Espaço e Memória” (CITCEM), sendo que, atualmente, são os investigadores do grupo “Populações e Saúde”, do mesmo centro de investigação, que se debruçam sobre estes temas.

A microinformática adquire uma enorme importância na metodologia de “reconstituição de paróquias”, pois permite o cruzamento dos vários indivíduos devolvendo-nos o encadeamento genealógico dos mesmos. As bases de dados obtidas permitem uma observação da evolução populacional de

⁴ Consulte-se os objetivos deste grupo de investigação em: <https://www.citcem.org/grupos-de-investigacao/ph>

determinadas paróquias e, por conseguinte, um estudo mais aprofundado das dinâmicas estabelecidas entre o indivíduo-família-paróquia em que se insere.

As informações dos indivíduos e das famílias que foram recolhidas a partir dos registos paroquiais de Carvalhal foram integradas no Repositório Genealógico Nacional, o qual tem por objetivo integrar «(...) toda a informação organizada dos registos paroquiais caídos em domínio público [...], acompanhando, em cadeia genealógica, os percursos vitais dentro e fora dos territórios de origem, sem se deter nas fronteiras políticas» (Amorim et al., 2016). Para a observação dos comportamentos seguimos as etapas propostas pelo método de Norberta Amorim: produção de uma ficha para cada indivíduo, produção de uma ficha para cada família, reconstituindo ou não a família e, por fim, revisão e complemento das informações.

A utilização do Repositório dispensou a criação de fichas manuais para as famílias e indivíduos, permitindo uma maior rapidez no tratamento da informação a ser recolhida. Nesta base de dados, na ficha do indivíduo, inserimos as informações básicas recolhidas a partir dos registos paroquiais, não sendo necessário o adiamento ou separação de indivíduos expostos ou ilegítimos, tal como acontecia aquando do tratamento manual dos dados. O mesmo processo foi utilizado aquando da construção dos ficheiros familiares, quer se tratasse de famílias legítimas ou ilegítimas ambas foram introduzidas do mesmo modo. Após as tarefas descritas, colocámos as datas de início e fim de observação, classificando as famílias e os indivíduos segundo a tipologia adotada por Norberta Amorim com o intuito de trabalhar os respetivos indicadores demográficos:

«Tipo 1 – Famílias das quais conhecemos registo de baptismo de todos os filhos, data de casamento, data de nascimento da mulher e data de óbito do primeiro cônjuge falecido.

Tipo 2 – Famílias das quais conhecemos registo de baptismo de todos os filhos, data de casamento, data de óbito do primeiro cônjuge falecido e desconhecemos a data de nascimento da mulher.

Tipo 3 – Famílias das quais conhecemos a data de casamento e a data de nascimento da mulher e desconhecemos a data do óbito do primeiro cônjuge falecido.

Tipo 4 – Famílias das quais conhecemos a data de casamento e desconhecemos a data de nascimento da mulher e a data de óbito do primeiro cônjuge falecido.

Tipo 5 – Famílias das quais conhecemos o nascimento de filhos, a data de nascimento da mulher, a data de óbito do primeiro cônjuge falecido, e desconhecemos a data de casamento.

Tipo 6 – Famílias das quais conhecemos o nascimento de filhos, a data de óbito do primeiro cônjuge falecido e desconhecemos a data de casamento e a data de nascimento da mulher.

Tipo 7 – Todas as famílias que não se enquadram nas classes anteriores e todas aquelas nas quais se detecte sub-registo de baptizados de filhos.

Note-se que alguns nascimentos “perdidos”, podem ser satisfatoriamente “recuperados” se há indicação de idade ao óbito, principalmente no caso de crianças e as fichas respectivas podem merecer outra classificação» (Amorim, 1993, p. 35).

2.2. Fontes

2.2.1. Fontes primárias

A metodologia de “reconstituição de paróquias” exige a recolha da informação contida nos registos de batismo, casamento e óbito, os quais permitiram a construção de uma base de dados demográfica e genealógica. Os livros de assentos consultados encontram-se no Arquivo Distrital de Braga e no Arquivo Paroquial de Carvalhal, no caso do livro correspondente ao ano de 1911, sendo que neste estudo foram utilizados os seguintes:

Quadro 1 – Registos paroquiais de Carvalhal (1660-1911)

Batismos		Casamentos		Óbitos	
Livro	Data de produção	Livro	Data de produção	Livro	Data de produção
Misto n°2	1660-1712	Misto n°2	1660-1693	Misto n°2	1660-1741
Misto n°3	1712-1728	Misto n°3	1695-1759	Óbitos n°1	1741-1878
Nascimentos n°1	1728-1819	Casamentos n°1	1760-1878	Óbitos n°2	1879-1911
Nascimentos n°2	1719-1874	Casamentos n°2	1879-1911	Misto a)	1911
Nascimentos n°3	1874-1888	Misto a)	1911	—	—
Nascimentos n°4	1889-1903	—	—	—	—
Nascimentos n°5	1904-1911	—	—	—	—
Misto a)	1911	—	—	—	—

Fontes: ADB – Livros de registo paroquial de Carvalhal; a) APC – Livro de registo paroquial (1911).

Para a paróquia de Carvalhal, contamos com vários livros de registo, desde o século XVII até inícios do século XX, tal como podemos observar no Quadro 1. Porém, de forma a proceder à sua reconstituição procurámos recolher os registos desde o ano de 1660 até ao ano de 1911, de forma a ser possível a elaboração de um trabalho mais rigoroso.

Analísámos dois livros mistos (que continham assentos dos três atos vitais), bem como oito livros de batismos, casamentos e óbitos com informação separada e em formato digital. O Livro de

Nascimentos n.º 3⁵ e o Livro Misto⁶ que se encontra no arquivo paroquial tiveram de ser consultados pessoalmente pois não estavam digitalizados.

Relativamente ao estado de conservação desta nossa fonte, podemos concluir, de uma forma geral, que todos os registos são legíveis, contudo refira-se que em alguns fólhos é possível identificar algumas manchas de tinta, bem como as consequências da exposição dos referidos livros à humidade. O Livro Misto do ano de 1911 encontra-se um pouco deteriorado, o que pode ser resultado do uso do mesmo⁷.

Considerando as visitas e as consequentes notas escritas pelos vários visitantes assistentes do Arcebispo da Arquidiocese de Braga (Carvalho, 2010, p. 36) podemos afirmar que as mesmas foram importantes porque nos fornecem pistas sobre as lacunas existentes nos diversos assentos, exemplificativo através da seguinte nota do próprio Arcebispo, em 1705: «(...) faça asinar duas test.as q assistirem ao matrimonio, como ja se lhe tem mandado tantas vezes nas visitas passadas»⁸. Estes visitantes estavam encarregados de verificar periodicamente os vários livros de registos e de interrogar alguns paroquianos sobre o funcionamento da Igreja e dos párocos da respetiva localidade. O teor das observações é diverso e são várias as advertências relacionadas com as testemunhas⁹; os ascendentes dos pais das crianças que nasciam (como por exemplo «(...) sendo legitimo, e nao o sendo os avos maternos (...)»¹⁰); os aspetos funerários (locais de sepultura¹¹ e se o defunto realizou ou não testamento¹²), tal como podemos observar em 1763 o visitador pede ao pároco que não descreva as disposições testamentárias do defunto, bem como os legados pios, pois para tal deve existir outro livro¹³.

De salientar que, durante os séculos XVIII e XIX, são raras as observações efetuadas nos livros aquando das visitas, contudo aquelas que são efetuadas concernem ao discurso a ter em conta pelo pároco, tal como podemos verificar na seguinte afirmação realizada em 1763: «(...) depois das pallavras = Com.ca de Braga = dira mais = na lgr^a della = (...)»¹⁴. De referir ainda que, durante o século XIX, assistimos a uma certa uniformização do discurso a ser considerado nos diversos assentos de atos vitais, tal como tem sido adiantado em alguns estudos relativos à população portuguesa (Rodrigues, 2009, p. 303).

⁵ ADB, Paróquia de Carvalhal, Registos de batismos, *Batismos*, 1874-1888.

⁶ APC, *Livro Misto*, 1911.

⁷ Através de alguns discursos de conterrâneos, um número significativo de pessoas teve acesso a este livro, assim como ao próprio arquivo da paróquia. É de salientar que, também, o mesmo arquivo, ao contrário daquilo que disse Teotónio da Fonseca, seja um dos arquivos paroquiais que em melhor estado de conservação se encontra e que alberga um grande conjunto documental. Além dos livros de registo que não apresentam sinais significativos de humidade ou deterioração, o mesmo conserva manuscritos referentes ao quotidiano da freguesia, sobretudo durante a segunda metade do século XX.

⁸ ADB, Paróquia de Carvalhal, *Livro Misto n.º 3*, 1695-1759, fl. 40.

⁹ Veja-se, por exemplo: ADB, Paróquia de Carvalhal, *Livro Misto n.º 2*, 1660-1741, fl. 52; ADB, Paróquia de Carvalhal, *Livro Misto n.º 3*, 1695-1759, fl. 34.

¹⁰ ADB, Paróquia de Carvalhal, *Livro de nascimentos n.º 1*, 1728-1819, fl. 51.

¹¹ ADB, Paróquia de Carvalhal, *Livro Misto n.º 2*, 1660-1741, fl. 100.

¹² ADB, Paróquia de Carvalhal, *Livro Misto n.º 2*, 1660-1741, fl. 89.

¹³ ADB, Paróquia de Carvalhal, *Livro de óbitos n.º 1*, 1741-1878, fl. 25.

¹⁴ ADB, Paróquia de Carvalhal, *Livro de casamentos n.º 1*, 1760-1878, fl. 3v.

2.2.2. Fontes secundárias

Apesar dos enormes esforços empreendidos por diversos monarcas portugueses para um conhecimento do território e para uma mais eficiente administração e controlo do país, as suas tentativas só viriam a produzir frutos através da obra do Padre António Carvalho da Costa, *Corografia portugueza e descripçam topografica do famoso Reyno de Portugal (...)* (Costa, 1706), que contemplava diversos temas, tais como geografia, topografia e a história de cada localidade.

As Memórias Paroquiais, elaboradas entre 1755 e 1758, designação comumente associada ao *Diccionario geographico de Portugal*, constituíram uma das nossas fontes secundárias, sendo que, nas ditas Memórias, se pretende conhecer o número de fogos, bem como o número de habitantes de cada local (em certas paróquias, como é exemplo Barcelinhos¹⁵, o pároco referiu o número de habitantes, bem como o número de menores).

Para um aprofundamento da história da freguesia foi indispensável a consulta das seguintes obras: *Memoria Historica da Villa de Barcellos, Barcellinhos e Villa Nova de Famelicão* (Pereira, 1867); *O Concelho de Barcelos aquém e além-Cávado* (Fonseca, 1987); *Apontamentos para a História de Barcelos* (Ferraz, 2014) e o *Dicionário de Barcelenses* (Pinho, 2017).

Quanto aos aspetos demográficos, podemos enumerar alguns documentos que serviram como fonte secundária de forma a perceber a evolução populacional desta paróquia, tais como o Numeramento de Pina Manique (1798), o Censo de 1801 e de 1849 (Silveira, 2001a, 2001b) e o Recenseamento de 1911 (Portugal – Ministério das Finanças, 1913) Contudo, devemos referir que a análise da documentação do século XVIII e XIX deve ser considerada com reservas, pois os dados que lá encontramos foram obtidos através dos registos paroquiais, os quais revelaram, sobretudo durante o século XVII e inícios do século XVIII, algum subregisto de óbitos dos menores de sete anos (Amorim, 1991, p. 8).

Contudo, através da consulta do Arquivo Municipal de Barcelos foi possível analisar outros documentos que permitem compreender a dinâmica populacional das várias freguesias do concelho, tais como o *Mappa da divisão parochial da Comarca de Barcelos*¹⁶, realizado em 1865, e que nos possibilita conhecer a população naquele ano. Foi também importante a consulta do *Manifesto do Gado*¹⁷, do ano de 1782, que nos fornece informações sobre o quantitativo de cabeças de gado e dos proprietários das mesmas; e do *Índice Geral por freguesias e contribuintes da décima*¹⁸, executado nos inícios do século XIX, através do qual foi possível identificarmos as profissões de alguns indivíduos e introduzir esta informação no Repositório Genealógico Nacional por cruzamento nominativo.

¹⁵ ANTT, Memórias paroquiais - 1722/1832, *Diccionario geographico de Portugal*, vol. 6, nº 32, 1758, 205.

¹⁶ AMB, *Mappa da divisão parochial da Comarca de Barcelos*, 1865.

¹⁷ AMB, Controlo das actividades económicas, Agricultura, *Manifesto do gado do Julgado de Faria*, 1782.

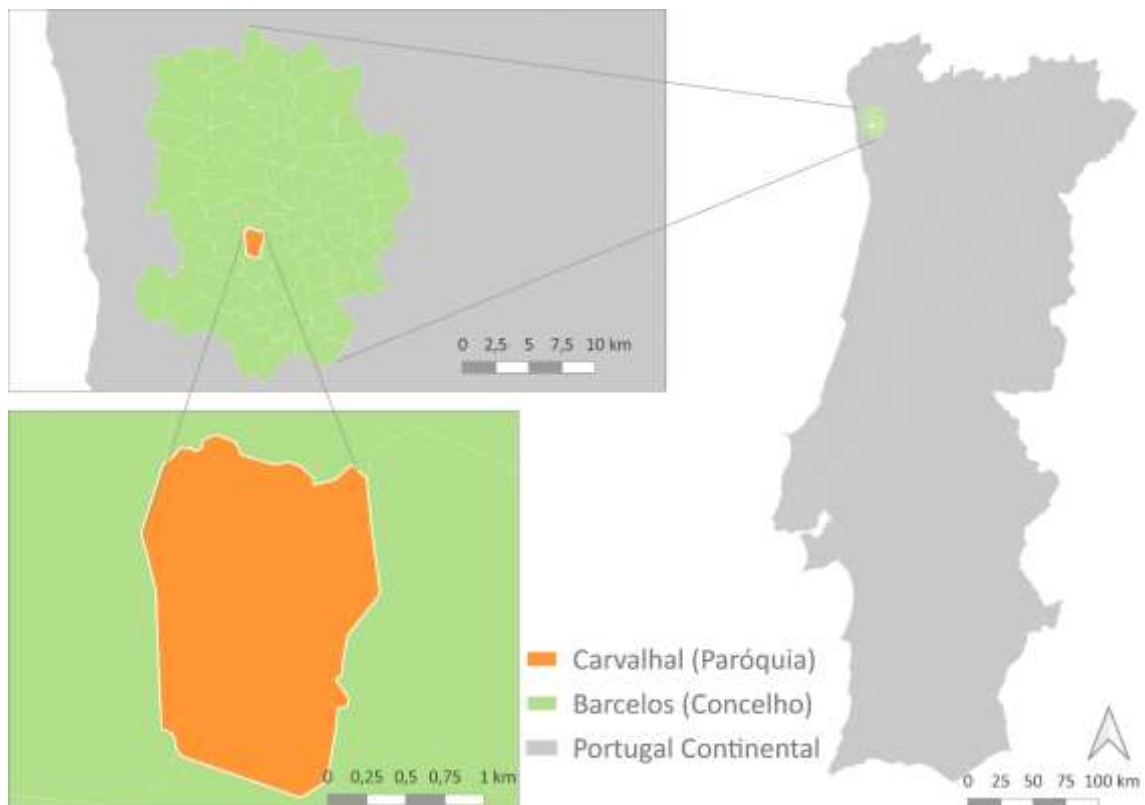
¹⁸ AMB, Impostos, Índice Geral, Décimas, *Índice geral por freguesias e contribuintes da décima*, s.d.

O *Livro de Testamentos*, presente no Arquivo Distrital de Braga, produzido entre 1729 e 1823, possibilitou o enriquecimento da base de dados e a sua análise permitir-nos-á aprofundar as dinâmicas sociais nesta paróquia rural do Baixo Minho, bem como afirmar ou contestar as tendências que têm sido identificadas em vários estudos sobre a região minhota.

3. Contextualização histórico-geográfica da paróquia

A paróquia de Carvalho (localizada a sul do rio Cávado e no sopé do monte da Franqueira) integra, atualmente, o concelho de Barcelos, situado no distrito de Braga, e insere-se na região do Baixo Minho, no norte de Portugal. Confronta com as freguesias de Barcelinhos, Alvelos, Gilmonde e Pereira.

Figura 1 – Localização de Carvalho no concelho de Barcelos



Elaboração: Casa de Sarmento – UMinho.

Atualmente, os lugares que compõem Carvalho são: Pontegãos, Folões, Monte de Cima, Monte de Baixo, Pereiró, Assento, Vila Chã, Marnota, Porto Carreiro e Santa Cruz. Contudo, ao longo dos séculos XVII a XX, através dos registos paroquiais pudemos apurar outros, tais como: Barge, Bouça, Igreja, Jardim, Longras, Medros e Penedos. À exceção do lugar da Barge, todos os restantes deram origem a nomes de ruas.

O lugar de Medros, atualmente inserido na freguesia de Barcelinhos, ocupa um papel de relevo no nosso estudo, pois encontra-se ligado à ausência de limites territoriais fixos. Nas *Memórias Paroquiais* de Carvalho¹⁹ e Barcelinhos²⁰ é possível verificar que este lugar é parte integrante das duas paróquias.

¹⁹ ANTT, Memórias Paroquiais – 1722/1832, *Diccionario geographico de Portugal*, vol. 9, n.º 165, 1758.

²⁰ ANTT, Memórias paroquiais – 1722/1832, *Diccionario ...*, vol. 6, n.º 32, 1758.

Este facto levou-nos a concluir que não se tratava de um lugar – enquanto circunscrição territorial –, mas sim, enquanto local onde se encontrava habitantes de uma determinada paróquia e não de uma freguesia com limites circunscritos, ou seja, «(...) pertenciam à paróquia os fiéis que nela se batizavam e recebiam os sacramentos» (Mattoso, 2015, p. 475).

Razão da permanência de todas as populações é a existência de água. O Ribeiro dos Amiais, referido nas Memórias Paroquiais, assume durante o século XVIII, XIX e XX, um papel determinante na dinâmica social da região. Além da construção de engenhos paralelos ao mesmo ribeiro, este serviu à prática da agricultura intensiva junto do próprio. Teotónio da Fonseca refere ainda que o ribeiro forneceu a energia necessária para o funcionamento de uma fábrica de papel grosseiro, a algumas moendas, assim como a engenhos de serrar (Fonseca, 1987, p. 100). Um dos ditos engenhos de serrar pode ser aquele que estava situado no lugar de Porto Carreiro, pertencente a Joaquim Gomes Ferreira. Através do requerimento para a reconstrução do dito engenho, parcialmente destruído pelas cheias, presente no arquivo da Agência Portuguesa do Ambiente (localizado na Casa de Sarmento), foi-nos possível confirmar, partindo de um exemplo concreto, as afirmações de Teotónio da Fonseca, assim como localizar um inverno chuvoso declarado pelo suplicante: «As cheias extraordinarias do mez de novembro do anno findo [1902] (...)»²¹.

Sobretudo para o lugar de Pontegãos se revelou importante o lençol freático que ainda desce o Monte da Franqueira, o qual permitiu, além da irrigação das propriedades, a alimentação dos animais que serviam ao trabalho naquelas. Assim se tem concluído que a humidade presente no vale do Cávado permite um desenvolvimento da fauna e da flora, bem como contribui para a fertilidade dos solos, o que propiciou a instalação de vários aglomerados populacionais, como foi o caso de Carvalhal (Araújo, 2018, p. 83).

Considerando a ruralidade de grande parte das paróquias que hoje compõem o concelho de Barcelos, importa reconhecer que a agricultura teve sempre um inegável relevo na economia concelhia. Nas Memórias Paroquiais de 1758 vemos referidos os seguintes produtos: milho grosso ou miúdo, centeio; vinho «(...) muito vinho verde fabricado em ubeiras e quasi todo tinto (...)»²²; e linho, quer o linho mourisco, quer o galego.

Relativamente às origens da paróquia, estas permanecem incertas. Através de vestígios materiais descobertos no lugar do Assento, nomeadamente *tegulae*, datados do período da romanização (Almeida, 1997, p. 26), percebemos que a paróquia já seria habitada antes das Inquirições realizadas em pleno

²¹ Pedido de licença para reconstrução de um engenho de serrar madeira (serração) e casa de moinho na margem direita do ribeiro de Carvalhal, Casa de Sarmento, Arquivo da Agência Portuguesa do Ambiente – ARH do Norte, Processo de Obras n.º 612-1903, fl. 2.

²² ANTT, Memórias Paroquiais – 1722/1832, *Diccionario geographico de Portugal*, vol. 9, n.º 165, 1758, 1057.

século XIII. Até ao momento, o mesmo local não foi alvo de uma intervenção arqueológica devido à intensa agricultura que se verifica nas redondezas. Estudos concernentes à origem das paróquias revelam que as mesmas se desenvolveram tendo como ponto de partida as já existentes *villae*²³ romanas (Mattoso, 2015, p. 322). Na ausência de documentação que sustente esta linha de pensamento, os vestígios falam por si, pois não sabemos, portanto, se estamos a lidar com vestígios de *villae* em Carvalhal, ou se estamos em presença de vestígios pertencentes a algumas *domus*.

É nas Inquirições Gerais de 1220 (Herculano, 1888, p. 33), que encontramos a primeira referência documental acerca da paróquia em estudo. Contudo, é nas Inquirições de D. Afonso III, no ano de 1258, que é possível observar uma descrição mais exaustiva do que aquela a primeira. Nas segundas Inquirições é possível observar os lugares aqui existentes, como são exemplo: Porto Carreiro, Medros e Vila Chã (Herculano, 1977, p. 1443), e que persistem até aos nossos dias.

No lugar do Assento, aquando da construção de uma pequena fábrica de calçado, durante o século passado, descobriu-se, além dos vestígios atrás descritos, restos ósseos, bem como sepulturas, que pertenceriam à primeira igreja da paróquia. Considerando o cruzeiro primitivo paroquial (do qual resta apenas uma pequena referência oral do mesmo), bem como os restos ósseos encontrados, entendemos que no lugar do Assento estaria o primitivo templo da paróquia.

A reflexão acerca dos elementos já aqui descritos, levou-nos a considerar que São Paio, orago da paróquia, poderá estar ligado à fundação da mesma. Sendo o santo venerado a partir do século X e também referido nas Inquirições, tomámos por plausível a afirmação disposta por Miguel de Oliveira: «(...) os antigos oragos costumavam respeitar-se através das sucessivas reconstruções» (Oliveira, 1950, p. 166).

Relativamente ao património desta freguesia podemos mencionar que a mesma possui um Museu Paroquial, incorporado no seu Salão Paroquial, que permite a conservação de alguns objetos de arte sacra. Além deste tipo de arte, é possível observar as capelas dispostas no sopé do Monte da Franqueira, embora despidas de imagens religiosas²⁴.

De teor privado, a Quinta de Pereiró possui uma capela – Capela da Senhora das Pressas –, que acolheu diversas procissões em honra da mesma senhora: «O ditto Joseph de Almeida costuma festejar esta Senhora das Pressas no dia 25 de Marco em cada anno; eneste dia vam os Parocos desta freguesia de Sam Payo do Carvalhal, e seus fregueses; eoda freguesia de Sam Lourenço de Alvellos com seus

²³ Sabendo da existência de uma *villae* no Castelo e Castro de Faria, supõe-se que em Carvalhal existiriam apenas algumas *domus*, das quais subsistiram, até aos nossos dias, alguns elementos arquitetónicos. Veja-se: (Araújo, 2018, p. 117).

²⁴ Por se ter verificado alguns roubos nestas capelas, foram retiradas as imagens religiosas. Atualmente, é possível a observação de atos de vandalismo nas mesmas, quer naquelas que pertencem à paróquia em estudo, bem como naquelas que pertencem à paróquia de Pereira.

fregueses(...) eem huã Sextafeyra daqueresma vam à mesma Ermida os Reverendos Parocos das freguesias deAlvellos, eGilmonde com seus fregueses (...)»²⁵.

Num lugar, hoje denominado Santa Cruz²⁶, ainda em finais do século XIX, erigiu-se também uma capela de invocação ao Senhor da Saúde, a qual foi construída por ocasião do achamento de uma cruz²⁷. No lugar de Pontegãos, no último quartel do século passado, foi também construída uma capela de pequenas dimensões, cuja invocação destina-se a Nossa Senhora de Fátima. Do mesmo modo, encontra-se uma outra pequena capela, situada no lugar de Monte de Cima, cujo patrono é São João Batista.

Relacionados com a intercessão pelas almas, encontram-se dispersas pela freguesia algumas edificações de pequena proporção. Destas nomeamos: as Alminhas do Cruzeiro que, de todas, se encontram em melhor estado de conservação, seguindo-se as Alminhas do Porto Carreiro, as Alminhas de Vila Chã, bem como aquelas conhecidas como as Alminhas de São Paio (*Barcelos: Património*, 1994, pp. 96-97).

Carvalho conserva, também, um grande arquivo documental, contrariamente àquilo que Teotónio da Fonseca afirma (Fonseca, 1987, p. 100). Esta conservação deve-se, segundo alguns conterrâneos, ao cuidado e trabalho dedicados pelo Padre Manuel Sá Domingues Oliveira²⁸. Foi ele que impulsionou várias obras de construção e restauro, das quais importa referir o restauro da Igreja Paroquial (Pinho, 2017, p. 274).

²⁵ ANTT, Memórias Paroquiais – 1722/1832, *Diccionario ...*, vol. 9, n.º 165, 1758, 1057.

²⁶ Este lugar só foi criado em pleno século XX. Anteriormente estava incorporado naqueles que ainda hoje são conhecidos por alguns populares como: o lugar dos Penedos (do qual permanece uma rua com o mesmo nome) ou o lugar de Monte de Baixo.

²⁷ A descoberta da Santa Cruz é descrita em várias lendas da região, tal como aquela que se encontra associada à romaria da Festa das Cruzes de Barcelos, cujo intuito é celebrar a descoberta das três cruzes encontradas no local em que foi erigido o Templo do Senhor Bom Jesus da Cruz. Veja-se: (Costa, 1706, p. 298).

²⁸ A título de curiosidade, podemos referir que, na mesma residência, é possível ler alguns cadernos redigidos pelo mesmo padre, os quais contêm a história da construção da capela do Senhor da Saúde, situada no lugar de Santa Cruz.

4. Caracterização económica e social

Relativamente às profissões, no estudo que incidiu sobre o concelho de Braga concluiu-se que as mesmas só eram identificadas no registo de óbito caso respeitasse a indivíduos pertencentes à classe religiosa ou às classes sociais superiores (David, 1992, p. 131). A este facto podemos ainda acrescentar o pedido expresso pelo visitador, em Guimarães, ao pároco, em 1714, para que «(...) não escreva (o pároco) nos assentos os officios mecânicos dos pães dos baptizados pelo perigo que resulta para os tempos vindouros (...)» (Amorim, 1987, p. 47). Acreditamos que esta afirmação do visitador poderá ser aplicada em outros locais, sobretudo se tivermos em atenção que Guimarães e Barcelos faziam parte do mesmo arcebispado. Com efeito, durante a leitura dos assentos paroquiais detetámos uma lacuna relativamente às atividades profissionais. Assumimos também que estas só eram identificadas em casos muito concretos não deixando transparecer, deste modo, os officios que eram desempenhados pelos carvalhenses.

Todavia, assiste-se ao predomínio de profissões ligadas à agricultura, tais como: lavradores e proprietários que representam o grosso da população carvalhense. Porém, a paróquia dispunha também de vários artifices, entre eles: carpinteiros, alfaiates, etc. Teotónio da Fonseca menciona que aqui predominava uma “indústria típica” de construção de carros de bois, jugos, entre outros, tal como podemos confirmar através do registo nupcial de Manuel José Coelho, que à altura do casamento era «(...) carpinteiro de jugos (...)»²⁹. Ainda hoje se pode observar o fabrico dos mesmos utensílios agrícolas na paróquia, mantendo a história desta viva na mente das gentes.

Considerando o documento intitulado como *Índice geral por freguesias e contribuintes da décima*³⁰, sem data conhecida, e através do cruzamento nominativo, podemos afirmar que o mesmo foi redigido antes do ano de 1848. Nome, idade, estado civil, profissão ou atividade desenvolvida pelo respetivo indivíduo, prédios não arrendados (valor dos mesmos), juros, foros e pensões são alguns dos campos que compõe o livro e que são aplicados a várias paróquias do concelho de Barcelos. Desta fonte retivemos que, dos 24 indivíduos listados, são: 18 lavradores; dois moleiros; dois padres; um cirurgião e um sapateiro, todos do sexo masculino.

Quanto ao *Manifesto do gado*³¹, produzido no último quartel no século XVIII, este documento providencia-nos informações relativas ao gado (caprino, bovino, muar, entre outros), bem como o nome daquele que manifesta o número de cabeças de animais que possuía. A região do Minho, contrariamente

²⁹ ADB, Paróquia de Carvalhal, *Casamentos*, 1879-1911, fl. 33v.

³⁰ AMB, Impostos, Índice Geral, Décimas, *Índice geral por freguesias e contribuintes da décima*, s.d., 49v.

³¹ AMB, Controlo das actividades económicas, Agricultura, *Manifesto do gado do Julgado de Faria*, 1782, fl. 12.

àquilo que se assiste em outras regiões do país, situadas no sul do país, revela um grande parcelamento das propriedades e sendo a posse de terra um elemento diferenciador da classe social, só poucos podiam usufruir do termo *proprietário/a* ou mesmo *lavrador/deira*.

O primeiro caso (proprietário) está associado aos proveitos retirados da terra, sendo estes suficientes para o sustento do fogo, sem ter a necessidade de a trabalhar (Brandão, 1994, p. 140); enquanto que, no segundo caso, o termo lavrador encontra-se relacionado com a posse de várias cabeças de gado, sobretudo bovino (O'Neil, 1984, p. 100).

Considerando o dito documento podemos afirmar que mais de metade do gado manifestado correspondia a gado *vacum*, facto que poderá estar relacionado com a força exigida para a realização da maioria das tarefas agrícolas. Contudo, dentro da categoria de gado *vacum* podemos distinguir alguns dos animais, os bois, por exemplo, têm maior força do que um touro, contudo a posse de uma vaca tinha uma dupla vantagem: produção de leite e auxílio nas ditas tarefas (Capela, 1987, p. 31). Em épocas cujas inovações agrícolas eram escassas, os camponeses utilizavam também estes animais com outros fins: fertilização dos campos, proporcionada pelo estrume dos mesmos animais, bem como fonte de alimentação ou de rendimento³².

De referir que verificámos uma ausência de referências ao gado cavalariço, o que poderá ser explicado se considerarmos a reduzida dimensão das propriedades na região minhota, o que não justificaria o investimento num animal deste porte.

Além destes factos, não podemos deixar de salientar a importância da posse de vários animais. Através das informações recolhidas do documento apercebemo-nos que todos os indivíduos possuem três ou mais animais, assemelhando-se aos resultados obtidos para a paróquia de Ronfe, no concelho de Guimarães (Scott, 1999, p. 277).

Além dos aspetos económicos, o mesmo documento contém informações relativas ao nível de literacia dos donos, declarando se “sabem/não sabem escrever”. Dos 32 indivíduos listados, somente 12 deles sabiam escrever, de entre os quais três eram mulheres, a saber: Maria Gonçalves, Maria Teresa e D. Maria Josefa Barreto, sendo que as duas primeiras foram identificadas como viúvas. Os números reduzidos de mulheres podem ser explicados tendo em conta a sociedade da altura. Uma mulher era identificada segundo uma relação com uma figura masculina, sendo ela o pai, o marido ou até o irmão, sendo associada a uma entidade frágil que necessita dos cuidados de outros para poder sobreviver (Hufton, 1991, p. 51).

³² Temos conhecimento, através de relatos orais, de algumas famílias que faziam a procriação de animais a fim de obter algum lucro e assim enriquecerem.

A paróquia de Carvalhal dispõe ainda de um livro de Testamentos e através do mesmo foi possível retirar algumas informações que nos permitiram compreender e até comparar comportamentos sociais com outras paróquias. O testamento encontra-se desde a Idade Média associado a uma prática cujo resultado deveria recair sobre uma *Boa Morte*. Contudo, é na época moderna que assistimos, gradualmente, à generalização da segunda função do testamento: o mesmo seria um veículo no qual o testador deveria dispor a futura vida familiar, quer economicamente, quer socialmente. Assim, casados, viúvos/as, solteiros/as, ou melhor, cada chefe de família deveria clarificar a sua última vontade para que não surgissem equívocos que impedissem a passagem do executor do documento para o paraíso (Durães, 2002, p. 127).

No ano de 1713, D. Rodrigo de Moura Teles, arcebispo de Braga, «(...) determinou (...) que todos os seus párocos tivessem um livro para registar os testamentos dos seus paroquianos. Assim, a partir de 1729, aprecem-nos *Livros de Testamentos (...)*» (Durães, 1992, p. 128). Depositada no Arquivo Distrital de Braga, encontra-se a fonte através da qual iremos analisar, embora em breves traços, a sociedade carvalhense, entre os anos de 1729 e de 1823. Contrariamente às informações recolhidas dos livros de registo de Carvalhal, os redatores paroquiais tendem a ter um cuidado acrescido relativamente à transcrição dos diversos testamentos.

Uma perspetiva socioeconómica pode ser retirada da mesma fonte. Uma ideia interessante e plausível é aquela equacionada por Margarida Durães, quando explica que este meio é entendido pelo testamenteiro como uma última afirmação da sua posição perante a comunidade que presenciará os atos fúnebres (Durães, 1985, p. 173). Exemplo disso são os atos exibicionistas manifestados por Maria Francisca e seu marido Manuel Francisco Alvelos, que pedem mais de uma centena de missas pelas suas almas (vontade que deve ser satisfeita em 5 anos)³³, bem como a pecúnia avultada, cujos destinatários eram os pobres.

Percecionada como um último ato de caridade, pode assim ser entendida a ação do padre Manuel José dos Santos, que deixa na sua escritura testamentária, o seguinte pedido: «(...) com mais obrigação de mandar repartir pelos pobres desta freguesia vinte razas de pam dentro de três dias do meu falecimento»³⁴. Os pobres são tidos em atenção pelos diversos testadores, pois os mesmos encontram-se mais perto de Deus pelos sofrimentos que acolhem durante a sua vida terrena, bem como a sua, quase constante, posição de submissão perante aqueles que mais posses tinham (Araújo, 2007, p. 396).

³³ ADB, Paróquia de Carvalhal, *Registos de Testamentos*, 1729-1823, fl. 60.

³⁴ ADB, Paróquia de Carvalhal, *Registos de Testamentos*, 1729-1823, fl. 100v.

No livro contam-se 87 testamentos, de entre os quais, 48% pertencem a mulheres; 37% a homens; 15% a casais³⁵. Conhecemos o testamento de 42 mulheres, que foram identificadas como solteiras, casadas, ou viúvas, contudo é o primeiro e o último estado civil que adquire uma grande proeminência no conjunto dos dados aqui analisados. Tal como em Venade, os mesmos grupos representam a superioridade feminina comparativamente à observação dos testamentos encabeçados pelo género masculino (Durães, 1985, p. 171). Esta superioridade feminina pode ser justificada através de várias razões, de entre estas contam-se: a mobilidade/emigração e a mortalidade (Durães, 2002, p. 129).

Quanto aos testamenteiros, tal como vários trabalhos o têm afirmado, verificamos que grande parte deles são do sexo feminino. As mulheres, filhas ou sobrinhas, teriam o privilégio de obter parte da herança no seguimento dos cuidados prestados aos testadores. Contudo, os mesmos deixavam tudo bem esclarecido tendo em conta várias hipóteses e circunstâncias de forma a ficarem explícitas as suas últimas vontades.

De forma a elucidar as ideias expostas foram isolados alguns exemplos: Antónia Francisca, viúva de António Francisco Alvelos, do lugar de Porto Carreiro, deixa um longo testamento no qual prevê determinadas circunstâncias na vida das filhas: «(...) para enquanto forem vivas as suas cazas velhas concertandolhas para isso da sorte que nellas possão viver no cazo de se conservarem solteiras e se quiserem separar delle, e cazando hua e a outra não e querendo esta nellas viver terá essa liberdade como também lhe dará a leira da Bouça (...)»³⁶.

No caso de Mariana Gomes, mulher de Sebastião da Silva, do lugar do Assento, observamos a atenção prestada àquela que cuidou de si: «(...) como a dita Cristina [filha] he a mais velha, e que como na vida a trata com muito amor e caridade a esta fizera a dita doação e nomeação das cazas, terra e horta (...)»³⁷.

Daqueles que manifestaram vontade de serem envoltos em algum hábito, verificámos que a grande maioria desejava ser amortalhada no hábito de São Francisco, o qual, se acreditava que, trazia benefícios espirituais (Araújo, 2007, p. 388). O discurso observado nos traslados proporciona uma outra visão sobre os hábitos: há quem peça mais que um hábito, como é exemplo de D. Luísa Josefa de Brito Sotto-maior, filha de Geraldo de Brito Sotto-maior, a qual pretende «(...) que meu Corpo Seja envolto em hum habito de Sam Franciso, e por cima deste o que tenho delado para isso destinado (...)»³⁸. Do mesmo modo observámos no testamento de Maria Francisca, mulher de Manuel Francisco Alvelos, do lugar de

³⁵ Na categoria designada "Casal" contemplamos dois testamentos que foram elaborados por irmãos: um deles por duas irmãs, o outro por dois irmãos.

³⁶ ADB, Paróquia de Carvalhal, *Registos de Testamentos*, 1729-1823, fl. 43v.

³⁷ ADB, Paróquia de Carvalhal, *Registos de Testamentos*, 1729-1823, fl. 51v.

³⁸ ADB, Paróquia de Carvalhal, *Registos de Testamentos*, 1729-1823, fl. 55.

Vila Chã, no qual ela pede que «(...) mandara vestir meu corpo de túnica de São Francisco, e por cima hábito da Nossa Senhora do Carmo (...)»³⁹.

A par do hábito que deveria acompanhar o defunto até à sua última morada, o local onde desejava ser sepultado era também considerado pelo testador. Os mais afortunados eram sepultados na Igreja Matriz da paróquia, enquanto os restantes eram enterrados no átrio da mesma infraestrutura. Isabel Pereira, do lugar de Medros pede no seu testamento «Será o meu corpo sepultado, podendo ser, diante do altar de nossa Senhora da Conceição da igreja desta freguesia (...)»⁴⁰. Manuel Fernandes, do lugar do Assento, revela-se mais criterioso, especificando o hábito em que gostaria que fosse envolto, o hábito de São Francisco, e acrescenta «(...) mandara tocar o sino de Nossa Senhora da Franqueira, e será meu corpo posto na sede da Confraria das Almas desta freguesia (...)»⁴¹. Quanto aos mais abastados, como é exemplo de D. Luísa Josefa de Brito Sotto-maior, já referenciada, esta pede que seja sepultada «(...) na Igreja da Collegiada da Villa de Barcellos de frente ao Altar da Santíssima Trindade (...)»⁴². Quanto às sepulturas no pátio, as mesmas só são identificadas no decurso da leitura dos assentos de óbito, pois estes indivíduos não tinham nada para testar devido à sua pobreza material.

A profissão que cada testador exercia não ocupa, na hora de testar, um lugar de relevo. No universo de dados aqui contemplados, são 4 aqueles que mencionam a sua atividade, sendo que, de entre eles, três indivíduos são do sexo masculino (dois padres, um lavrador), e a senhora que aqui nos falta referir, tem como profissão “Criada”. Embora sem mais alguma informação, parece-nos que mais de metade daqueles que efetuaram a sua última vontade, estavam ligados à agricultura, sendo proprietários, lavradores ou jornaleiros. Embora não seja o nosso objetivo, os testamentos da paróquia em estudo revelam informações preciosíssimas para o estudo da família, bem como para a análise das relações estabelecidas nas mesmas.

O estudo da documentação testamentar auxilia também na perceção das afinidades de diversos indivíduos. Neste caso, foi possível relacionar um indivíduo, sobre o qual só conhecíamos o registo de óbito, a uma outra família. O indivíduo que aqui nos referimos trata-se de João Gomes, natural de Vila Frescaíha (São Martinho), mas que à data de sua morte se encontrava em casa de seu filho Francisco Gomes, habitante no lugar de Medros⁴³. Através da leitura do mesmo testamento, pareceu-nos que o

³⁹ ADB, Paróquia de Carvalhal, *Registos de Testamentos*, 1729-1823, fl. 60v.

⁴⁰ ADB, Paróquia de Carvalhal, *Registos de Testamentos*, 1729-1823, fl. 28.

⁴¹ ADB, Paróquia de Carvalhal, *Registos de Testamentos*, 1729-1823, fl. 49.

⁴² ADB, Paróquia de Carvalhal, *Registos de Testamentos*, 1729-1823, fl. 55.

⁴³ ADB, Paróquia de Carvalhal, *Registos de Testamentos*, 1729-1823, fl. 7v.

mesmo se assemelhava a um “diário” de João, no qual descrevia algumas das dificuldades que enfrentou durante a sua vida⁴⁴.

De testamentos mais elaborados e detalhados àqueles cuja utilização é assegurar, após a morte do testador, a passagem do pouco património existente para que não seja motivo de discórdia entre os parentes mais ou menos diretos, o mesmo instrumento «(...) deixou de ser privilégio dos afortunados e passou a ser praticado também pelos pobres» (Durães, 1985, p. 174).

⁴⁴ No registo de testamento, já anteriormente citado, João Gomes refere que ficou com diversas dívidas para conseguir retirar o seu filho Tomé de um crime no Porto: «(...) devo vinte mil reis (...) q. mos emprestou sendo veuva para livrar a meu filho Thome de hū crime do Porto (...)». ADB, Paróquia de Carvalhal, *Registos de Testamentos*, 1729-1823, fl. 8.

5. Evolução populacional

No sentido de analisar a evolução populacional de Carvalho (Quadro 2) entre os anos de 1706 e 1911, recorreremos à informação fornecida por diversas fontes: *Corografia portugueza e descripçam topografica do famoso Reyno de Portugal (...)*, Memória Paroquial de Carvalho, censos de 1801 e 1849, *Mappa da divisão da Comarca de Barcelos*, dados que constam na obra de Domingos Pereira (*Memoria Historica da Villa de Barcellos, Barcellinhos e Villa Nova de Famelicão*) e Recenseamento de 1911.

Para os anos de 1706 e 1798 utilizámos o multiplicador 3,85 pois os dados que constam na documentação não nos fornecem informações sobre o número de habitantes, isto é, somente é referido o número de fogos. Relativamente ao multiplicador adotado, alguns estudos têm demonstrado que, perante uma sociedade de Antigo Regime onde se verifica uma forte mortalidade, o coeficiente se deve situar entre 3,85 e 4,6 indivíduos por fogo (Santos, 2012, p. 205).

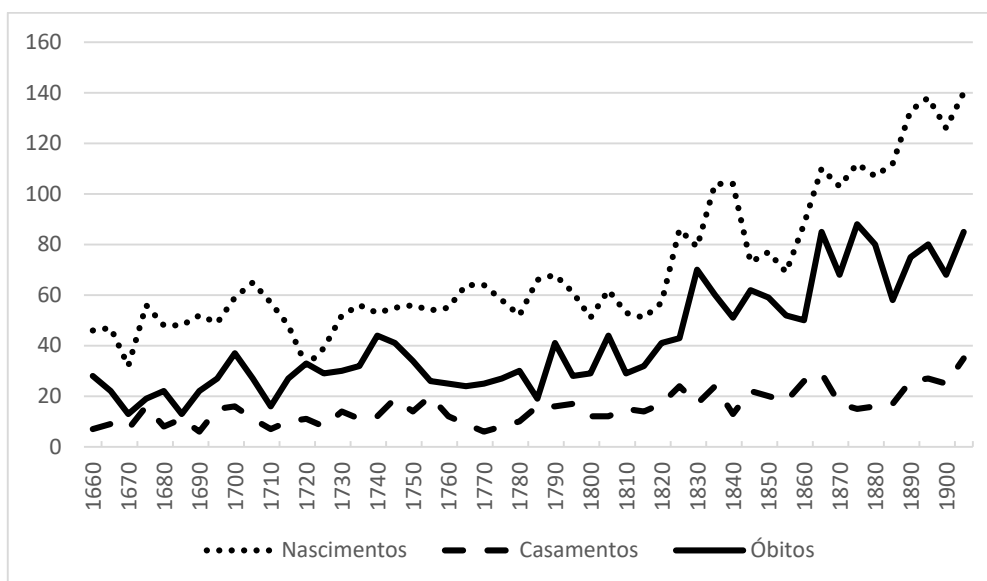
Quadro 2 – Evolução da população (1706-1911)

Anos	Fogos	Habitantes
1706 a)	72	277
1758 b)	84	310
1798 c)	90	347
1801 d)	84	334
1849 e)	122	500
1865 f)	120	530
1867 g)	116	500
1911 h)	140	671

Fonte: a) Costa, 1706, p. 320; b) Memória paroquial de Carvalho, 1758; c) Serrão, 1970; d) Silveira, 2001a, e) Silveira, 2001b; f) *Mappa da divisão da Comarca de Barcelos*, 1865; g) Pereira, 1867, p. 177; h) Portugal – Ministério das Finanças, 1913).

A partir do século XIX, os dados são mais elucidativos os quais identificam o número de habitantes da paróquia e, em alguns casos, o número de homens e mulheres. Em 1801, Carvalho contava com 152 homens e 182 mulheres (Silveira, 2001a, p. 198); em 1849, 235 homens e 265 mulheres (Silveira, 2001b, p. 751); e em 1911, o cenário mantém-se semelhante, com a predominância das mulheres, 373 mulheres para 298 homens (Portugal – Ministério das Finanças, 1913, p. 44).

Gráfico 1 – Movimento anual de nascimentos, casamentos e óbitos



Fonte: ADB – Registos paroquiais de Carvalhal; APC – Livro Misto.

Considerando o Gráfico 1, podemos destacar a década de 1710 onde constatamos uma diminuição dos nascimentos e um aumento do volume de óbitos (sendo que as duas linhas chegam mesmo a sobrepor-se), enquanto que a partir de 1720 se verifica um recrudescimento do número de nascimentos. Durante a segunda metade do século XVII e o século XVIII podemos concluir que a população está estacionária, sendo que esta tendência só se alterará durante a segunda metade do século XIX, tal como se tem verificado em outros estudos (Rodrigues, 2009). De referir ainda que, os dados demonstram que entre 1765 e 1767, Carvalhal registou uma diminuição do número de habitantes, tal como se verifica no concelho de Barcelos: em 1864, o concelho apresentava cerca de 45.948 habitantes; em 1866, contava com 47.225 contrastando com 45.199 habitantes no ano de 1882 (Ferraz, 2014, p. 358).

De uma forma geral, atendendo aos dados Quadro 2 e complementando com o Gráfico 1, podemos concluir que, embora se registre um aumento populacional, este revela-se muito lento, por exemplo no ano de 1911 observamos o dobro da população registada no ano de 1801, o que poderá estar relacionado com a transição demográfica que se efetuou mais tarde em Portugal, durante a primeira metade do século XX (Bandeira, 1996, p. 177), do que em outros países da Europa.

6. Nupcialidade

Os estudos desenvolvidos no campo da demografia histórica têm demonstrado a importância da nupcialidade enquanto mecanismo regulador das populações do Antigo Regime caracterizadas pela instabilidade social, económica e populacional. Neste sentido, revela-se de extrema importância o trabalho desenvolvido por J. Hajnal, no qual apela para a existência de regimes demográficos específicos em cada região da Europa, refletindo, sobretudo, no da Europa Ocidental que é caracterizado por altas idades médias ao casamento e elevados índices de celibato definitivo (Hajnal, 1965, p. 101), indicadores que se revelariam importantes no processo de controlo dos efetivos de um determinado local. Simultaneamente, o autor não descarta da importância da mortalidade no processo de regulação do número de efetivos e refere os reflexos que esta variável tem na da nupcialidade (Hajnal, 1965, p. 132).

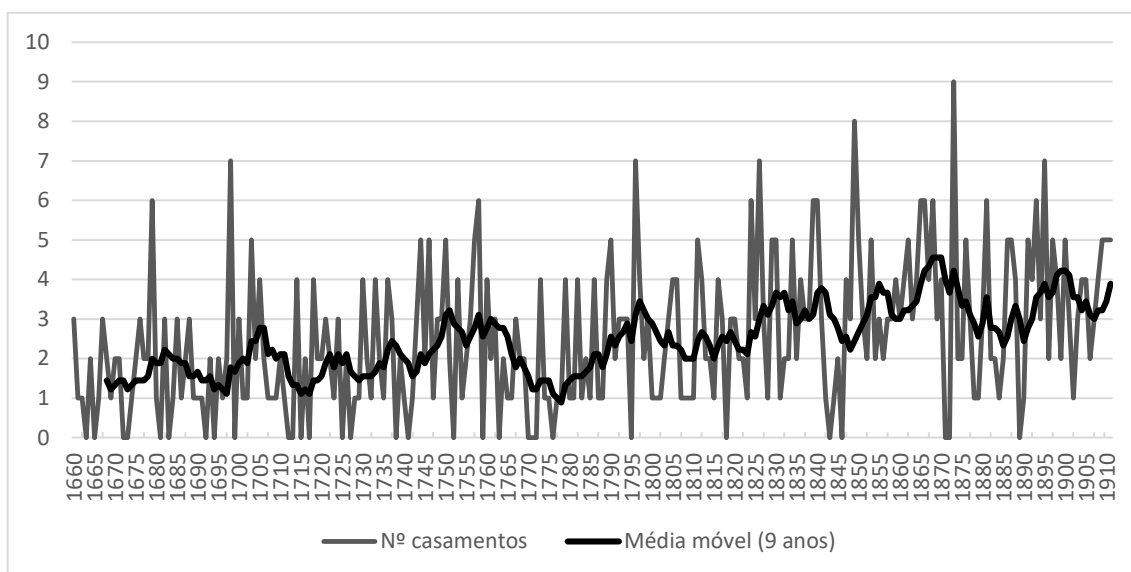
No entanto, tratando-se de várias especificidades de cada zona da Europa, Robert Rowland alerta para «(...) o risco [da Europa Meridional] de se tornar uma simples agregação de diferenças em relação ao Noroeste da Europa (...)» (Rowland, 1984, p. 14). Em determinadas regiões são as variáveis da nupcialidade e fecundidade que regem as populações, como no caso da Inglaterra; outras, como na Suécia, somente a mortalidade; enquanto que em outros locais atuam combinados os vários indicadores (Faria, 1998, p. 65).

Indo ao encontro das especificidades dos países que compõem a Europa Meridional, urge conhecer os comportamentos demográficos dos mesmos de forma a estabelecer comparações com os estudos já efetuados para o noroeste e nordeste europeu. Desta forma, atendendo aos trabalhos publicados no âmbito ibérico pretendemos sedimentar as diferenças regionais, sobretudo a nível nacional.

6.1. Movimento anual dos casamentos

O movimento anual de casamentos incide sobre as 629 uniões conjugais que se celebraram na igreja paroquial de Carvalhal, entre os anos de 1660 e de 1911. O Gráfico 2 apresenta o número absoluto de casamentos em cada ano e, no sentido de atenuar as grandes oscilações anuais verificadas em comunidades de reduzidas dimensões populacionais, recorreremos ao cálculo de uma média móvel de nove anos.

Gráfico 2 – Movimento anual dos casamentos



Fonte: ADB – Registos paroquiais de Carvalhal; APC – Livro Misto.

Considerando a média móvel de nove anos podemos destacar dois aspetos: em primeiro lugar, de uma forma geral, somos capazes de observar uma certa estabilização do número de casamentos ao longo do período em estudo; em segundo lugar, através de uma análise mais aprofundada constatamos um decréscimo no volume de casamentos entre 1765 e 1775, sensivelmente. Esta redução é semelhante àquela identificada na paróquia de Alvito S. Pedro (Miranda, 1992, p. 207), a qual o autor relacionou com o aumento de casamentos ocorridos em paróquias vizinhas em detrimento daqueles realizados em Alvito S. Pedro.

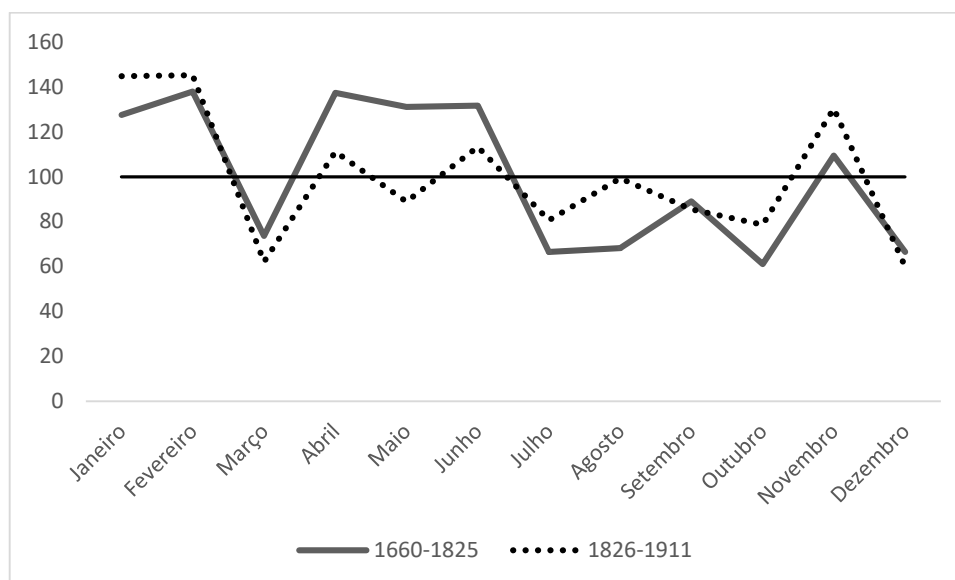
Quanto à segunda metade do século XIX, esta manifesta uma certa estabilidade nos comportamentos nupciais e um crescimento lento do número de matrimónios visível a partir do ano de 1825, consequência possível do clima de paz que se instalava no país, contrastando com o início do mesmo século marcado, sobretudo, pelas Invasões Francesas.

6.2. Movimento sazonal dos casamentos

A análise da sazonalidade ao casamento em populações rurais pré-industriais tem vindo a revelar, no contexto europeu, uma forte influência resultante das normas estabelecidas pelo Concílio de Trento no momento de escolha da data dos enlaces. A forte pressão exercida pela Igreja sobre a população, bem como a estreita relação desta comunidade com a agricultura, permitem assim, de uma forma geral, compreender estas mesmas flutuações mensais.

Para esta observação, optámos por uma divisão em dois longos períodos, que se relacionam com o aumento do número de matrimónios: 1660-1825 e 1826-1911 (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Sazonalidade dos casamentos



Fonte: ADB – Registos paroquiais de Carvalhal; APC – Livro misto (1911).

Podemos constatar uma menor prática nupcial nos meses associados à quaresma e ao advento, facto que vai ao encontro dos estudos já desenvolvidos sobre a região do Minho (Amorim, 1987; Faria, 1998; Miranda, 1992; Santos, 1999; Scott, 1999). Tendo em atenção os constrangimentos religiosos, os nubentes adiavam ou atrasavam a celebração do matrimónio o que, por conseguinte, se refletia numa concentração de casamentos nos meses anteriores ou posteriores àqueles em que se celebravam os maiores ritos religiosos do ano, como o Natal e a Páscoa.

Até 1825, foram os meses de novembro, janeiro, fevereiro, abril, maio e junho que revelaram os índices mais elevados, enquanto que, no período seguinte, as diferenças mensais não foram tão visíveis, sobretudo durante os meses mais quentes da primavera e do verão. Entre 1826 e 1911, destacaram-se os meses de novembro, janeiro e fevereiro, contrastando-se com os meses de março e dezembro que apresentaram os valores mais baixos e, por sinal, coincidentes com as duas grandes festas religiosas.

Consideramos importante referir ainda que, nos dois períodos, o mês de junho conheceu um grande número de matrimónios. Visto que a Igreja regia o quotidiano da população carvalhense, equacionámos a mesma predileção concluindo que este aumento poderá estar relacionado com o mês

do padroeiro da paróquia: S. Paio⁴⁵. Este pensamento surgiu a partir da leitura das Constituições Sinodais⁴⁶, onde as mesmas referem que, relativamente ao orago de cada paróquia, «(...) os oragos das igrejas cada hum abade em sua igreja os faça guardar» (Constituições do arcebispado de Braga, 1538). Do mesmo modo, os dados recolhidos na paróquia de Romarigães permitiram observar uma maior concentração de casamentos no mês de agosto, os quais a autora relacionou com a “pausa agrícola” realizada em prol do descanso, bem como aliada às festas tradicionais da região (Santos, 1999, p. 123).

Acreditamos que o calendário agrícola influenciou também a escolha do mês do ano em que se deveria realizar a boda. Os meses de julho, agosto, setembro e outubro eram marcados pela faina agrícola, tal como ainda hoje se observa. Desde a colheita de várias leguminosas, assim como da batata, à colheita das uvas, o quotidiano dos carvalhenses dependia das tarefas agrícolas a realizar. De referir que, os menores índices revelados nestes meses poderão também estar relacionados com a mobilidade masculina que marcava a região do Minho.

6.3. Estado civil dos nubentes

Aquando da leitura dos registos de casamento da paróquia de Carvalhal apercebemo-nos que os mesmos indiciavam algumas lacunas⁴⁷, pouco significativas, nomeadamente relativas ao estado civil dos nubentes. Neste sentido, consideramos todos aqueles que não conhecíamos o estado civil ao casamento como solteiros/as. De forma a observar as possíveis mudanças ocorridas entre um período e o outro, adotámos dois períodos (1660-1825 e 1826-1911).

Quadro 3 – Estado civil dos nubentes

Estado civil \ Períodos	1660-1825		1826-1911	
	Casamentos (N)	%	Casamentos (N)	%
Solteiros	305	90,8	264	90,1
Viúvos	31	9,2	29	9,9
Solteiras	329	97,9	285	97,3
Viúvas	7	2,1	8	2,7
Total	336	100,0	293	100,0

Fonte: ADB – Registos paroquiais de Carvalhal; APC – Livro misto (1911).

⁴⁵ S. Paio celebra-se no dia 26 de junho a fim de exaltar a sua juventude e coragem manifestada no final da sua vida (relembre-se que Paio foi martirizado com 13 anos).

⁴⁶ Veja-se: (Constituições do arcebispado de Braga, 1538; Constituições Synodais do Arcebispado de Braga..., 1697, p. 172).

⁴⁷ As várias lacunas podem ser observadas até ao final da recolha dos dados, 1911. A qualidade dos registos depende assim, do rigor do redator paroquial.

Constatamos em ambos os períodos valores mais expressivos (acima de 90%) no grupo daqueles que contraíam matrimónio como solteiros/as (Quadro 3). Relativamente àqueles que casavam enquanto viúvos/as os resultados revelaram-se semelhantes em ambos os períodos. Particularizando o grupo das viúvas, podemos afirmar que os valores obtidos se assemelham aos da vizinha região espanhola da Galiza, a qual apresentava 2,3% entre 1720 e 1750 (Garcia, 1975, p. 444).

As tendências aqui verificadas encontram uma certa paridade com outras registadas em paróquias como Alvito S. Pedro (Miranda, 1992, p. 72); Barcelinhos (Faria, 1998, p. 77); zona rural de Guimarães (Amorim, 1987, p. 128); Priscos (Fernandes, 2015, p. 34); Romarigães (Santos, 1999, p. 134); Meadela (Solé, 2001, p. 121) e Santa Maria de Gontinhães (Rego, 2012, p. 89).

Concluimos que os homens tinham uma maior propensão à contração de um segundo casamento, facto que poderá estar relacionado com fatores sociais de entre os quais podemos mencionar a necessidade de uma companheira para cuidar da casa, bem como para cuidar dos filhos, sobretudo quando eram menores de idade.

De forma a ilustrar esta ideia, seleccionámos um caso: Manuel Francisco Ferreiro contraiu matrimónio pela primeira vez com Maria Gomes, antes de 1690, ano do nascimento do primeiro filho, Brás Francisco. Deste matrimónio, resultou o nascimento de nove filhos, sendo que o nascimento do último, Domingos, ocorreu em 28 de fevereiro de 1708 e foi batizado em 4 de março, dia em que faleceu a sua mãe, provavelmente na sequência do parto. Manuel, tendo à altura quatro filhos menores, possivelmente, sentiu a necessidade de casar uma segunda vez, facto que aconteceu no dia 9 de março de 1710, com Rosa da Costa e, deste casamento, resultou o nascimento de mais 11 filhos.

A observação do estado civil combinado dos nubentes aquando do casamento (Quadro 4) permite compreender melhor as dinâmicas sociais da comunidade em estudo, bem como compreender os resultados obtidos aquando da análise do estado civil dos nubentes ao casamento, os quais demonstraram uma maior propensão para o sexo masculino contrair segundas núpcias.

Quadro 4 – Estado civil combinado dos nubentes

	1660-1825						1826-1911					
	Solteiros		Viúvos		Total		Solteiros		Viúvos		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Solteiras	300	89,3	29	8,6	329	97,9	257	87,7	28	9,6	285	97,3
Viúvas	5	1,5	2	0,6	7	2,1	7	2,4	1	0,3	8	2,7
Total	305	90,8	31	9,2	336	100,0	264	90,1	29	9,9	293	100,0

Fonte: ADB – Registos paroquiais de Carvalhal; APC – Livro misto (1911).

Constatamos que a maior expressão percentual recai, uma vez mais, sobre aqueles que se encontravam solteiros, evidenciando uma ligeira descida dos valores do primeiro para o segundo período, a qual deu lugar ao aumento da percentagem de viúvos que casaram com solteiras – de 8,6%, para 9,6%. O número de viúvas que optava pelo segundo casamento é diminuto, contudo podemos referir que verificamos percentagens mais elevadas no grupo das viúvas que contraíam um segundo matrimónio com solteiros, do que com viúvos cujos valores não ultrapassaram 1% dos casos observados.

Considerando os resultados obtidos, encontramos uma certa semelhança entre estes e os de Santa Marinha de Gontinhães (Rego, 2012, p. 90), da zona rural de Guimarães (Amorim, 1987, p. 130), da paróquia de Romarigães (Santos, 1999, p. 136), da paróquia de Barcelinhos (Faria, 1998, p. 79) e de Alvito S. Pedro (Miranda, 1992, p. 73).

Várias hipóteses podem ajudar a compreender este panorama. Em primeiro lugar, tal como vários autores têm afirmado, o homem quando enviuvava sentia mais necessidade de contrair segundas núpcias por duas razões: pela existência de filhos menores e pelas responsabilidades que uma casa exigia (Amorim, 1987, p. 129), refletindo sobre a ideia de que «Em muitos aspetos a morte de uma mãe era mais temível do que a de um pai» (Hufton, 1991, p. 66). Com efeito, a mulher se ficasse viúva com filhos menores teria uma só razão para o segundo casamento: a necessidade de uma figura masculina que representasse o fogo assegurando a continuidade da participação na «sociedade camponesa» (Cabral, 1984, p. 264), assim como a força braçal de um indivíduo adulto capaz de continuar as tarefas agrícolas que seriam o sustento da mesma família. Em comunidades pré-industriais, a mulher era identificada segundo uma relação com um elemento masculino, normalmente o pai ou o marido, verificando-se assim que a viuvez de uma mulher não se tratava de uma situação mais fácil do que a de um homem.

A perda de um dos cônjuges acarretava a sobreposição de tarefas nos filhos. No caso do viúvo, caso as filhas tivessem alguma autonomia, o papel da mãe seria substituído, temporariamente ou não, pela filha mais velha enquanto que, no caso da viúva, a mulher recorreria inevitavelmente aos seus filhos, a fim de colmatar a ausência do esposo (Hufton, 1991, p. 66).

6.4. Viuvez e ulterior casamento

Os comportamentos detetados na paróquia em estudo apresentam uma certa paridade relativamente a outros trabalhos que incidem sobre paróquias da região minhota, «maior frequência de casamentos entre solteiros, depois entre viúvos e solteiras e só depois entre nubentes igualmente viúvos»

(Amorim, 1987, p. 131). Com o intuito de aprofundar estas dinâmicas matrimoniais, parece-nos importante uma breve reflexão sobre aqueles que ficaram viúvos e tomaram a iniciativa de celebrar uma nova boda. Neste sentido, foram considerados todos aqueles que conhecemos a data de óbito do cônjuge e todos os nubentes que contraíram segundas núpcias.

Quadro 5 – Viuvez e ulterior casamento

Períodos	Homens			Mulheres		
	Viúvos	Recasaram	%	Viúvas	Recasaram	%
1660-1825	48	9	18,8	67	5	7,5
1826-1911	27	11	40,7	63	2	3,2

Fonte: ADB – Registos paroquiais de Carvalhal; APC – Livro misto.

Podemos constatar, apesar do reduzido número de casos, que o número de viúvas se sobrepõe ao número de viúvos, em ambos os períodos, assemelhando-se a várias paróquias minhotas como Barcelinhos (Faria, 1998, p. 81), Alvito S. Pedro (Miranda, 1992, p. 75) e Romarigães (Santos, 1999, p. 137). Também observamos percentagens de recasamento mais elevadas no caso masculino do que no caso feminino, tal como depreendemos da análise do estado civil combinado ao casamento. O reduzido número de homens que enviuvaram após 1826 poderá justificar o aumento percentual verificado do primeiro para o segundo período.

À semelhança da paróquia de Alvito S. Pedro, tratando-se de uma comunidade rural os comportamentos expectáveis, de um sexo ou de outro, seriam diferentes. Sociedades com estas características tenderiam a aceitar melhor o recasamento de um viúvo, do que de uma viúva, pois um homem necessitaria de ajuda na limpeza/organização das tarefas domésticas, bem como auxílio na educação dos filhos e nas tarefas agrícolas (Miranda, 1992, p. 76), enquanto que uma mulher não teria, à partida, tantas razões que a levassem a um segundo casamento, tal como já evidenciámos.

6.5. Idade média ao 1º casamento

A análise da idade média ao primeiro casamento revela-se fulcral para a compreensão dos níveis de fecundidade de uma determinada paróquia (Wrigley, 1990, p. 116). Neste estudo, importa observar com maior atenção a idade feminina, visto que o ciclo reprodutivo desta é mais curto do que o do homem. Nas sociedades de Antigo Regime, a nupcialidade assume uma grande relevância no sentido em que determina a evolução demográfica da população. Isto é, perante sociedades cuja natalidade não era

“controlada” as mesmas seriam regidas pelos contratos nupciais. Paralelamente, este estudo revela certas tendências sociais, económicas e demográficas de determinada região, numa determinada época, reflexão que não seria possível sem esta análise.

Segundo alguns investigadores, a elevação da idade média feminina aquando do primeiro casamento poderá estar relacionada com o aumento da pressão demográfica a qual, por vezes, será sinónimo de escassez de recursos, atuando assim como regulador da população. Nos períodos de maiores índices de mortalidade assistimos, pouco tempo depois, a um incremento do número de casamentos, cujos noivos contraem núpcias com menor idade que aqueles anteriormente referidos, e, conseqüentemente, a um aumento das taxas de fecundidade (Wrigley, 1990, p. 117).

Neste seguimento, diversos estudos têm equacionado a ponderação dos nubentes no momento de contrair matrimónio no que respeita à robustez económica sendo que esta, por vezes, estava dependente da herança dos pais, ou outros⁴⁸. No mesmo sentido, numerosos estudos têm vindo a ser desenvolvidos a nível europeu e nacional a fim de evidenciar os contrastes regionais presentes neste vasto continente. São exemplo os trabalhos de Massimo Livi Bacci (Livi Bacci, 1971), Rowland (Rowland, 1984), Wrigley (Wrigley, 1990), John Hajnal (Hajnal, 1965), Norberta Amorim (Amorim, 1987), Caroline Brettel (Brettel, 1991) entre outros investigadores que se têm dedicado à análise das dinâmicas populacionais.

Certos autores acreditam que o tipo de propriedade existente num determinado país e, por conseguinte, em determinadas zonas do mesmo, podem influenciar nas idades ao casamento. Assim, dividiu-se Portugal em duas regiões essenciais: o norte e o sul, onde prevalece o minifúndio e o latifúndio, respetivamente. Ao longo do tempo, têm-se constatado que existia uma grande pressão demográfica na primeira região, obrigando muitos a emigrarem em busca de melhores condições de vida (Livi Bacci, 1971, p. 50). Outros investigadores complementam esta tese afirmando que muitos dos casais, no Minho e Trás-os-Montes, tendem a casar somente o filho mais velho de forma a evitar a repartição da propriedade (Rowland, 1984, p. 15).

Alguns fatores de ordem sociocultural ajudam também a compreender a variação etária sentida quer nacionalmente quer internacionalmente. Um dos mesmos prende-se com a transmissão da herança que tende a privilegiar um dos sexos, neste caso o sexo feminino, em detrimento do outro (Pina Cabral, 1989, p. 91). Observamos, deste modo, «(...) uma relação estrutural entre sistemas culturais regionais e modelos matrimoniais específicos aproximável a partir do conceito [...] de região sociocultural» (Santos, 2004, p. 71). Toda esta conjuntura levaria à elevação da idade ao primeiro casamento e a altos níveis

⁴⁸ Veja-se, como exemplo, os estudos desenvolvidos pelos seguintes autores: Hajnal, 1965, p. 133; Wrigley, 1990, p. 118; Santos, 2004, p. 69.

de celibato, consequência da autoridade exercida pelo chefe de família, pela sociedade e cultura em questão, assim como pela Igreja (Livi Bacci, 1971, p. 52).

As idades médias ao casamento dos indivíduos naturais da paróquia de Carvalhal foram calculadas a partir do cruzamento da informação contida na base de dados. Numa perspetiva longitudinal, considerámos todos os indivíduos nascidos entre 1660 e 1861, na paróquia de Carvalhal, atendendo a quatro períodos (Quadro 6).

Quadro 6 – Idade média ao 1º casamento (análise longitudinal)

Períodos	Homens		Mulheres	
	N	Idade média	N	Idade média
1660-1711	25	26,6	73	30,6
1712-1761	39	26,0	73	27,7
1762-1811	39	30,0	101	27,5
1812-1861	78	28,7	108	27,8

Fonte: ADB – Registos paroquiais de Carvalhal; APC – Livro misto (1911).

De uma maneira geral, constatamos as tendências já evidenciadas por diversos autores relativamente à região do Minho (Brettell, 1991, p. 120; Livi Bacci, 1971, p. 46), em Carvalhal registaram-se altas idades médias ao primeiro casamento⁴⁹, quer no sexo masculino quer no sexo feminino, onde as mesmas oscilaram entre 26 e 30 e entre 28 e 31 anos, respetivamente.

De uma forma mais aprofundada podemos referir que as mulheres tendem a casar mais tarde do que os homens até meados do século XVIII, invertendo-se os comportamentos nos períodos seguintes. As crises frumentárias que vão marcar a segunda metade do século XVIII, assim como os conflitos bélicos que explodiram em pleno século XIX poderão ajudar a explicar a inversão das tendências aqui observadas pois, tal como já mencionámos, as idades médias ao primeiro matrimónio são consequência de diversos fatores. Esta conjuntura social poderá ter favorecido a migração de vários homens fazendo com que estes adiassem a celebração do referido sacramento a fim de dotar a sua esposa e, posteriormente, a sua família de uma casa, e, talvez, adquirir um pedaço de terra do qual pudessem viver (Pina Cabral, 1989, p. 95). No entanto, devemos referir que as altas idades médias do sexo masculino⁵⁰ já têm sido objeto de estudo de autores como Robert Rowland (Rowland, 1984, p. 27), o qual afirma que as mesmas são praticamente uniformes em todo o país.

⁴⁹ Consulte-se o Anexo 1 de forma a visualizar a análise longitudinal da idade média ao primeiro casamento por decénios.

⁵⁰ Para um aprofundamento sobre o tema, veja-se: (Amorim, 1983, 1987; Brettell, 1991; Pina Cabral, 1989).

No Quadro 7 consta o número de homens e mulheres que casaram pela primeira vez entre 1711 e 1911, bem como a respetiva idade média aquando do dito matrimónio. Através deste quadro podemos, tendo em conta os dados por ele fornecidos, equacionar e relacionar com alguns fatores exógenos aos nubentes.

Quadro 7 – Idade média ao 1º casamento (análise transversal)

Períodos	Homens		Mulheres	
	N	Idade média	N	Idade média
1711-1761	34	25,88	87	29,44
1762-1811	31	26,66	78	26,83
1812-1861	60	29,00	105	27,00
1862-1911	161	29,13	170	27,47

Fonte: ADB – Registos paroquiais de Carvalhal; APC – Livro misto (1911).

Uma vez mais, podemos constatar as altas idades médias ao casamento características do modelo da Europa Ocidental identificado por Hajnal. As idades daqueles que casaram entre 1711-1911 oscilaram entre 26 e 29 anos, no caso do sexo masculino, e entre 27 e 29 anos, no sexo feminino. Verificámos, também, que a distância etária entre os dois sexos chega a atingir três anos (1711-1761).

A tendência de contrair matrimónio tardiamente poderá estar relacionada com o facto do nosso estudo se debruçar sobre uma paróquia rural. Através de alguns estudos já realizados em paróquias mistas e urbanas, têm-se verificado que as idades médias femininas ao primeiro casamento evidenciam oscilações significativas ao longo do período temporal definido, facto que se encontra associado a uma pressão exercida pelo surgimento das indústrias, levando a uma descida da idade média feminina (Amorim et al., 2010, p. 134).

Os resultados aqui obtidos permitem sedimentar os padrões observados no norte do nosso país, caracterizados por altas idades ao primeiro casamento, em ambos os sexos, contrastando, desta forma, com o centro e sul (Amorim et al., 2010, p. 134; Santos et al., 2017, p. 70) onde se tem verificado baixas idades médias femininas e elevadas idades médias masculinas aquando do primeiro matrimónio.

6.6. Naturalidade dos nubentes

Aquando da leitura dos assentos de casamento, apercebemo-nos que existem algumas lacunas relacionadas com a naturalidade dos nubentes, mas pouco significativas. Neste sentido, durante o

tratamento da informação, interpretámos os indivíduos que não possuíam informações sobre a sua origem como naturais da paróquia.

Para esta análise foram considerados cinco períodos os quais permitem acompanhar as dinâmicas comportamentais nesta paróquia, entre 1660 e 1911.

Quadro 8 – Naturalidade dos nubentes

Períodos	Homens				Mulheres			
	Naturais	%	Fora	%	Naturais	%	Fora	%
1660-1711	71	79,8	18	20,2	84	94,4	5	5,6
1712-1761	43	39,8	65	60,2	99	91,7	9	8,3
1762-1811	33	32,0	70	68,0	85	82,5	18	17,5
1812-1861	61	40,1	91	59,9	105	69,1	47	30,9
1862-1911	100	56,5	77	43,5	127	71,8	50	28,2

Fonte: ADB – Registos paroquiais de Carvalho; APC – Livro misto (1911).

A leitura do Quadro 8, permite-nos constatar percentagens de exogamia muito elevadas, isto é, verifica-se uma abertura ao exterior manifestada nos valores relativos aos nubentes provenientes de fora da paróquia. Observamos uma tendência de aumento das referidas percentagens até meados do século XIX, sendo que é no grupo dos homens oriundos de outras localidades que se verificam os valores mais elevados comparativamente às mulheres.

Os estudos que têm vindo a ser desenvolvidos no âmbito da Demografia Histórica, utilizando a metodologia de “reconstituição de paróquias”, têm demonstrado que grande parte dos casamentos ocorre na paróquia da noiva⁵¹ e, com efeito, Carvalho não é exceção.

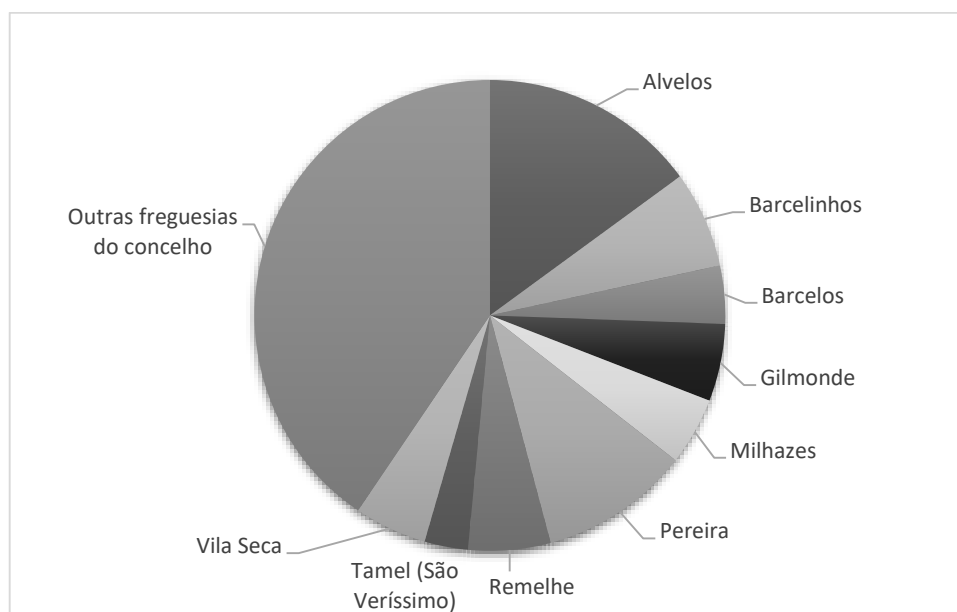
Quadro 9 – Origem geográfica dos nubentes

Local de origem	%
Concelho de Barcelos	87,2
Distrito de Braga	8,4
Distrito de Viana do Castelo	2,6
Distrito do Porto	1,7

Fonte: ADB – Registos paroquiais de Carvalho; APC – Livro misto (1911).

⁵¹ Vejam-se alguns estudos como: (Leite, 2001, p. 126; Leite, 2013, p. 108; Fernandes, 2015, p. 38).

Gráfico 4 – Distribuição dos nubentes oriundos do concelho de Barcelos



Fonte: ADB – Registos paroquiais de Carvalhal; APC – Livro misto (1911).

Apesar da sua ruralidade, esta paróquia, no decorrer dos séculos, torna-se uma paróquia com características exogâmicas bem vincadas. Considerando o Quadro 9, podemos concluir que a origem dos nubentes ficava, sobretudo, confinada ao concelho de Barcelos, do qual se destacam algumas freguesias como: Barcelinhos, vila de Barcelos, Alvelos, Pereira, Gilmonde, Milhazes, Remelhe, Vila Seca e Tamel (São Veríssimo), tal como podemos observar no Gráfico 4. À semelhança dos dados recolhidos por Inês Faria sobre a naturalidade dos nubentes que contraíram matrimónio em Barcelinhos (Faria, 1998, p. 173), também em Carvalhal, com exceção de Tamel (São Veríssimo), percecionámos uma maior percentagem de noivos ou noivas provenientes de paróquias que se situam na margem esquerda do rio Cávado. As localidades aqui apontadas são tipicamente rurais, sem esquecer que grande parte delas são contíguas a Carvalhal.

A paróquia em questão apresenta, então, uma tendência de abertura gradual ao exterior, possível consequência da sua localização, pois situa-se perto da antiga estrada que liga Barcelos ao Porto, à semelhança de Barcelinhos (Faria, 1998, p. 173). Acreditamos que esta mobilidade é mais acessível ao sexo masculino pois cabe aos homens sustentar as mulheres e as crianças que compõem o seu fogo, ideia que explanámos anteriormente relativamente à figura feminina, a qual é vista como uma personagem frágil.

Quadro 10 – Origem combinada dos nubentes (%)

	1660-1711		1712-1761		1762-1811		1812-1861		1862-1911	
Homens Mulheres	Nat.	Fora	Nat.	Fora	Nat.	Fora	Nat.	Fora	Nat.	Fora
Naturais	75,3	19,1	35,2	56,5	23,3	59,2	21,7	47,4	37,9	33,9
de Fora	4,5	1,1	4,6	3,7	8,7	8,7	18,4	12,5	18,6	9,6

Fonte: ADB – Registos paroquiais de Carvalhal; APC – Livro misto (1911).

Observando a origem combinada dos nubentes (Quadro 10) apercebemo-nos da redução da percentagem endogâmica ao longo dos períodos, permitindo afirmar as tendências evidenciadas anteriormente. De referir que são os homens aqueles que revelam uma maior mobilidade, a qual é refletida, sobretudo, nos resultados obtidos para o século XVIII e XIX, contrastando com aqueles encontrados para as mulheres que eram de fora.

Através das observações redigidas pelo pároco nos assentos de casamento e tendo em atenção os trabalhos que têm vindo a ser desenvolvidos nesta área, podemos relacionar esta grande permeabilidade relativa aos noivos oriundos de paróquias vizinhas com as estratégias matrimoniais⁵². Em 51 registos de casamento, sensivelmente, observámos a indicação da dispensa de consanguinidade apresentada para a conseguinte celebração do matrimónio. Estas dispensas são mencionadas desde finais do século XVIII, até ao final da análise dos registos.

Podemos referir o caso de Domingos José de Almeida, natural da freguesia de Tamel (São Veríssimo) que contraiu matrimónio com Maria Josefa de Faria, natural de Carvalhal. Ambos apresentaram a dispensa do matrimónio perante o terceiro e quarto grau de consanguinidade. De forma semelhante se apresentam os noivos António José de Araújo, natural da freguesia de Pereira, e Luísa Maria de Carvalho, desta freguesia, com a dispensa relativa ao quarto grau de consanguinidade.

O casamento atua como um instrumento de união de duas casas independentes que pretendem atingir o mesmo objetivo: uma aliança favorável que lhes permita um auxílio nas situações de velhice, ou em outras circunstâncias (Pina Cabral, 1989, p. 98). Assim, as dispensas de consanguinidade levam-nos a afirmar que esta estratégia permite a preservação do património familiar ou até aumentar o mesmo (Santos e Lopes, 2017, p. 80).

⁵² A exemplo de tais estratégias, veja-se: (Santos, 1999, p. 149).

6.7. Celibato definitivo

O estudo do celibato definitivo vai além dos cálculos que incidem sobre os indivíduos que faleceram com mais de 49 anos solteiros (Amorim, 1987, p. 75). Esta observação permitir-nos-á relacionar as altas idades médias ao primeiro casamento com os resultados aqui obtidos, bem como compreender a filiação natural, que observaremos no capítulo seguinte.

Foram adotados dois longos períodos em consequência do reduzido número de casos identificados nesta paróquia de Carvalhal. Com efeito, desde 1711 a 1911, registaram-se 779 óbitos de homens e 828 de mulheres. Deste universo foram excluídos todos aqueles com estado civil indeterminado que correspondia a cerca de 54% no caso dos homens e 12% no caso das mulheres, isto no primeiro período, e a 28% no caso masculino e 8% no caso feminino, no segundo período.

Quadro 11 – Celibato definitivo (observação transversal)

Períodos	Óbitos de homens (>49 anos)			Óbitos de mulheres (>49 anos)		
	N	Solteiros	%	N	Solteiras	%
1711-1825	63	14	22,2	81	35	43,2
1826-1911	93	21	22,6	96	51	53,1

Fonte: ADB – Registos paroquiais de Carvalhal; APC – Livro misto (1911).

Na região minhota tem-se verificado que são as mulheres aquelas que demonstram maiores dificuldades em aceder ao matrimónio (Amorim, 1987, p. 356; Faria, 1998, p. 90; Miranda, 1992, p. 79), diferenciando-se assim do centro de Portugal, onde se constata que é o sexo masculino aquele que é mais afetado pelo celibato (Amorim et al., 2010, p. 136). Os resultados aqui obtidos permitem reforçar as conclusões que se têm evidenciado no Minho: são as mulheres as mais penalizadas, facto que pode estar relacionado com as altas idades médias ao primeiro casamento, tal como já observámos.

Numa perspetiva comparativa, a zona rural de Guimarães, apresenta valores mais baixos do que aqueles aqui verificados, rondando os 7% para o sexo masculino e 11% para o sexo feminino (Amorim, 1987, p. 356), tal como a paróquia de Romarigães (Santos, 1999, p. 143-144). Todavia, Carvalhal revela percentagens que se aproximam daquelas observadas em Alvito S. Pedro (Miranda, 1992, p. 79) e em Barcelinhos (Faria, 1998, p. 90), por sinal paróquias do mesmo concelho.

A explicação para as elevadas percentagens de celibatários em ambos os sexos poderá estar relacionada com a viabilidade do casamento ou com o desejo de casar (Brettell, 1991, p. 157;

Dixon, 1978, p. 449). O casamento implicava um dote, quer por parte do homem⁵³ quer por parte da mulher (Faria, 2010, p. 174), além dos encargos financeiros que advinham da constituição de uma nova família, tal como ainda hoje podemos ouvir dos populares: «Quem casa, quer casa».

A emigração masculina, consequência da distribuição de terra e da procura de melhores condições de vida, resultou na atribuição de outras tarefas, nomeadamente agrícolas e mesmo fabris, às mulheres, como forma de compensar a ausência masculina (Brettell, 1991, p. 154), resultando num desequilíbrio dos sexos.

No caso feminino, acreditámos que são, sobretudo, os fatores sociais que mais contribuíram para estes resultados. Da mulher esperava-se que esta auxiliasse na esfera doméstica, desde a colaboração nas tarefas agrícolas até ao cuidado prestado aos seus superiores, sendo eles pais, tios, padrinhos ou até outros, os quais, no final da sua vida, tinham por hábito recompensar aquelas que cuidaram “com amor e zelo”, aliás ato que transparece nos testamentos.

Veja-se o seguinte caso: Manuel Francisco, «o Garrido», do lugar de Vila Chã, deixou explícito no seu testamento que os seus bens seriam administrados pela esposa, contudo esta deveria, posteriormente, nomear os mesmos bens em cada um dos seus filhos solteiros, «(...) para que ella seja senhora de nomear os ditos bens em huma de minhas// Em hua de minhas filhas, ou filhos em quoaal lhe parecer melhor, e melhor lhe fizer a vontade; isto he com os q estam solteyros⁵⁴».

Do mesmo modo procede Antónia Francisca, viúva de António Francisco Alvelos, do lugar de Porto Carreiro, a qual nomeia em seu filho João os seus prazos e menciona um conjunto de obrigações que ele terá de satisfazer de forma de beneficiar igualmente as suas irmãs solteiras. Este traslado contém os dois aspetos que nos encontramos a analisar: o celibato feminino e o masculino. Antónia declara, primeiramente, que os prazos que possui passam para o seu filho, «Item disse que o dito Joaõ seu filho, que se acha solteiro, e em sua companhia, em este nomea, e ha por nomeados os seus Prazos (...)»⁵⁵ e, de seguida, descreve um conjunto de obrigações que o mesmo seu filho João deve cumprir para com as suas irmãs, Maria e Josefa, que à altura se encontravam também solteiras, «(...) a Maria e Josefa que se achavaõ solteiras, e tambem em companhia della testadora (...) e hera sua vontade que o dito seu filho Joaõ acima nomeado desse a cada hua desta dozentos mil reis (...) com mais obrigaçãõ de dar as ditas sua Irmães Maria e Josefa (...) para emquanto forem vivas as suas cazas velhas concertandolhas para isso de sorte que nellas possaõ viver no caso de se conservarem solteiras (...)»⁵⁶.

⁵³ No caso da paróquia de Carvalhal pode-se observar esta dinâmica nos traslados testamentários, como é exemplo o de Antónia Francisca, no qual refere que dotou o seu filho Manuel e Joana aquando dos respetivos casamentos. ADB, Paróquia de Carvalhal, *Registos de Testamentos*, 1729-1823, fl. 42v-44v.

⁵⁴ ADB, Paróquia de Carvalhal, *Registos de Testamentos*, 1729-1823, fl. 25v-26.

⁵⁵ ADB, Paróquia de Carvalhal, *Registos de Testamentos*, 1729-1823, fl. 43.

⁵⁶ ADB, Paróquia de Carvalhal, *Registos de Testamentos*, 1729-1823, fl. 43v.

Além do aspeto económico viável que o estado de solteiro/a possui, verificado nestes exemplos, podemos acrescentar que João, filho de Antónia Francisca, à altura do falecimento da mãe, em 1778, contava com 40 anos, idade que já não se mostrava apelativa para constituir uma nova família, acabando por falecer em 1816, no estado de solteiro. Retomando a ideia relativa à distribuição da propriedade, equacionámos a predileção e a pressão sobre estes agentes celibatários como uma forma de evitar a divisão do património familiar, concentrando-os em um só indivíduo.

As condições económicas do agregado familiar, bem como aquelas que seriam exigidas aquando da constituição de uma nova família são explicações que se podem adequar à comunidade em questão. No seio de uma zona rural, a organização de um novo fogo traria encargos financeiros acrescidos a cada um dos membros do casal. Assim, tal como Fernando Miranda afirma, «(...) estar e viver solteiro para além de ser atrativo, era, sobretudo, económica e socialmente viável» (Miranda, 1992, p. 80).

7. Fecundidade

Ao longo do tempo, a historiografia tem revelado que as populações de Antigo Regime demográfico agiam de acordo com as práticas religiosas e, neste sentido, acredita-se que as mesmas se reproduziam num contexto legítimo, sob o sacramento do matrimónio. De referir que, vários são os países europeus que durante este período verificam baixas taxas de ilegitimidade, como são exemplo Inglaterra e França (Flinn, 1981, p. 82), contrastando com as altas taxas encontradas para o norte de Portugal (Amorim, 1987; Miranda, 1992).

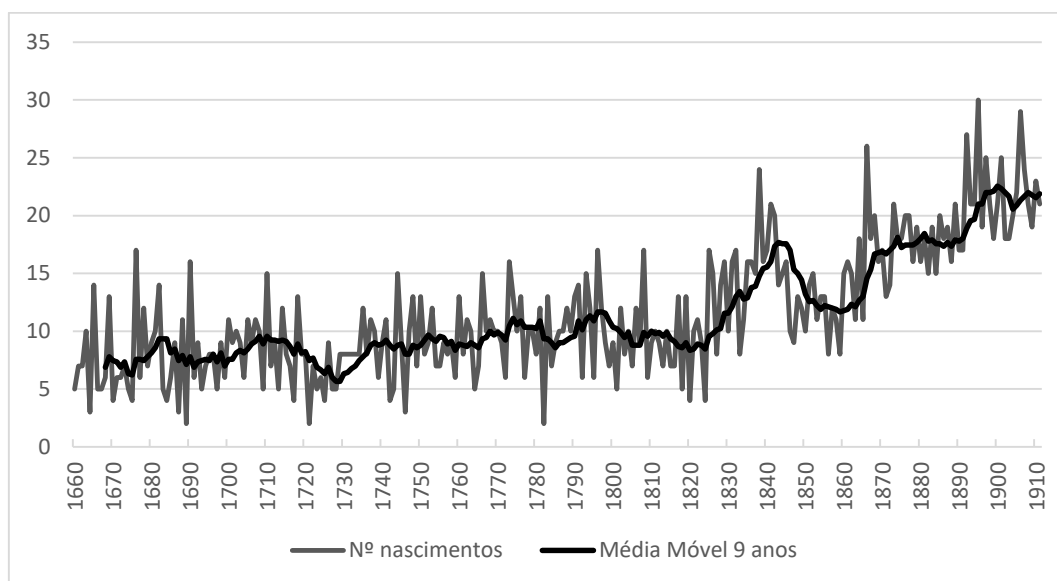
A variável da fecundidade, durante a época pré-industrial, tem sido objeto de estudo por parte de vários historiadores-demógrafos, com o intuito de compreender a evolução populacional, bem como as características de cada região. Podemos afirmar que, durante este período, se observa uma fecundidade próxima do “natural”, visto não existir um conjunto de práticas que levassem ao controlo da natalidade. Vários investigadores têm constatado taxas de fecundidade legítima elevadas no contexto português (Amorim, 1987; Brettell, 1991; Miranda, 1992; Scott, 1999), sendo que um número elevado de filhos proporcionaria às respetivas famílias os rendimentos necessários, à partida, para a sua sobrevivência, adequando-se a uma economia de subsistência.

Contudo, são vários os fatores que elevam ou diminuem as taxas de fecundidade legítima em determinadas regiões, de que são exemplo: a idade ao casamento, a pressão social exercida sobre os indivíduos, os fatores biológicos, que se revelarão importantes na descendência de cada casal, assim como certos condicionantes económicos e culturais.

7.1. Movimento anual de nascimentos

Através da análise do Gráfico 5, cujos valores absolutos foram normalizados através de uma média móvel de nove anos, conseguimos identificar fases distintas no movimento dos nascimentos. Entre 1660 e 1825, registou-se uma média de nascimentos mais ou menos constante, enquanto que, a partir de 1825 até 1845, se verifica um aumento significativo de nascimentos. Segue-se, entre 1845 e 1860, um período de declínio e posterior recrudescimento dos nascimentos, tendência que se mantém até ao final da observação.

Gráfico 5 – Movimento anual dos nascimentos na paróquia de Carvalhal



Fonte: ADB – Registos paroquiais de Carvalhal; APC – Livro Misto (1911).

As oscilações observadas permitem compreender melhor os comportamentos demográficos analisados aquando do estudo efetuado acerca da evolução da população carvalhense. A tendência de aumento evidenciada nesta comunidade é reproduzida, também, em outras paróquias (Amorim, 1998, p. 63; Faria, 1998, p. 238; Scott, 1999, p. 489), porém é o decréscimo do número médio de nascimentos de meados do século XIX que prende a nossa atenção.

Considerando o movimento anual de casamentos e a respetiva média móvel, podemos relacionar a redução de nascimentos com a diminuição do número de casamentos (possível consequência do aumento da idade média ao primeiro casamento) em que esta última se evidencia, sobretudo, entre a década de 1840 e 1850. Esta tendência repercutir-se-á na descida, embora alguns anos depois, do número médio de nascimentos. Uma década depois, em 1860, é possível identificar uma inversão dos movimentos: um aumento do número médio de casamentos que, anos mais tarde, proporcionará um aumento do número médio de nascimentos.

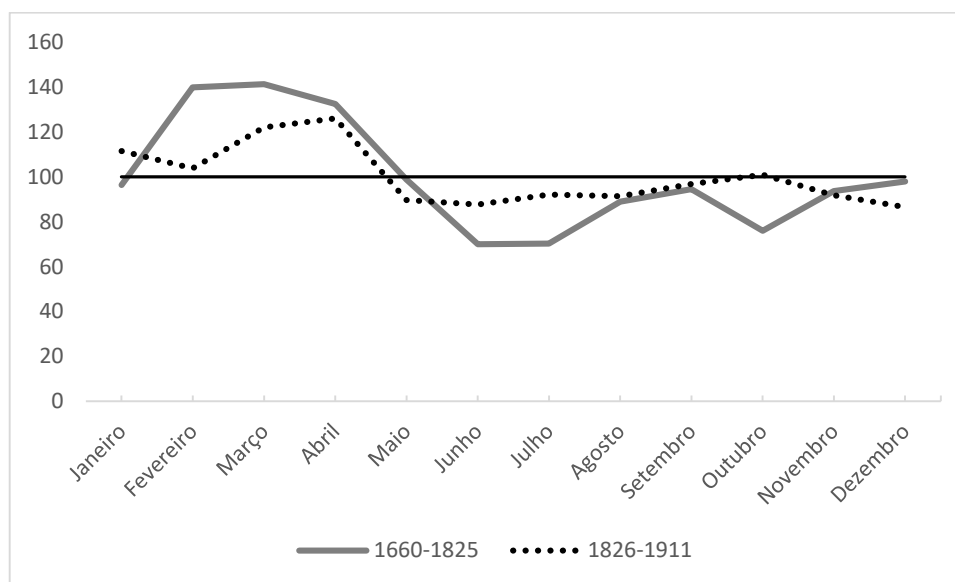
Por outro lado, podemos ainda acrescentar que, tendo em atenção a região em que se insere a paróquia em estudo, os movimentos migratórios também poderão ter contribuído para o decréscimo aqui registado.

7.2. Sazonalidade dos nascimentos

O estudo do movimento sazonal dos nascimentos, segundo o índice de Henry (Fleury e Henry, 1985) incidirá em dois longos períodos, para o qual foi considerado o aumento do volume de nascimentos observado, sobretudo, a partir de 1825, na paróquia de Carvalhal, bem como todas as crianças nascidas na paróquia, legítimas e ilegítimas, excluindo, desta forma, o fenómeno da exposição.

A sazonalidade dos nascimentos observada a partir de uma microanálise permite um conhecimento mais aprofundado dos padrões locais, já que está relacionada com: o clima, com os interditos religiosos e culturais dominantes, com a estrutura económica de determinada sociedade, assim como com o desenvolvimento da respetiva região (Fuster, 1989, p. 465).

Gráfico 6 – Sazonalidade dos nascimentos (por períodos)



Fonte: ADB – Registos paroquiais de Carvalhal; APC – Livro misto (1911).

Os resultados obtidos, em ambos os períodos, demonstram que são os meses de Inverno aqueles que manifestam os maiores índices de sazonalidade contrastando, deste modo, com os meses de Verão, em que se observam os mais baixos, possível consequência da reduzida população de Carvalhal. Esta bipartição anual é reproduzida constantemente nos estudos demográficos que incidem sobre as sociedades do Antigo Regime (Amorim, 1987; Fuster, 1989; Santos, 2004).

Entre 1660 e 1825, podemos constatar que são os meses de fevereiro, março e abril aqueles que possuem os índices mais elevados sendo que os restantes se encontram com índices negativos. Relativamente aos meses que revelaram valores mais elevados correspondem as conceções nos meses de maio, junho e julho, que podem ser explicadas pelo facto de sucederem aos meses de quaresma, e

antecederam a época de maior labor agrícola (à qual podemos associar um aumento de migrações de carácter sazonal).

Quanto ao período que decorre entre 1826 e 1911, podemos afirmar que os valores se revelam mais suaves, identificando índices mais baixos. Aos meses que se situavam acima do índice médio (fevereiro, março e abril), no primeiro período, junta-se o mês de janeiro. Ao primeiro mês do ano correspondem as concepções que ocorreram em abril. À semelhança do que adiantamos para o período anterior, podemos relacionar as concepções ocorridas entre abril e julho com o período que antecedia a época migratória masculina.

De uma maneira geral, estas tendências vêm reforçar a ideia de que a mobilidade sazonal masculina, no Minho, era intensa, sobretudo nas alturas de maior labor agrícola, tal como podemos identificar nos estudos já desenvolvidos sobre esta região (Faria, 1998, p. 101; Leite, 2001, p. 130; Miranda, 1992, p. 94; Rego, 2012, p. 110; Santos, 1999, p. 153; Solé, 2001, p. 152).

7.3. Repartição dos nascimentos segundo os sexos

A proporção de sexos ao nascimento revela-se importante na medida em que permite compreender o equilíbrio da população num determinado lugar, cuja relação de masculinidade se situaria idealmente entre 104 e 107 homens por cada 100 mulheres (Fuster, 1982, pp. 62-63). Assim, os valores que se encontrem abaixo de 100 «(...) podem afectar, de forma notória, a reprodução de uma pequena sociedade rural, mais ou menos isolada» (Amorim, 1987, p. 146).

Para a paróquia de Carvalhal, a relação de masculinidade foi analisada segundo dois longos períodos, de forma a compreender os desequilíbrios verificados durante a evolução populacional.

Quadro 12 – Repartição dos nascimentos segundo os sexos (por períodos)

Períodos	Masculino	Feminino	R.M.
1660-1825	737	733	100,5
1826-1911	753	735	102,4

Fonte: ADB – Registos paroquiais de Carvalhal; APC – Livro misto (1911).

Verificamos que os valores encontrados para o rácio de masculinidade oscilaram entre 100,5 e 102,4, dos quais podemos concluir que nasceram mais rapazes do que raparigas, em ambos os períodos. De referir que este ligeiro desequilíbrio será colmatado pela mortalidade infantil, onde «os rapazes pagariam maior tributo à morte na infância» (Amorim, 1987, p. 147).

Estas relações de masculinidade ao nascimento tendem a ser inferiores às que foram encontradas noutras paróquias do norte do país (Amorim, 1987, p. 146; Faria, 1998, p. 102; Miranda, 1992, p. 96; Santos, 1999, p. 155; Solé, 2001, p. 155), valores que podem estar relacionados com a reduzida dimensão populacional.

7.4. Taxas de fecundidade legítima por grupos de idade e idade da mãe ao nascimento do último filho

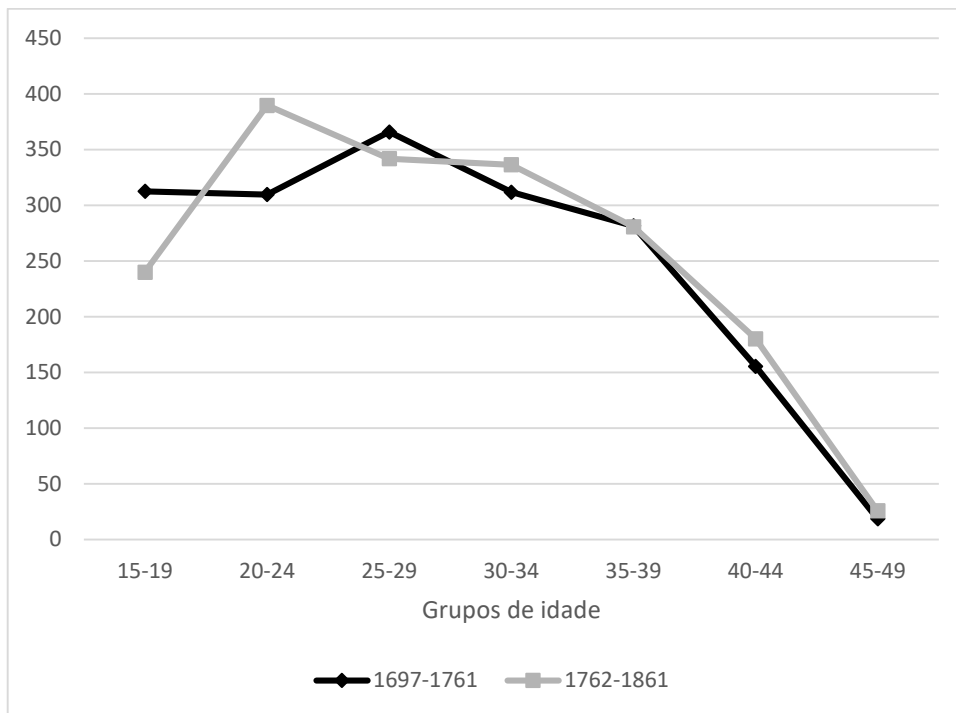
O cálculo das taxas de fecundidade legítima obtém-se do número de nascimentos observados nas famílias que possuem informações completas, tais como: data de nascimento e casamento da mulher, data de batismo de todos os filhos do casal e a data de óbito do primeiro cônjuge falecido. Para o cálculo das taxas de fecundidade recorreremos à divisão do número de nascimentos que ocorreram num determinado grupo de idade da mulher, pelo número total de anos de união conjugal passados nos respetivos grupos (Santos, 2004, p. 118).

A partir dos dados obtidos, será possível identificar se a fecundidade não é controlada, observando-se, assim, uma “fecundidade natural”, ou, pelo contrário, se já existe um controlo da fecundidade⁵⁷. Os vários ensaios que incidem sobre o estudo da natalidade têm demonstrado que nas sociedades pré-industriais os comportamentos relativos às taxas de fecundidade legítima materializam-se em linhas de tendência côncava ou convexa (Santos, 2004, p. 120), demonstrando, desta forma, uma comunidade cuja natalidade era próxima do designado como “natural” e que se verifica também quando as respetivas taxas apresentam uma diminuição consoante o avanço da idade (Brettell, 1991, p. 187).

Para esta observação optámos pela divisão em dois períodos com vista a perceber alterações nos comportamentos reprodutivos desta paróquia (Gráfico 7).

⁵⁷ Veja-se, por exemplo, o estudo de Alvito S. Pedro (Miranda, 1992, p. 102). O autor, através das informações referentes ao século XX, identifica uma mudança na sociedade daquela paróquia, em que «(...) as mulheres de Alvito S. Pedro começaram a utilizar um incipiente controlo da natalidade, fazendo a limitação voluntária de nascimentos em certos grupos e idade (...)».

Gráfico 7 – Taxas de fecundidade legítima por grupos de idade (‰)



Fonte: ADB – Registos paroquiais de Carvalhal.

Podemos constatar que, no primeiro período, é no grupo daquelas mulheres que casaram com idades entre 25 e 29 anos que se regista a taxa de fecundidade mais alta e o grupo daquelas que casaram com idades entre 15 e 24 anos apresentam, sensivelmente, os mesmos valores, sendo que este facto poderá estar relacionado com o baixo número de famílias que foram consideradas para esta análise (veja-se Quadro 14).

No segundo período, observamos que o grupo etário que regista a maior taxa de fecundidade legítima é o de 20-24 anos, seguindo-se aquele dos 25-29 anos. O aumento do número de casos poderá ajudar a compreender o aumento da taxa de fecundidade legítima face ao período anterior, tal como poderemos ver em seguida (Quadro 14).

O aumento das taxas que se registaram entre o grupo de mulheres que casaram com idade entre 15-19 anos e o grupo dos 20-24 anos, poderá estar relacionado com a menarca e consequente desenvolvimento sexual da mulher (Amorim, 1987, p. 161). A partir dos 35 anos, assiste-se a uma descida nítida das taxas de fecundidade que se agrava no grupo daquelas que casaram com idade compreendidas entre 45-49 anos, como seria de esperar, devido ao término do ciclo reprodutivo.

As mulheres que contraíram matrimónio com idades compreendidas entre 20 e 29 anos, apresentaram as mais elevadas taxas de fecundidade legítima em toda a observação, o que se verifica também na generalidade das paróquia minhotas durante o Antigo Regime demográfico, como em

Guimarães, em ambas as zonas, (Amorim, 1987, p. 163), Meadela (Solé, 2001, p. 158), Alvito S. Pedro (Miranda, 1992, p. 97), Ronfe (Scott, 1999, p. 217) e Romarigães (Santos, 1999, p. 157).

Numa perspetiva comparativa (Quadro 13), os resultados encontrados na paróquia de Carvalhal para as taxas de fecundidade legítima foram inferiores aos que se obtiveram em outras paróquias da região (Amorim, 1987, p. 161; Brettell, 1991, p. 189; Miranda, 1992, p. 97; Scott, 1999, p. 217). Os valores podem estar relacionados com as sucessivas crises frumentárias experienciadas durante a segunda metade do século XVIII, tais como a crise cerealífera, sentida desde 1765 até aos inícios do século XIX, que se abateu na região do Minho, assim como na Comarca de Barcelos (Capela, 1987, p. 140). De referir que também o clima bélico vivenciado sobretudo durante o século XIX, nomeadamente com as invasões francesas, poderá ter contribuído para a rutura dos agregados familiares, na medida em que os homens eram recrutados para a guerra.

Quadro 13 – Taxas de fecundidade legítima comparadas

Localidades	Períodos	Menos de 20	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49
Guimarães (zona rural) a)	1620-1739	309	449	425	423	338	197	18
	1740-1814	348	502	428	397	335	179	24
Ronfe (Guimarães) b)	1701-1750	–	415	434	385	292	176	16
	1751-1800	–	387	402	356	307	163	30
	1801-1850	–	410	376	376	285	167	11
Alvito S. Pedro (Barcelos) c)	Antes de 1750	–	375	355	323	286	170	35
	1750-1819	–	426	417	361	303	157	18
Barcelinhos (Barcelos) d)	1660-1859	427	389	372	350	285	161	23
Santa Eulália (Viana do Castelo) e)	1700-1719	214	512	394	274	269	165	–
	1720-1739	200	387	393	412	288	174	–
	1740-1759	207	483	379	355	269	164	–
	1760-1779	575	366	374	358	333	131	–
	1780-1799	–	370	331	334	277	138	–
	1800-1819	685	433	401	351	287	179	–
	1820-1839	537	391	408	354	305	162	–
1840-1859	160	401	317	236	275	149	–	

Fonte: a) (Amorim, 1987, p. 161); b) (Scott, 1999, p. 217); c) (Miranda, 1992, p. 97); d) (Faria, 1998, p. 103); e) (Brettell, 1991, p. 189).

Quadro 14 – Taxas de fecundidade legítima por grupos de idade (%) e descendência teórica

Períodos	Famílias (N)	Grupos de idade							D.T.
		15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49	
1697-1761	57	312,5	309,7	365,8	311,8	281,5	155,6	18,7	4,9
1762-1861	85	240,1	389,7	341,9	336,4	280,8	180,2	25,9	5,4

Fonte: ADB – Registos paroquiais de Carvalhal.

O aumento das taxas de fecundidade legítima, do primeiro para o segundo período, teria resultado do crescimento do número de filhos por casal (Quadro 14), de 4,9 filhos para 5,4 filhos, facto que estará associado à descida das idades médias da mulher ao primeiro casamento. Com efeito, quanto mais tarde as mulheres se casavam, mais reduzido era o seu período fértil e, por conseguinte, menos filhos teriam a oportunidade de gerar (Brettell, 1991, p. 187).

Vários estudos sobre a região do Minho (Amorim, 1987; Brettell, 1991; Rowland, 1984) têm demonstrado que o número reduzido de filhos está associado, por vezes, à característica de exploração da terra, aos casamentos tardios, assim como a outros fatores que por vezes não são diretamente observáveis nas fontes consultadas, como os registos paroquiais que sustentam a análise demográfica sobre Carvalhal. Tratando-se de uma paróquia rural de reduzidas dimensões podemos dizer que, tomando como exemplo a paróquia de Santa Eulália, uma família numerosa não era muito apelativa se tivermos em mente os encargos financeiros que os filhos implicavam e a economia de subsistência que era inerente ao Norte do país.

Através do Quadro 15, pretendemos compreender se a idade média da mãe ao nascimento do último filho poderá ter tido influência nas taxas de fecundidade legítima.

Quadro 15 – Idade média da mãe ao nascimento do último filho (famílias completas)

Períodos	Famílias (N)	Idade Média
1697-1761	57	39,9
1762-1861	85	41,1

Fonte: ADB – Registos paroquiais de Carvalhal.

Embora a idade tardia das mulheres ao primeiro casamento possa ter contribuído para uma diminuição do número de filhos, em combinação com outros fatores como a prática da amamentação prolongada, concluímos que esta influência poderá ter sido atenuada pelo aumento da idade média da mãe ao nascimento do último filho. Embora a ampliação desta mesma tenha sido em cerca de um ano,

de 39,9 anos para 41,1, esta dilatação seguramente terá contribuído para o acréscimo das taxas de fecundidade legítima.

7.5. Influência da idade média da mulher ao casamento nas taxas de fecundidade legítima

Para a análise da influência da idade média da mulher ao primeiro casamento nas taxas de fecundidade legítima recorreremos a uma perspetiva transversal, utilizando todas as famílias Tipo 1 e, por uma questão de representatividade, foi adotado um único período temporal (1697-1861).

Quadro 16 – Taxas de fecundidade legítima segundo a idade ao casamento

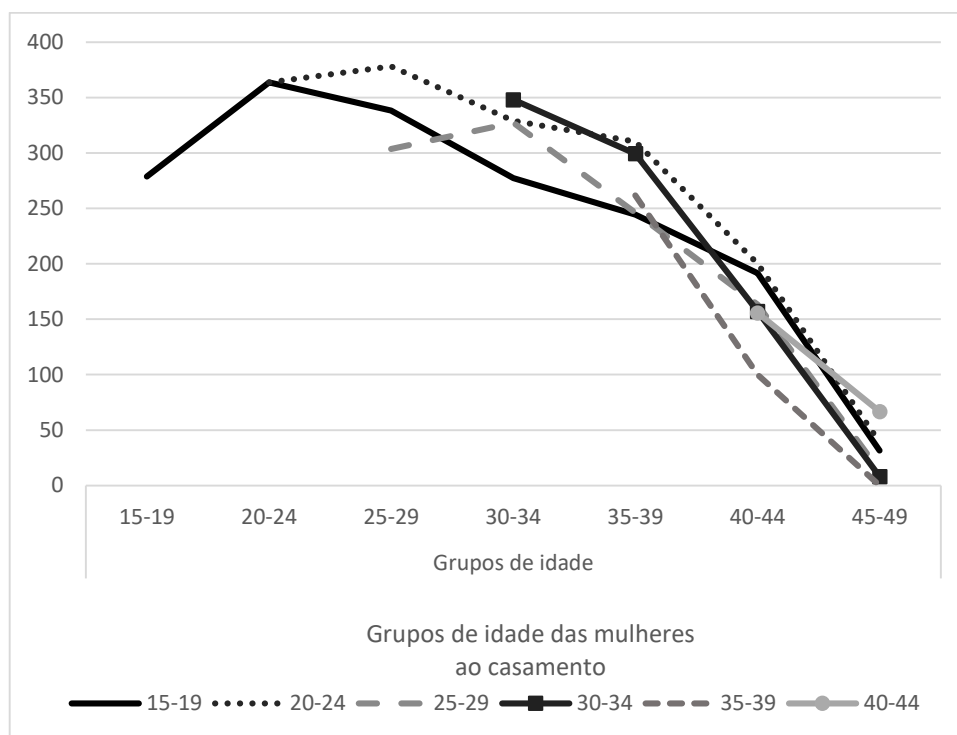
Idade da mulher ao casamento	N	Grupos de idade						
		15-19	20-24	25-29	30-34	35-39	40-44	45-49
15-19	11	278,8	363,6	338,4	277,2	244,4	191,5	31,6
20-24	45		363,6	378,2	329,0	310,2	200,2	39,0
25-29	40			303,7	327,4	246,0	163,4	13,4
30-34	32				348,1	299,4	157,1	8,0
35-39	8					261,8	100,0	0,0
40-44	4						155,6	66,7

Fonte: ADB – Registos paroquiais de Carvalhal.

Como seria expectável, as taxas de fecundidade legítima (Quadro 16), alcançaram índices mais elevados nos grupos etários correspondentes à idade das mulheres ao casamento e no grupo que se segue àquele do casamento. Concluimos também que as mulheres que casaram entre os 20 e 24 anos revelaram as mais altas taxas de fecundidade, ultrapassando as que se encontravam nos grupos acima dos 25 anos.

Os prolongados intervalos protogenésicos poderão ajudar a compreender a razão pela qual as taxas de fecundidade legítima são mais elevadas no grupo de idades que segue o grupo da idade da mulher ao casamento. De referir que as mulheres que casaram com idades superiores a 29 anos revelaram taxas superiores no grupo etário ao qual correspondia a idade ao casamento, seguindo-se uma queda acentuada das taxas de fecundidade, explicável pelo fim do ciclo reprodutivo, tal como seria de esperar.

Gráfico 8 – Taxas de fecundidade legítima por grupos de idade segundo a idade ao primeiro casamento



Fonte: ADB – Registos paroquiais de Carvalhal.

Através do Gráfico 8 podemos observar graficamente aquilo que tínhamos constatado anteriormente, é possível observar uma tendência de diminuição das taxas de fecundidade legítima à medida que vai aumentando a idade, o que seria de esperar numa sociedade de Antigo Regime, na qual que se observa uma fecundidade próxima do natural.

7.6. Ausência de filhos segundo a idade ao casamento

A ausência de filhos segundo a idade da mulher ao primeiro casamento constitui um importante indicador para avaliar a capacidade reprodutiva dos casais numa determinada população. Para esta análise, foram excluídos os casos das mulheres que casaram com idade inferior a 15 anos, bem como as que contraíram matrimónio com idade superior a 40 anos. Por uma questão de representatividade concentrámos a observação num único período.

O fenómeno da esterilidade do casal não é de fácil compreensão e o Quadro 17 demonstra esta mesma dificuldade, por várias razões. A primeira, resulta do reduzido número de casos observados que, na sua totalidade, não ultrapassa os 124 casais. Consequência da primeira razão, advém o segundo obstáculo: as respetivas percentagens atingem, em certos momentos, proporções de difícil compreensão.

Quadro 17 – Ausência de filhos segundo a idade da mulher ao primeiro casamento (1697-1861)

Idade ao casamento	Observações (N)	Casais estéreis (N)	% de esterilidade
<20	9	2	22,2
20-24	42	1	2,4
25-29	39	6	15,4
30-34	27	1	3,7
35-39	7	3	42,9

Fonte: ADB – Registos paroquiais de Carvalhal.

As mulheres que casaram com menos de 20 anos registaram uma percentagem elevada (22,2%), que resulta seguramente do reduzido número de casos observados, contrastando com os grupos daquelas mulheres que celebraram o primeiro matrimónio com idades que variavam entre 20 e 34 anos, onde se constata uma diminuição das percentagens de esterilidade.

Contudo, verificamos que o grupo em que estão incluídas as mulheres que se casaram entre 25 e 29 anos regista uma percentagem de casais estéreis mais elevada que o grupo anterior e posterior (15,4%). Estes valores procedem de duas de entre as seis mulheres dos casais estéreis que casaram com idades compreendidas entre 25 e 29 anos, as quais faleceram alguns anos após o casamento, enquanto que, as restantes quatro, atingiram o fim do ciclo reprodutivo. Relativamente a estas últimas, não podemos identificar outra causa para a esterilidade se não a do fator de ordem biológico.

Quanto àquelas que casaram com idades compreendidas entre 35 e 39 anos verifica-se um aumento da percentagem tal como seria expectável tendo em atenção o fim do ciclo reprodutivo feminino.

De um modo geral, podemos concluir, à semelhança de outras paróquias minhotas, como Alvito S. Pedro (Miranda, 1992, p. 106) e Romarigães (Santos, 1999, p. 160), que existe uma tendência progressiva de aumento da esterilidade que acompanha a idade da mulher ao primeiro casamento, como se verificou no grupo daquelas que casaram com idades entre 35 e 39 anos.

7.7. Espaçamento dos nascimentos

O espaçamento temporal verificado entre os vários nascimentos dos filhos dos casais permitir-nos-á compreender as tendências observadas anteriormente nas taxas de fecundidade legítima. Para esta análise baseámo-nos numa amostra de famílias (desde o Tipo 1 ao Tipo 4), sendo que as famílias identificadas como Tipo 1 e Tipo 3 são aquelas que nos permitem obter resultados mais consistentes, uma vez que para estas se conhece a idade da mãe ao nascimento do primeiro filho. Contudo, as famílias Tipo 2 e Tipo 4 tornam possível uma visão do conjunto que não exija esta informação.

7.7.1. Intervalo protogenésico

O cálculo do intervalo protogenésico é de extrema importância para o estudo das sociedades pré-industriais, na medida em que permite conhecer a capacidade reprodutiva em determinada zona geográfica. O facto de este intervalo se materializar em espaços demasiado longos ou curtos irá refletir-se na descendência final de cada casal. Assim, os valores referentes a este intervalo permitem avaliar as taxas de fecundidade legítima registadas na paróquia, em articulação com o número médio de filhos já calculado.

Para o cálculo do intervalo protogenésico médio por grupos de idade da mulher ao primeiro casamento, foram consideradas todas as famílias Tipo 1 e Tipo 3 (Quadro 18). Tendo em consideração a prática sexual anterior ao matrimónio (condenada pela Igreja), excluiremos todos os indivíduos que nasceram com intervalos inferiores a 8 meses, a fim deste cálculo não ser distorcido pelas conceções pré-nupciais.

Quadro 18 – Intervalo protogenésico médio (em meses)

Períodos	Grupos de idade da mulher					Todas as idades
	<20	20-24	25-29	30-34	>34	
1697-1761	21,8	15,3	19,6	19,2	15,6	18,3
1762-1861	15,1	14,8	16,9	15,6	15,2	15,5

Fonte: ADB – Registos paroquiais de Carvalhal.

Os resultados obtidos permitem comprovar as tendências observadas em vários estudos demográficos que incidem sobre a região do Minho (Amorim, 1987, p. 191; Juncal, 2004, p. 122; Santos, 1999, p. 164; Solé, 2001, p. 165), os quais têm demonstrado que os intervalos obtidos para o período anterior a 1750 são superiores, em todos os grupos etários, àqueles apresentados para o período subsequente. Na coluna “Todas as idades” podemos constatar esta mesma diferença, de cerca de três meses, entre o primeiro período (18,3 meses) e o segundo período (15,5 meses).

De referir que as mulheres que casaram com menos de 20 anos apresentam, para o primeiro período, o maior espaçamento, superior a 20 meses, comparativamente aos outros grupos etários; porém, no período seguinte, assistimos a uma redução de cinco meses no mesmo intervalo. Vários estudos têm demonstrado que este intervalo pode decorrer das características biológicas da mulher, neste caso com menos de 20 anos, associadas ao facto de, por altura do casamento, o seu corpo ainda não estar completamente desenvolvido, dilatando assim o intervalo protogenésico (Santos, 2004, p. 134).

A descida que se observa de um período para o outro, poderá «(...) ser um novo indicativo da antecipação da menarca, para a segunda metade do século XVIII» (Amorim, 1987, p. 192).

É no grupo das mulheres que casaram com idades compreendidas entre 20-24 anos, que se verifica os intervalos menores desta análise oscilando entre 15 e 14 meses no primeiro e segundo períodos, respetivamente. Anteriormente, tivemos a oportunidade de observar que era neste mesmo grupo que se situavam as taxas de fecundidade legítima mais elevadas, permitindo-nos, desta forma, relacionar a influência da idade da mulher ao primeiro casamento com a descendência dos casais, visto que os intervalos são relativamente curtos.

O terceiro grupo etário manifesta um longo intervalo protogenésico, em ambos os períodos, situando-se perto dos 20 meses entre 1697-1761 e perto dos 17 meses entre 1762-1861. Esta tendência reflete-se nas taxas de fecundidade legítima, tal como observamos anteriormente, que são mais elevadas no grupo etário que segue o grupo da idade das mulheres ao primeiro casamento (Gráfico 8 – Taxas de fecundidade legítima por grupos de idade segundo a idade ao primeiro casamento).

Os grupos de idades que correspondem às mulheres que casaram pela primeira vez com mais de 30 anos apresentam valores semelhantes, com exceção do intervalo superior a 19 meses registado no grupo de mulheres que casaram entre os 30 e os 34 anos, no primeiro período. Constatamos também que os dois últimos grupos revelaram sempre valores mais baixos do que os que foram encontrados para os outros grupos, o que se pode relacionar com a proximidade do fim do ciclo reprodutivo feminino.

Quadro 19 – Intervalo protogenésico inferior a um ano (%)

Períodos	Meses	Grupos de idade da mulher			Todas as idades
		<25	25-29	>30	
1697-1761	8 a 11	22,7	44,4	33,3	33,5
	> 11	77,3	55,6	66,7	66,5
1762-1861	8 a 11	41,0	40,0	35,0	38,7
	> 11	59,0	60,0	65,0	61,3

Fonte: ADB – Registos paroquiais de Carvalhal.

Considerando todas as idades da mulher ao primeiro casamento (Quadro 19), as respetivas percentagens mostram que, em ambos os períodos, mais de metade das mulheres tiveram o seu primeiro filho mais de 11 meses após o matrimónio. Constatamos também que, do primeiro para o segundo período, houve uma redução dessas percentagens, equiparando-se àquela observada no primeiro intervalo protogenésico.

Podemos ainda referir que, entre 1697 e 1761, 77,3% das mulheres que casaram com idade inferior a 25 anos tiveram o seu primeiro filho mais de 11 meses após o matrimónio, decaindo para 59%, no período seguinte. Como vimos anteriormente, este facto poderá estar relacionado com a antecipação da menarca durante o século XVIII.

7.7.2. Intervalos intergenésicos

Como se tem verificado em sociedades de Antigo Regime demográfico, os intervalos intergenésicos estariam relacionados com diversos fatores de ordem cultural, social e biológica, como a amenorreia após o parto, a imunidade conferida pelo período de aleitamento mais ou menos prolongado, bem como a mortalidade infantil e a mobilidade masculina (Tapinos, 1985).

Na paróquia em estudo, o cálculo dos intervalos intergenésicos incidiu sobre as famílias Tipo 1 e Tipo 3 que tiveram pelo menos dois filhos, excluindo os intervalos superiores a 50 meses.

Quadro 20 – Primeiro intervalo intergenésico (com exclusão de intervalos > 50 meses)

Períodos	Grupos de idade da mulher				Todas as idades
	< 25	25-29	30-34	> 34	
1697-1761	28,5	28,7	31,8	28,2	29,3
1762-1861	23,5	28,4	23,6	24,6	25

Fonte: ADB – Registos paroquiais de Carvalhal.

Considerando os resultados obtidos para o primeiro intervalo intergenésico em todas as idades (Quadro 20), podemos constatar que a sua duração foi maior no primeiro período (29,3 meses), decaindo no segundo período para 25 meses. Com exceção para o grupo das mulheres que casaram entre os 25 e 29 anos, todos os restantes grupos apresentaram uma visível redução do respetivo intervalo.

Pode concluir-se que, nesta população, o primeiro intervalo intergenésico revelou um alargamento de 10 meses, aproximadamente, face ao intervalo protogenésico. Este facto poderá estar relacionado com o período de imunidade conferida pelo parto e subsequente aleitamento do primeiro filho. Esta tendência também se observou em outras paróquias do Minho como, por exemplo, Guimarães, tanto nas áreas urbanas como nas áreas rurais ou mistas (Amorim, 1987, p. 194), ou ainda em Romarigães, paróquia rural do Alto Minho (Santos, 1999, p. 167).

Para a observação dos sucessivos intervalos intergenésicos segundo a idade da mulher ao primeiro casamento, foram isoladas as famílias que tiveram cinco ou mais filhos. Atendendo ao reduzido número

de famílias numerosas nesta paróquia e ao facto de se tratar de um período anterior à transição demográfica, optámos por uma análise que incide sobre um único período (Quadro 21).

Quadro 21 – Intervalos intergenésicos médios sucessivos em famílias numerosas (1697-1861)

	Idades ao casamento da mulher				Todas as idades
	<20	20-24	25-29	30 e +	
Número de famílias	11	29	24	6	70
1º intervalo	30,4	26,8	27,4	22,7	26,8
2º intervalo	26,7	32,9	30,3	25,5	28,9
3º intervalo	30,2	33,4	34,7	29,4	31,9
4º intervalo	31,2	33,8	34,1	29,6	32,2
5º intervalo	28,1	34,4	39,6	43,0	36,3

Fonte: ADB – Registos paroquiais de Carvalhal.

Os resultados obtidos mostram que os intervalos intergenésicos sucessivos aumentaram progressivamente. Concluimos também que o grupo de mulheres cujo casamento ocorreu em idade igual ou superior a 30 anos registou os intervalos mais curtos, com exceção do quinto intervalo que se alargou até aos 43 meses, explicável através das dificuldades de conceção, propiciadas pelo aumento da idade feminina e consequente fim do ciclo reprodutivo. Esta duração mais prolongada é expectável uma vez que as mulheres que casavam mais tarde dificilmente chegariam a ter seis ou mais filhos.

Para o cálculo dos intervalos intergenésicos médios (Quadro 22) foram consideradas todas as famílias fecundas, independentemente do número de filhos, e relativamente às quais são conhecidas as datas de casamento e nascimento da mulher, assim como a data de batismo de todos os filhos e a data de óbito do primeiro cônjuge falecido.

Quadro 22 – Intervalos intergenésicos médios

	1697-1861
1º Intervalo	30,1
2º Intervalo	34,3
3º Intervalo	36,8
4º Intervalo	31,1
5º Intervalo	32,6

Fonte: ADB – Registos paroquiais de Carvalhal.

Os resultados obtidos confirmam a tendência que se verificou na análise dos intervalos intergenésicos sucessivos, de um dilatamento progressivo do intervalo médio entre os vários filhos, sempre superior a dois anos. Referira-se que o terceiro intervalo intergenésico médio é o mais longo (36,8 meses), contrastando com os dois últimos intervalos que são relativamente mais curtos.

Estas oscilações podem ser explicadas pela maior ou menor dimensão das famílias e pela idade da mulher ao primeiro casamento, uma vez que a descendência dos casais diminui consoante a faixa etária dela à data do primeiro matrimónio.

7.8. Número de filhos nascidos por união

O cálculo do número médio de filhos por família permite uma melhor compreensão das taxas de fecundidade legítima encontradas para esta população, bem como dos respetivos comportamentos reprodutivos. Para este efeito, consideramos as famílias relativamente às quais se conhece o início e o fim da união, a data de casamento e a data de óbito do primeiro cônjuge falecido (famílias Tipo 1 e 2), e de forma a avaliar eventuais alterações na composição familiar, foram adotados dois períodos (Quadro 23).

Quadro 23 – Distribuição das famílias por número de filhos

Períodos	1660-1761		1762-1861	
	Famílias (N)	%	Famílias (N)	%
0	17	19,5	11	9,2
1	10	11,5	8	6,7
2	6	6,9	9	7,5
3	6	6,9	12	10,0
4	7	8,0	15	12,5
5	10	11,5	17	14,2
6	11	12,6	11	9,2
7	4	4,6	11	9,2
8	5	5,7	11	9,2
9	9	10,3	5	4,2
10	2	2,3	10	8,3
Total	87	100,0	120	100,0
Famílias fecundas (N)	70		109	
Média de filhos por família	4,1		4,9	
Média filhos famílias fecundas	5,1		5,4	

Fonte: ADB – Registos paroquiais de Carvalhal; APC – Livro Misto.

Relativamente às percentagens de esterilidade dos casais reconhecemos uma acentuada redução do primeiro para o segundo período, de 19,5% para 9,2%. A elevada percentagem observada até ao ano de 1761 poderá estar relacionada com a mobilidade geográfica masculina que na região do Minho era muito intensa, sobretudo em períodos de trabalho agrícola em outras regiões (Brettell, 1991, p. 103; Monteiro, 2000, p. 143).

Se considerarmos os valores encontrados, a partir da mesma metodologia, para outras paróquias do concelho de Barcelos, constatamos que esta redução não se verificou em Barcelinhos (Faria, 1998, p. 110), nem em Alvito S. Pedro (Miranda, 1992, p. 115), revelando, pelo contrário, uma tendência para aumento de valores, sendo que Barcelinhos registou a maior percentagem (29,6%), durante o século XIX.

Considerando a distribuição das famílias segundo o número de filhos podemos constatar um aumento da percentagem, do primeiro para o segundo período, relativa àquelas que tiveram entre três e seis filhos, de 39% para 45,9%, respetivamente, contrastando com 22,9% e 30,9% das famílias que tiveram mais de seis filhos.

Comparando o número médio de filhos por família, nestas paróquias (Quadro 24), concluímos que é em Carvalhal que se registou a mais elevada média tanto até 1761, como após esta data.

Quadro 24 – Comparação do número médio de filhos por família em paróquias do concelho de Barcelos

Localidades	Períodos	Média de filhos por família
Carvalhal (Barcelos) a)	1660-1761	4,1
	1762-1861	4,9
Alvito S. Pedro (Barcelos) b)	Antes de 1750	3,6
	1750-1899	4,0
Barcelinhos (Barcelos) c)	Antes de 1751	4,0
	1751-1830	2,9

Fonte: a) ADB – Registos paroquiais de Carvalhal; b) Miranda, 1992, p. 115; c) Faria, 1998, p. 110.

Considerando os resultados obtidos podemos identificar duas tendências dissemelhantes: Carvalhal e Alvito S. Pedro registam um aumento do número médio de filhos, do primeiro para o segundo período, enquanto que, em Barcelinhos, se verifica uma redução. As diferenças verificadas entre paróquias poderão resultar de fatores de ordem biológica, como a descida da idade média da mulher ao primeiro casamento, facto identificado em Carvalhal e Alvito S. Pedro (Miranda, 1992, p. 116), paróquias rurais; contrariamente, em Barcelinhos, paróquia mista, observou-se um aumento da respetiva idade do século XVIII para o século XIX (Faria, 1998, p. 71). Podemos ainda acrescentar que as duas primeiras

registam um aumento da duração das uniões conjugais, como veremos de seguida, enquanto que a última revela uma redução, de 24,1 para 18,8 anos.

7.9. Duração das uniões

Para o cálculo da duração média das uniões conjugais foram selecionadas as famílias, fecundas ou não fecundas, relativamente às quais se conhece a data de casamento e a data de óbito do primeiro cônjuge falecido, abstraindo da idade da mulher ao casamento e do facto de se tratar de uma primeira ou ulterior união.

Quadro 25 – Duração das uniões conjugais

Anos \ Períodos	1660-1761		1762-1861	
	N	%	N	%
0-4	6	10,3	1	0,9
5-9	2	3,4	3	2,8
10-14	1	1,7	8	7,4
15-19	4	6,9	8	7,4
20-24	6	10,3	13	12,0
25-29	4	6,9	11	10,2
30 e +	35	60,3	64	59,3
Total	58	100,0	108	100,0
Duração média	29,1		31,2	

Fonte: ADB – Registos paroquiais de Carvalhal.

Os valores apresentados no Quadro 25 revelam que a maior parte das uniões ultrapassou os 30 anos de convivência conjugal em ambos os períodos e, por outro lado, registou-se um aumento da duração média das uniões, de 29,1 para 31,2 anos. De um modo geral, concluímos que as uniões se concentraram em mais de 25 anos, tal como podemos verificar através das somas das respetivas percentagens: 67,2%, no primeiro período, e 69,5%, no período seguinte.

Os resultados obtidos assemelham-se à tendência encontrada na região do Minho, onde as uniões conjugais se têm revelado duradouras e onde grande parte das famílias consegue comemorar as *bodas de prata*. Citemos como exemplo as paróquias de Romarigães (Santos, 1999, pp. 170-171), Pico de Regalados (Araújo, 1992, p. 122), São Miguel da Facha (Machado, 1995, p. 82), Alvito S. Pedro (Miranda, 1992, p. 116) e Priscos (Fernandes, 2015, p. 58). O alargamento da duração das uniões

poderá ser consequência de uma melhoria da qualidade de vida da população, assim como da descida da idade média feminina ao primeiro casamento, durante o século XVIII e XIX.

7.10. Concepções pré-nupciais

Os intervalos protogenésicos inferiores a oito meses correspondem, na sua quase totalidade, a concepções pré-nupciais e permitem avaliar a pressão social exercida sobre os casais que tiveram um contacto “ilícito” fora do matrimónio, bem como a maior ou menor influência das regras eclesiásticas no comportamento das populações.

Para esta análise foram observados todos os nascimentos legítimos nas famílias das quais conhecemos a data de casamento e a data de batismo de filhos (Tipo 1 a 4), considerando dois longos períodos⁵⁸.

Quadro 26 – Intervalos protogenésicos inferiores a 8 meses

Períodos	Total de intervalos	Intervalo < 8 meses			Intervalo < = 3 meses	
	N	N	%	Intervalo médio (em meses)	N	%
1660-1825	207	30	14,5	6,1	14	46,7
1826-1911	186	25	13,4	5,0	13	52,0

Fonte: ADB -Registos paroquiais de Carvalhal; APC -Livro Misto (1911).

Os resultados encontrados (Quadro 26) permitem afirmar que a percentagem de concepções pré-nupciais apresentou uma tendência muito semelhante àquela registada em outras paróquias minhotas como Pico de Regalados (Araújo, 1992, p. 132), Alvito S. Pedro (Miranda, 1992, p. 121) e S. Miguel da Facha (Machado, 1995, p. 88). Concluímos, também, que os intervalos inferiores ou iguais a três meses aumentaram do primeiro para o segundo período (de 46,7% para 52%), relacionando-se com a redução do intervalo médio de 6,1 para cinco meses que, uma vez mais, se aproxima dos valores verificados nas paróquias acima referidas.

A investigação desenvolvida por Michael Flinn (Flinn, 1981, p. 83) sobre o fenómeno das concepções pré-nupciais mostra que o aumento da sua incidência poderá ter dois únicos efeitos: a redução da idade média ao primeiro casamento, consequência da pressão exercida sobre os respetivos casais, bem como o aumento do número médio de filhos por casal.

⁵⁸ Consultar o Anexo 3 para seguir a evolução do comportamento em períodos mais curtos.

A pressão exercida não só pela Igreja, mas também pela família e sociedade em que se inserem estes casais “imprudentes” poderá explicar os resultados obtidos, sobretudo se considerarmos as percentagens que se referem aos nascimentos com intervalos iguais ou inferiores a três meses. Podemos referir que nas paróquias rurais, ao contrário do que se verifica nas urbanas, parece existir uma relação entre o poder patriarcal e os valores encontrados, isto é, num meio rural seria mais fácil o pai, ou outra figura masculina, encontrar e pressionar o possível causador da desonra da sua filha (Miranda, 1992, p. 121), enquanto que no meio urbano esta atitude revelar-se-ia praticamente infrutífera tendo em conta a dinâmica social deste meio.

Para uma melhor compreensão desta comunidade e considerando que a profissão do chefe de família permite, de alguma maneira, avaliar o seu estatuto social, seleccionámos alguns exemplos de concepções pré-nupciais.

Antónia Maria casou-se com Manuel José dos Santos, em 14 de junho de 1761, e tiveram a primeira filha no primeiro de dezembro do mesmo ano. Sabemos que o pai de Antónia, António Francisco casado com Maria Álvares Ribeiro, era moleiro e tendo por isso uma vasta rede de contactos devido à sua profissão, possivelmente não admitiria que a sua filha fosse mãe solteira, pressionando o seu casamento num breve prazo a fim de proteger a sua família da “desonra”.

Outro casal, José António Fernandes contraiu matrimónio com Maria Josefa, em 4 de abril de 1781, tendo o seu primeiro filho em 16 de setembro do mesmo ano. Sabemos que Maria Josefa, natural de Remelhe, era filha ilegítima de Francisca, solteira, assim como o seu noivo era, também, filho ilegítimo de Maria, natural de Carvalhal. Consideramos a hipótese que, uma vez que ambos eram filhos ilegítimos, pretendiam casar antes para que o respetivo filho não experienciasse a mesma situação.

Para concluir, as elevadas percentagens relativas aos intervalos inferiores ou iguais a três meses, revelam que quase metade das concepções ocorreu pouco tempo antes do casamento, o que demonstra que os noivos já estariam conscientes de que o enlace estava relativamente próximo e que, deste modo, não seriam repreendidos socialmente.

7.11. Filiação natural

A incidência de nascimentos ilegítimos em populações pré-transicionais evoluiu em «(...) função da influência conjunta das variáveis microdemográficas e, em particular, da mobilidade diferencial, da frequência do celibato definitivo e da idade média ao primeiro casamento» (Santos, 2004, p. 153).

O estudo dos nascimentos ilegítimos ajuda a compreender a mentalidade da sociedade em estudo e, com efeito, baixas taxas de ilegitimidade podem ser reflexo de um grande controlo sexual por parte dos conterrâneos, enquanto que a situação oposta, ou seja, maiores taxas de ilegitimidade, pode estar relacionada com um «(...) afrouxamento das práticas sexuais e até a uma *libertação*» (Neves, 2001, p. 106).

Estudiosos definem a Europa Mediterrânica como «(...) uma zona onde “as virgens são vigiadas” e são cometidos crimes pela honra, onde a castidade é quase uma devoção e a reputação é tudo» (Brettell, 1991, p. 230). Através dos estudos já efetuados sobre algumas paróquias portuguesas (Amorim, 1987; Araújo, 1992, p. 136; Brettell, 1991, p. 233; Faria, 1998, p. 115; Faustino, 2014, p. 164; Machado, 1995, p. 91; Miranda, 1992, p. 123; Scott, 1999, p. 222; Solé, 2001, p. 189), os autores comprovaram que as percentagens de ilegitimidade são bastante elevadas no norte do país, sendo superiores a 10%, afastando-se daquelas encontradas para a região centro do país (Sá, 1993, p. 40), bem como também se revelam mais baixas do que aquelas registadas para alguns dos países da Europa, como Inglaterra, França e Espanha (Flinn, 1981, p. 82).

Quadro 27 – Filiação natural

Períodos	Nascimentos (total)	Nascimentos de ilegítimos (N)	%
1660-1825	1470	124	8,4
1826-1911	1488	93	6,3

Fonte: ADB – Registos paroquiais de Carvalhal; APC – Livro misto (1911).

Considerando as percentagens obtidas para Carvalhal (Quadro 27) em dois longos períodos, podemos concluir que a mesma diminui de um período para o outro, contudo, os valores relativos a períodos mais curtos⁹⁹ permitem verificar uma tendência de aumento durante o século XVIII, assemelhando-se à paróquia rural de Romarigães (Santos, 1999, p. 179) e à zona rural de Guimarães (Amorim, 1987, p. 233). Atendendo aos dados já adiantados sobre outros estudos (Neves, 2001, p. 117), podemos concluir que os valores aqui encontrados são mais baixos do que aqueles encontrados para várias paróquias da região do Minho.

Estas percentagens poder-se-ão relacionar com os valores encontrados nas conceções pré-nupciais apontando para um maior controlo e pressão exercidos pela sociedade. Também podemos referir que, de um modo geral, a tendência de redução das conceções pré-nupciais também se registou na filiação natural, facto que parece confirmar a ideia defendida por Shorter (Shorter, 1971), que «Quando a

⁹⁹ Para uma melhor compreensão, veja-se o Anexo 4.

ilegitimidade e a gravidez pré-conjugal são traçadas juntas, tendem a subir juntas. Quando a sua evolução diverge, diz ele, isso deve indicar que foi atribuída mais ou menos importância a salvar a honra de uma rapariga ou da família desta através do casamento (...)» (Brettell, 1991, p. 237).

As percentagens de celibato definitivo encontradas para Carvalhal parecem não se relacionar com os valores encontrados para a ilegitimidade, pois, no caso das mulheres que faleceram solteiras com mais de 49 anos, verificamos que a respetiva percentagem aumentou do primeiro para o segundo período (de 43,2% para 53,1%), enquanto que os valores para os celibatários rondaram os 22% em ambos os períodos. Por outro lado, a redução da percentagem de ilegítimos poderá estar relacionada com a descida da idade média feminina ao primeiro casamento registada durante o século XIX⁶⁰.

No trabalho que incide sobre Santa Eulália, a autora afirma existir uma relação direta entre a idade ao casamento e a percentagem de ilegítimos, assim como a adição de outros fatores que contribuíram para a elevação das percentagens de ilegitimidade registadas na paróquia (Brettell, 1991, p. 233). Na paróquia de Carvalhal, a redução da idade média das mulheres ao primeiro casamento, de 29 para 27 anos, pode ter estado na origem da diminuição percentual de ilegitimidade.

Através da relação aqui estabelecida, entre a variável da nupcialidade e da fecundidade, facilmente sustentamos, tendo em conta os resultados aqui obtidos, a tese defendida por diversos autores, a qual se relaciona com um modelo único mediterrânico (Scott, 1999, p. 207). Deste modo, os resultados aqui obtidos afastam-se também da ideia exposta por Michael Flinn, que refletiu na relação da diminuição da idade da mulher ao primeiro casamento com o aumento de número de conceções pré-nupciais e consequente diminuição dos valores de ilegitimidade (Flinn, 1981, p. 83). Em Carvalhal, do século XVIII para o século XIX, assistimos a uma redução das várias variáveis, na idade média da mulher ao primeiro casamento (de 29 para 27 anos, aproximadamente), nas conceções pré-nupciais (de 14,5% para 13,4%) e na ilegitimidade (de 8,4% para 6,3%).

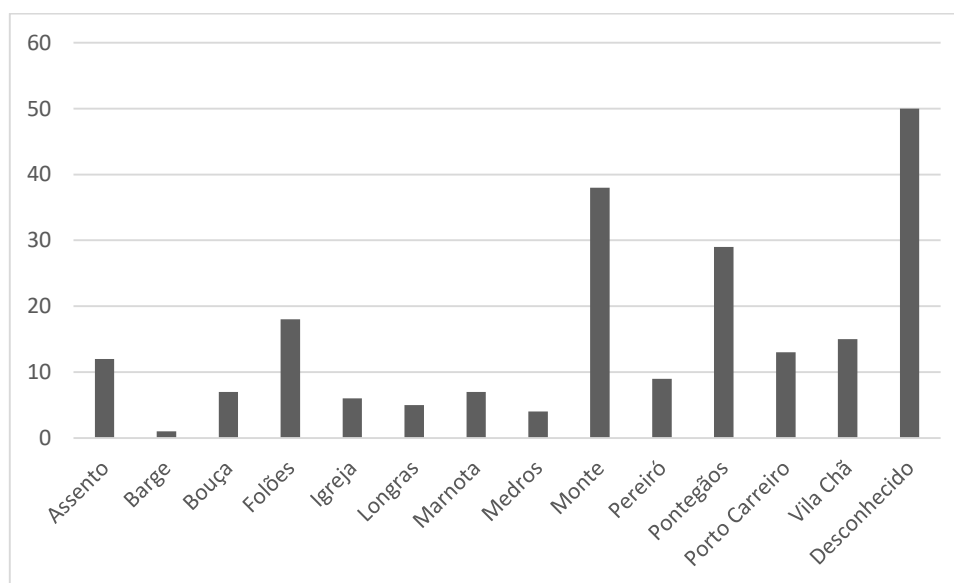
O poder patriarcal vinculado à posse de propriedades poderá explicar os referidos valores. Localidades onde se pratica a exploração agrícola por famílias nucleares revelam percentagens de ilegitimidade mais baixas que nas outras zonas que conjugam a exploração da terra com outras atividades, devido ao controlo paterno (Brettell, 1991, p. 229). Esta ideia parece adequar-se ao nosso caso, sobretudo se tivermos em mente os exemplos explanados no subcapítulo referente às conceções pré-nupciais. Se o pai ou outra figura masculina estivesse presente ou próximo, tentaria casar a sua filha para que esta e a respetiva família não caíssem na desonra.

⁶⁰ Consultar o Anexo 2, de forma a compreender melhor as alterações verificadas na idade ao primeiro casamento por decénios (análise transversal).

Os lugares que compõe a paróquia de Carvalhal não se mostram uniformes em termos das atividades profissionais masculinas aí desenvolvidas. Embora se trate de uma paróquia tipicamente rural, as profissões que se podem observar nos diversos lugares são de certo modo heterogéneas (desde criados de servir até poetas e cirurgiões).

Através da observação do mapa de profissões, recolhidas sobretudo dos registos de óbito, facilmente podemos identificar o lugar de Pontegãos como um lugar de lavradores, contrastando, assim, com o lugar de Monte no qual habitavam vários jornaleiros, pedreiros e carpinteiros. Duas áreas à partida distintas, com comportamentos de apadrinhamento e evolução social diferentes, assemelham-se, contudo, no volume de ilegítimos. Quanto ao lugar do Assento e Igreja, embora apresentem alguns indivíduos ilegítimos, os valores são mais baixos, lugares onde o poder religioso⁶¹ poderá ter exercido uma certa pressão no nascimento de filhos fora do matrimónio.

Gráfico 9 – Local de nascimento dos ilegítimos (1660-1911)



Fonte: ADB – Registos paroquiais de Carvalhal; APC – Livro misto (1911).

Tendo em atenção os resultados obtidos para a percentagem de ilegitimidade nesta paróquia, considerámos necessária uma análise dos valores pelos lugares da paróquia (Gráfico 9). Excluindo aqueles indivíduos que nasceram em Carvalhal, mas em lugar desconhecido, concluímos que são os lugares de Monte e de Pontegãos os que registam o maior número de nascimentos ilegítimos.

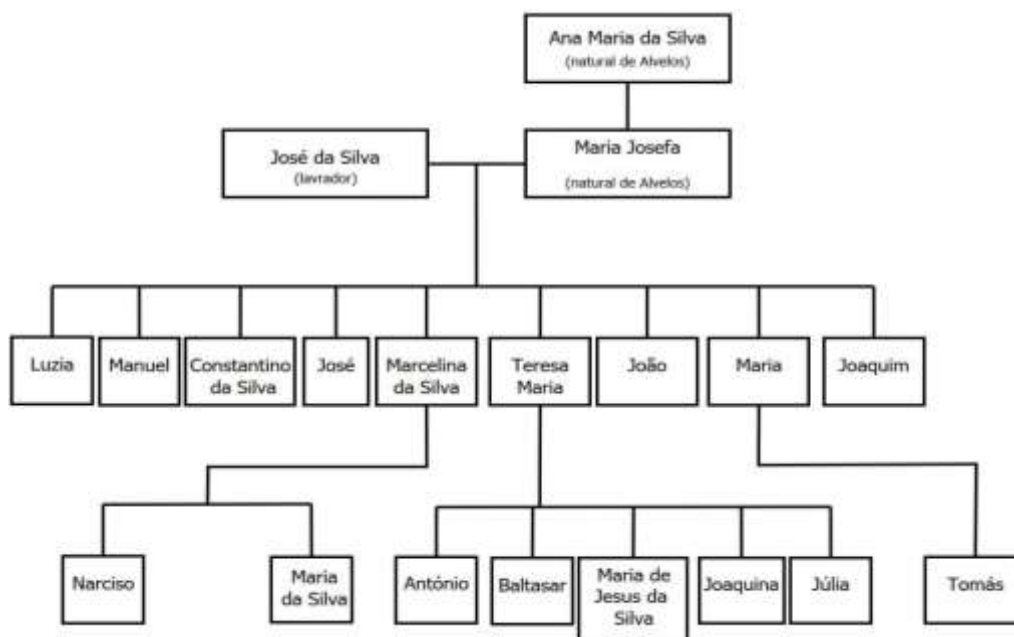
⁶¹ Atualmente, a residência paroquial encontra-se ainda junto à Igreja. Ao longo da observação dos registos paroquiais é possível identificar a criação do Lugar da Igreja aquando da construção do edifício religioso durante a primeira metade do século XVIII.

Optámos por citar alguns casos que nos permitem uma melhor compreensão do fenómeno: Ana Rosa Machado, natural de Alvelos, jornaleira e solteira, vivia no lugar do Monte, em Carvalho. Teve cinco filhos ilegítimos: Joaquina Machado, criada de servir, foi também mãe solteira de José; Adelino; Antónia; João; Maria. Sabemos que os padrinhos escolhidos para estes filhos eram pedreiros ou carpinteiros de profissão, no caso masculino; no caso feminino, conseguimos apurar que a madrinha de José era tecedeira; a madrinha de Adelino era lavradeira e moradora na paróquia de Alvelos, e as madrinhas de Antónia, João e Maria eram jornaleiras.

Se tivermos em consideração a ideia exposta por Shorter (Shorter, 1971, p. 243), podemos cogitar na possibilidade desta concepções ilegítimas terem ocorrido no seio de uma certa coerção exercida pelos patrões destas mulheres sobre as mesmas. O mesmo autor adianta que a submissão do sexo feminino estaria relacionada com o desejo de uma relação pacífica entre elas e os seus superiores, sendo que esta linha de pensamento também foi adiantada por Fernando Miranda para a paróquia rural de Alvito S. Pedro (Miranda, 1992, p. 124).

No lugar de Pontegãos observamos uma família de lavradores (Figura 2) onde se verifica a mesma tendência para a ilegitimidade. José da Silva, natural da paróquia de Campo, casou segunda vez com Maria Josefa, natural de Alvelos, filha ilegítima de Ana Maria da Silva, e tiveram nove filhos. A quinta filha, Marcelina da Silva, teve dois filhos ilegítimos, enquanto a sua irmã, Teresa Maria, teve cinco filhos ilegítimos. Finalmente, outra irmã, Maria, teve também um filho ilegítimo.

Figura 2 – Genealogia de Ana Maria da Silva



Fonte: ADB – Registos Paroquiais de Carvalho.

Os padrinhos escolhidos para cada uma destas crianças diferiram de irmã para irmã. Os que foram nomeados por Marcelina da Silva variaram entre um casal de lavradores da paróquia do Anjo (Póvoa de Varzim) e entre os seus parentes mais diretos: a sua mãe, Maria Josefa, e o seu irmão, Joaquim.

Quanto ao que conseguimos identificar sobre os padrinhos dos filhos de Teresa Maria, a situação já se altera. As profissões e estatutos sociais eram diversos: desde criados de servir, jornaleiros, moleiros até indivíduos com um estatuto social elevado na paróquia, como é exemplo de Teotónio José da Cunha Sotto Maior, descendente dos possuidores da Quinta de Pereiró, casado com Maria Francisca de Araújo, moradores na paróquia de Carvalhal.

Quanto a Maria e aos padrinhos que escolheu para o seu único filho, Tomás, apenas temos conhecimento que o padrinho foi o seu irmão José e a madrinha, Luísa, era natural da paróquia de Pereira.

No mesmo lugar de Pontegãos, utilizámos como exemplo uma outra família: Manuel José Ferreira, carpinteiro, casado com Luísa Maria, tiveram quatro filhos, entre os quais a terceira filha, Maria Ferreira, gerou dois filhos ilegítimos: Manuel e Marinha. Sabemos que os padrinhos eram lavradores e quase todos do lugar de Pontegãos, e ainda que a madrinha de Manuel, lavradeira, era também filha natural de Vitória Maria, da paróquia de Rio Côvo (Santa Eugénia).

Considerando os exemplos expostos, podemos adiantar que, nesta paróquia, parece existir aquilo que Laslett e Oosterveen (Laslett e Oosterveen, 1973, p. 282) designaram como uma “subsociedade com propensão para a bastardia”, ou seja, um local onde existe uma certa predisposição para a conceção de filhos naturais ou onde existe, tal como Caroline Brettell designa (Brettell, 1991, p. 243), uma “produção repetitiva de filhos ilegítimos”.

O facto de tratarmos uma paróquia rural e de haver tantos ilegítimos no seio de famílias de lavradores pode estar relacionado com uma certa liberalização dos comportamentos extraconjugais, no sentido de as filhas destes lavradores poderem ficar em casa com o objetivo de tratar os pais na velhice e de ajudar nas tarefas agrícolas. Tal pode ser justificado pela aceitação dos familiares diretos através do apadrinhamento, como observamos no caso Marcelina da Silva que escolheu como padrinhos da filha a sua mãe e o seu irmão.

À semelhança do que se observou na paróquia de Romarigães (Santos, 1999, p. 176), podemos também concluir que nestas comunidades rurais tendiam a aceitar estes comportamentos desviantes que acabavam por ser minimizados através das relações de apadrinhamento que eram ativadas. Este é também o caso de Teotónio Sotto Maior que apadrinhou Tomás, filho de Maria, bem como através dos sucessivos lavradores que apadrinharam os netos ilegítimos do carpinteiro, Manuel José Ferreira.

7.12. Fenómeno da exposição

Explorar a temática da exposição de crianças, embora em breves traços, revela uma certa dificuldade. São múltiplas as causas que diversos autores têm apontado para a evolução deste fenómeno que varia de país para país e de região para região, assumindo diferentes dimensões. O nosso objetivo ao analisar os comportamentos relacionados com o abandono infantil prende-se com um aprofundamento da temática da ilegitimidade, uma vez que em muitos casos esta exposição incidia sobre filhos ilegítimos.

Para esta análise, foram considerados apenas aqueles que foram expostos à porta das casas, pois outros poderiam ter sido levados primeiramente, tal como se tem observado (Fonte, 2004, p. 103), para a Misericórdia, neste caso da Vila de Barcelos, e, após a construção da infraestrutura que albergava a Roda de Barcelos, para a Roda dos Expostos da mesma vila.

Quadro 28 – Evolução da percentagem de expostos

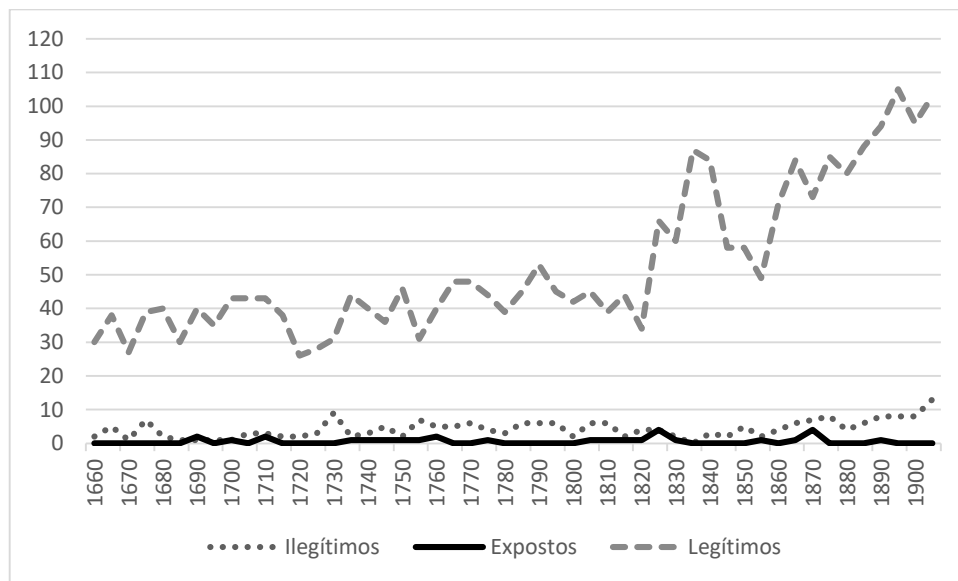
Períodos	Nascimentos (N)	Expostos (N)	%	% (ileg.+exp.)
1660-1825	1470	17	1,2	9,6
1826-1911	1488	12	0,8	7,1

Fonte: ADB – Registos paroquiais de Carvalho; APC – Livro misto (1911).

Os níveis de exposição de crianças na paróquia de Carvalho revelam uma redução de 1,2% para 0,8% (Quadro 28). Mais aprofundadamente, constatamos que a percentagem mais elevada se situa entre 1700-1749 e entre 1800-1849⁶². É na primeira metade do século XIX que se verifica um aumento da exposição e diminuição da ilegitimidade, tal como tem sido adiantado em alguns estudos (Amorim, 1987, p. 240; Sá, 1993, p. 39).

⁶² Veja-se o Anexo 5.

Gráfico 10 – Comparação anual de nascimentos de legítimos, ilegítimos e expostos



Fonte: ADB – Registos paroquiais de Carvalhal; APC – Livro misto (1911).

A representação gráfica (Gráfico 10) demonstra os reduzidos números de expostos, cuja linha se situa praticamente abaixo daquela correspondente aos ilegítimos. Quanto à segunda metade do século XVIII, as baixas percentagens obtidas podem justificar-se tendo em conta a criação da Roda dos Expostos em Barcelos, por volta do ano de 1783 (Matos, 1995, p. 40), com vista a atender aos propósitos do Estado (Fonte, 2004, 105).

Numa perspetiva comparativa, podemos referir que os valores aqui identificados são mais baixos do que aqueles apontados para algumas paróquias da região do Minho, como Barcelinhos (Faria, 1998, p. 115), onde os valores oscilam entre 1,1% (entre 1790-1849) e 9,3% (entre 1730-1789) e Meadela (Solé, 2001, p. 192); por outro lado, são semelhantes aos valores encontrados em Alvito S. Pedro (Miranda, 1992, p. 132).

O abandono poderá estar relacionado com a pressão social e familiar exercida sobre a mãe solteira que seria alvo da desonra (Fonte, 2004, p. 110), mas também com o nível económico das famílias (Sá, 1993, p. 43), atendendo que, tal como já referimos, algumas das crianças expostas poderiam ser oriundas de famílias legítimas numerosas e pobres. Os expostos aqui observados podem ser filhos de casais da paróquia, cujas circunstâncias várias os impediram de criar mais um filho, levando-os a deixar o mesmo à porta de algum conterrâneo normalmente de situação económica remediada ou até noutras instituições de assistência.

8. Aproximação à mortalidade

Os assentos de óbito da paróquia de Carvalhal apresentam algumas lacunas informativas merecedoras de destaque. Em primeiro lugar, devemos referir que, até aos inícios do século XVIII, verificámos um subregisto dos menores de sete anos, pois eram considerados “anjos” e, neste sentido, não estariam «(...) sujeitos às penas eternas e, não se verificando necessidade de um apoio terreno dos seus irmãos, no sentido de lhe ser propiciada a felicidade eterna, também nem sempre se via necessidade do registo dos seus óbitos, ao lado de adultos responsáveis e pecadores» (Amorim, 1987, p. 275). Por outro lado, os assentos correspondentes àqueles que tinham idade igual ou superior a sete anos apresentam omissões relativas à idade, estado civil e atividade profissional desenvolvida, situação que só ficará corrigida após a segunda metade do século XIX, altura em que se constata uma normalização do discurso.

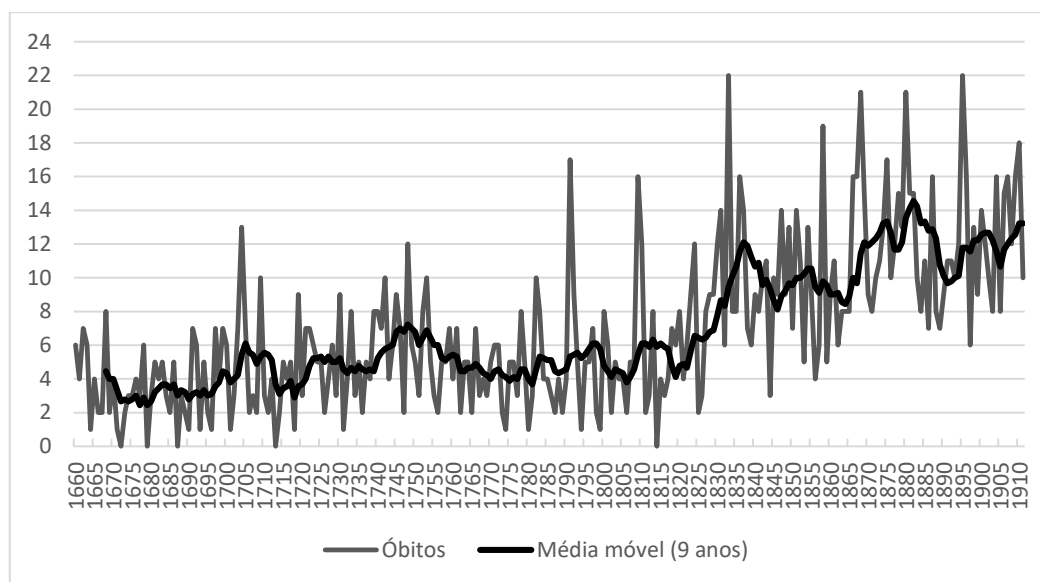
Neste capítulo pretendemos analisar o movimento anual de óbitos e crises de mortalidade de forma a conhecer o(s) período(s) mais crítico(s) da evolução populacional carvalhense. Com este intuito, procuraremos também, através da observação do movimento sazonal dos óbitos encontrar os motivos das possíveis crises de mortalidade. A estes dois aspetos junta-se ainda a análise da esperança média de vida dos indivíduos casados e com idade superior a 25 anos, com vista a uma melhor compreensão de outros pontos que já foram analisados.

8.1. Movimento anual de óbitos e crises de mortalidade

«O aumento de volume das gentes portuguesas foi refreado por crises de mortalidade, tendo como principais responsáveis os surtos epidémicos ou pestíferos, aliados a épocas de fome e carestia alimentar» (Rodrigues, 2009, p. 226). No mundo urbano, os indivíduos faleciam mais cedo e em maior número do que nas outras zonas, verificando-se uma maior diversificação de situações, nomeadamente resultante dos diversos estratos sociais existentes nesta área. No mundo rural, a estratificação social não era tão vincada, mas era perceptível ao nível da qualidade habitacional e do nível de exposição às doenças e aos elementos naturais, sendo que os seus habitantes estavam mais dependentes dos resultados da terra e das condições climáticas. Assim, «(...) as diferentes probabilidades de sobrevivência de cada indivíduo eram condicionadas pela condição socioeconómica e pelo local de residência» (Rodrigues, 2009, p. 268).

O gráfico que se segue (Gráfico 11) mostra o número absoluto de óbitos ocorridos em cada ano e, de forma a suavizar as alterações registadas durante o período mencionado e nesta reduzida comunidade, recorremos à utilização da média móvel de nove anos.

Gráfico 11 – Movimento anual de óbitos (toda a população)



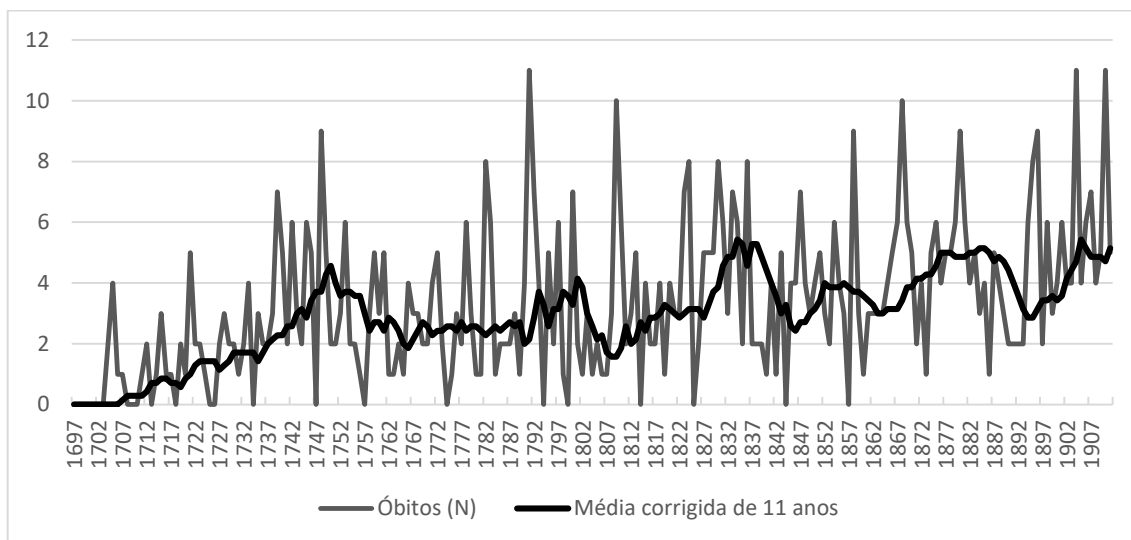
Fonte: Fonte: ADB – Registos paroquiais de Carvalho; APC – Livro misto (1911).

À semelhança do que verificámos no movimento anual de matrimónios e de nascimentos, depreendemos deste gráfico dois períodos distintos. Desde 1660 até 1825, sensivelmente, observamos que o número médio de óbitos não excede os oito, enquanto que, de 1825 em diante, podemos constatar um aumento da média móvel de óbitos, consequência possível do aumento populacional que se tem verificado em outros estudos, tal como já referimos.

Através deste gráfico podemos observar que são vários os anos que registam um aumento súbito de óbitos, dos quais podemos mencionar os seguintes 1791, 1809, 1833 e 1858. A metodologia de “reconstituição de paróquias” permitiu-nos, através do cruzamento da data de nascimento e do óbito, saber a idade dos menores, bem como dos maiores de sete anos, visto que a descrição da idade só aparece durante o século XIX. A observação das crises de mortalidade na paróquia de Carvalho terá como objetivo principal a diferenciação das crises características dos maiores e menores de sete anos, visto que as consequências bélicas e o agravamento das condições climáticas, por exemplo, não atingem os mesmos grupos com a mesma intensidade. De forma a procedermos, posteriormente, a uma análise comparativa com outras paróquias e tendo em vista a realização de cálculos com maior rigor, utilizámos o método desenvolvido por Livi Bacci e Del Planta (Del Planta e Livi Bacci, 1977).

O Gráfico 12 representa o regime normal de mortalidade relativamente aos maiores de sete anos, considerados adultos, que eram vítimas das alterações climáticas, sobretudo se tivermos em atenção que a população que aqui estudamos se trata de uma população de cariz rural, cuja sobrevivência, muitas vezes, provinha do cultivo da terra e, por conseguinte, da «(...) exposição às inclemências do ambiente» (Rodrigues, 2009, p. 269).

Gráfico 12 – Volume anual de óbitos e regime normal de mortalidade dos maiores de sete anos



Fonte: ADB – Registos paroquiais de Carvalhal; APC – Livro misto (1911).

Em Portugal, o século XVIII ficou marcado por uma conjuntura complexa: as crises frumentárias resultantes da instabilidade climática, a incidência do paludismo e da varíola (Barbosa, 2001, p. 17), o terramoto de 1755 e a difusão de epidemias, dificultaram o aumento populacional.

Podemos concluir, através dos dados deste gráfico, que Carvalhal não contou com nenhuma crise de carácter excepcional. Se considerarmos por crise de mortalidade um aumento súbito de óbitos (Barbosa, 2001, p. 7), esta paróquia conta com quatro crises de reduzida dimensão que ocorreram nos anos de 1748, 1791, 1809 e 1858.

No ano de 1748, através de uma análise mais aprofundada sobre a sazonalidade dos óbitos registados neste ano, apercebemo-nos que mais de metade dos indivíduos faleceram entre o mês de fevereiro e março, enquanto que os restantes se distribuíram pelos meses de julho a outubro. Acreditamos, deste modo, que a elevação do volume de óbitos neste ano esteja relacionada com doenças do foro respiratório ou até epidémico.

Numa outra ótica, «A falta de pão e a carestia prolongou-se pelo ano seguinte de 1791, sem que a colheita desse ano viesse trazer maiores disponibilidades» (Capela, 1986, p. 204), a supracitada

declaração é evidentemente reflexiva de uma das principais causas da mortalidade desta época. De forma a sustentar esta ideia, observando o trabalho concernente às crises de mortalidade em Portugal, conseguimos, através do esforço de síntese da autora, constatar que, também no concelho de Braga, tempestades e moléstias conduziram à elevação do número de mortes entre os anos de 1791-92. Esta crise frumentária sentiu-se em todo o país e o concelho de Barcelos não foi exceção, a qual causou o enfraquecimento dos corpos e, por conseguinte, o alastramento das epidemias (Barbosa, 2001, p. 26).

A primeira metade do século XIX ficou, sobretudo, marcada pelas consequências resultantes das Invasões Francesas: campos devastados, artigos roubados, inúmeros mortos resultantes da guerra (Matos, 2000, pp. 41-51). Estas investidas franco-espanholas tinham como principal objetivo o encerramento dos portos portugueses aos navios britânicos, bem como o rompimento das estreitas alianças estabelecidas com o mesmo reino e, com este objetivo alcançado e Portugal sob o comando francês, Napoleão Bonaparte poderia obter o controlo do Atlântico. Apesar das tardias ações levadas a cabo por parte de Portugal relativamente ao lento encerramento dos portos às embarcações inglesas, tais não foram suficientes para interromper a intenção da primeira invasão francesa que teve o seu início em 19 de novembro de 1807 (Matos, 2000, p. 30). Contudo, foi a segunda invasão francesa, encabeçada pelo Marechal Soult, em abril de 1809, aquela que mais se fez sentir no norte do país, enquanto que a terceira, que decorreu entre 1810-1811, liderada pelo Marechal Massena, afetou mais gravemente a zona entre os rios Douro e Tejo, as quais fizeram inúmeras vítimas. Podemos ainda referir que a segunda invasão francesa devastou uma grande percentagem da população minhota, sobretudo nos concelhos de Braga e Esposende (Matos, 2000, p. 46). Neste mesmo trabalho, o autor, após um levantamento exaustivo dos mortos de guerra, declara que grande parte dos barcelenses falecidos em combate travaram guerra «(...) na cortina defensiva levantada na Falperra e na Serra do Carvalho (...)» (Matos, 2000, p. 47).

É neste sentido que interpretámos a terceira crise de mortalidade, visto que grande número de homens carvalhenses faleceram em combate, no ano de 1809. Cerca de sete dos dez mortos «(...) faleceu d hu tiro pela Tropa Franceza, que entrou nesta freguesia (...)»⁶³, no dia 9 de abril, sem sacramentos. Em Braga, outro carvalhense faleceu enquanto combatia os mesmos invasores, «(...) hindo combater com os francezes, nas vezinhanças de Braga se julgou falecido na mesma acção»⁶⁴.

Quanto à crise de 1858, através da observação da sazonalidade dos falecimentos, podemos afirmar que grande parte destes se registaram entre os meses de outubro e dezembro. Perante este

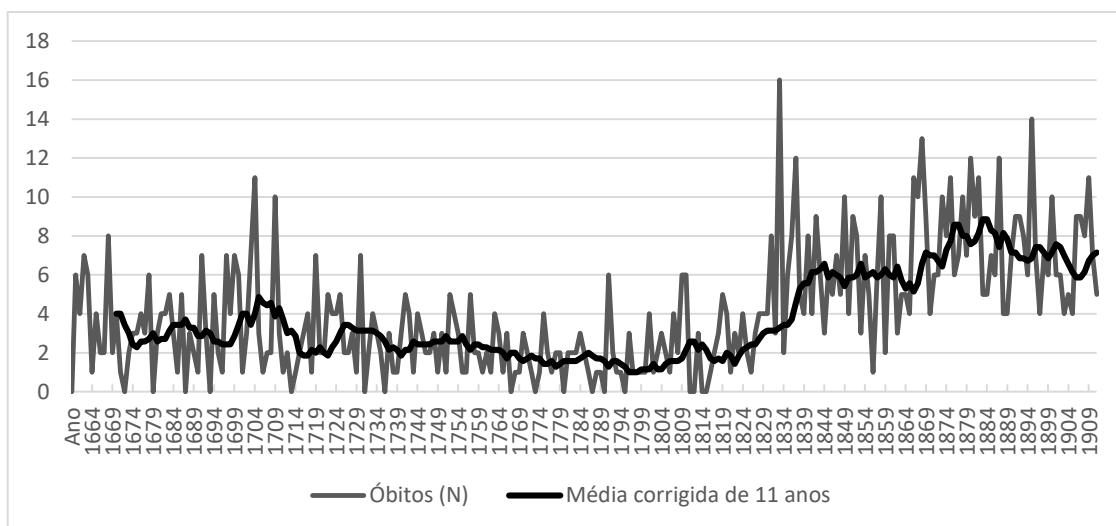
⁶³ ADB, Paróquia de Carvalho, Registos de óbitos, *Livro de óbitos n.º 1*, 1741-1878.

⁶⁴ ADB, *Livro de óbitos n.º 1*, fl. 68.

panorama, acreditamos que este aumento súbito de mortes, localizadas sobretudo entre os meses de outono e inverno, esteja relacionado com doenças do foro respiratório. De referir que, não foi possível relacionar esta crise com outras da mesma altura, levando-nos a cogitar na possibilidade desta crise ser circunscrita à paróquia em estudo.

O grande volume de óbitos de menores que ocorriam nas sociedades pré-industriais deveu-se, em grande medida, à ausência de informação sobre os cuidados a ter com estes “anjinhos”. Neste sentido, foi publicado um artigo num periódico do ano de 1906, em Viana do Castelo, sobre a alimentação dos menores e as doenças daí resultantes, no qual o autor sublinha as atitudes dos pais e de outros indivíduos perante as crianças, os quais as alimentavam com mantimentos impróprios face à tenra idade das mesmas (Rego, 2012, p. 162).

Gráfico 13 – Movimento anual de óbitos e crises de mortalidade dos menores de sete anos



Fonte: ADB – Registos paroquiais de Carvalhal; APC – Livro misto (1911).

De um modo geral, considerando a média dos óbitos (Gráfico 13) podemos verificar que, e tendo em atenção o subregisto dos menores de sete anos, não se registaram elevados valores para este grupo etário. Podemos referir que, no ano de 1833 identificamos uma crise de mortalidade infantil na qual, dos 16 meninos que falecerem neste ano, 12 faleceram entre o mês de março e setembro, três no mês de janeiro e um no mês de novembro. A disposição mensal dos referidos valores poderá estar relacionada com o surto de cólera que se fez sentir em todo o país e que tem sido observado em alguns trabalhos (Barbosa, 2001, p. 31; Rego, 2012, p. 175). Esta epidemia, que teve o seu início no ano de 1817, em Calcutá, chega a Portugal através dos mercenários, oriundos da Bélgica, que vinham auxiliar as tropas liberais.

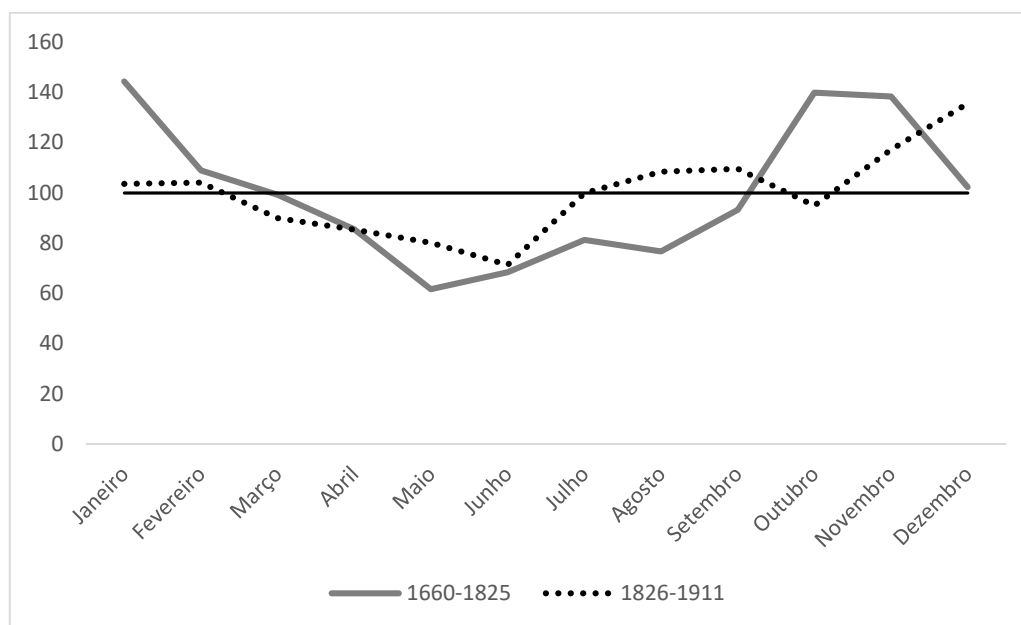
8.2. Sazonalidade ao óbito

Nas sociedades pré-industriais, a medicina estava pouco desenvolvida, sendo de admitir que, ao contrário do que se verifica na fecundidade e nupcialidade, a morte não podia ser controlada pelo Homem, mas por Deus (Flinn, 1981, p. 18). O ligeiro aumento do número de óbitos poderia ser consequência da respetiva sazonalidade, isto é, se este facto fosse verificado durante o período estival, grande parte das mortes registadas poderia ser resultado do desenvolvimento de doenças do foro digestivo ou outras (febres tifóides, enterites, entre outras); durante o período de inverno, poderiam ter a sua génese em doenças do foro respiratório, entre as quais podemos enumerar as gripes e pneumonias. Assim, o movimento sazonal dos óbitos revela-se importante para o estudo da mortalidade, uma vez que expõe os meses em que ocorreram mais falecimentos permitindo-nos adiantar possíveis causas de óbito.

Neste sentido, utilizando o método proposto por Louis Henry (Fleury e Henry, 1985) e considerando dois períodos, optámos por uma análise diferenciada no sentido em que discriminamos por um lado o movimento sazonal de toda a população e, por outro lado, particularizando o dos menores de sete anos, com vista a compreender as alterações que ocorreram num grupo e no outro.

A mortalidade geral nesta paróquia adquire características diferentes daquelas da mortalidade dos “anjinhos”, que observaremos de seguida. Através de alguns estudos desenvolvidos sobre a mortalidade é possível adiantar algumas causas, como por exemplo a influência que as estações do ano tinham sobre o quotidiano das populações pré-industriais, uma vez que estas se encontravam desprovidas de habitações preparadas para as altas ou baixas temperaturas registadas. Em simultâneo, atuavam também fatores como o clima, mais húmido ou mais seco, decorrente da respetiva zona geográfica, assim como o fator da idade (Breschi e Livi Bacci, 1986, p. 12).

Gráfico 14 – Movimento sazonal dos óbitos (toda a população)

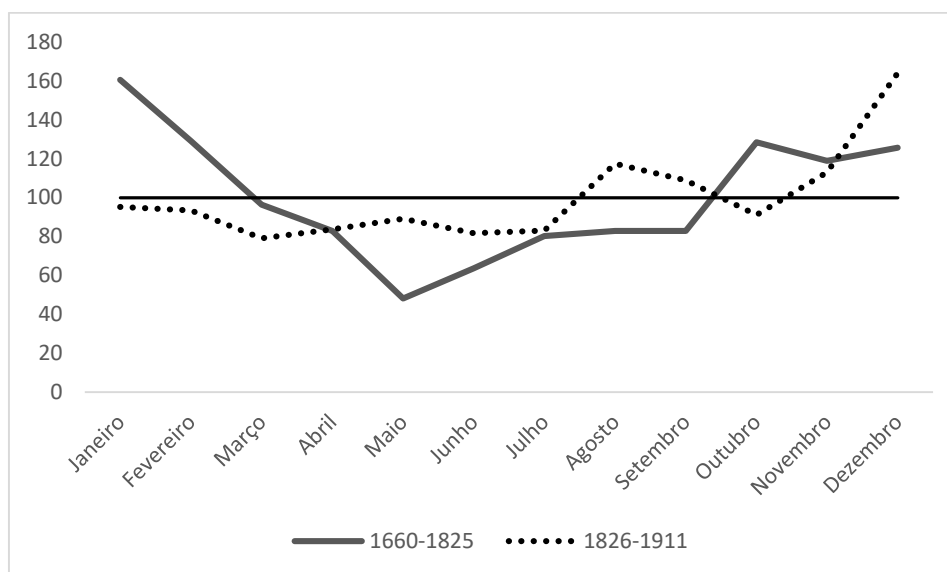


Fonte: ADB – Registos paroquiais de Carvalhal; APC – Livro misto.

Os resultados obtidos no Gráfico 14 mostram que os óbitos revelam valores diferentes, em ambos os períodos. No primeiro período, os maiores índices registam-se nos meses de outono e inverno (outubro, novembro, janeiro e fevereiro). Os valores encontrados para os meses de outubro e novembro podem estar relacionados com a maior carga de trabalho nos campos e com a mudança das temperaturas, resultando no desenvolvimento de doenças relacionadas com o aparelho respiratório. Neste sentido, parece-nos haver também uma relação entre os baixos índices de mortalidade registados entre os meses de março a setembro e a elevação das temperaturas, pois a deficiente construção das habitações não permitiam o agasalho necessário nas épocas mais frias e húmidas (Santos, 2004, p. 174).

No período seguinte, verificamos que a mortalidade de inverno se esbate, no qual são os meses de agosto, setembro, novembro e dezembro que possuem os índices mais elevados, sendo que este facto pode ser explicado, uma vez mais, pela descida das temperaturas, no caso dos meses de outono e inverno, mas também pelas sucessivas crises frumentárias que levariam à depauperação das condições físicas da população favorecendo a contração de outro tipo de doenças.

Gráfico 15 – Movimento sazonal dos óbitos dos menores de sete anos



Fonte: ADB – Registos paroquiais de Carvalhal; APC – Livro misto (1911).

Quanto à sazonalidade dos óbitos dos menores de sete anos, presente no Gráfico 15, podemos concluir que o índice de óbitos mensal sofreu uma alteração, do primeiro para o segundo período. Contudo, verificamos uma predominância de óbitos nos meses de outono e inverno, a qual podemos relacionar com as temperaturas mais baixas que se faziam sentir e que resultavam em infeções respiratórias (Breschi e Livi Bacci, 1986, p. 9).

Entre 1660 e 1825, conseguimos identificar uma predominância de mortalidade de inverno neste grupo etário, cujos meses que revelam os maiores índices são outubro, novembro, dezembro, janeiro e fevereiro. Esta observação leva-nos a equacionar a descida das temperaturas como possível causa do desenvolvimento de doenças do foro respiratório que acabariam por ceifar as vidas destas crianças.

Até 1825, de uma forma geral, os meses que apresentam maiores índices de mortalidade são agosto, novembro e dezembro, enquanto que os restantes meses apresentaram valores abaixo do índice médio. Os valores correspondentes ao segundo período e particularmente aos meses de verão, são semelhantes àqueles identificados para a paróquia de Barcelinhos (Faria, 1998, p. 141). A subida que se observa poderá estar relacionada com a subalimentação das crianças, resultante das crises frumentárias que se fizeram sentir ao longo do século XIX em todo o país. Quanto ao aumento verificado nos meses de novembro e dezembro, uma vez mais, podemos relacionar com as doenças de cariz respiratório que cobravam as vidas de tantos inocentes.

8.3. Esperança média de vida

Tendo em atenção o subregisto de mortalidade dos menores de sete anos e alguma mobilidade registada na paróquia, entendemos que a melhor forma de estudarmos a esperança média de vida desta população de Antigo Regime, passaria por uma análise circunscrita dos indivíduos casados. Desta forma, e atendendo ao espaçamento que devemos considerar de aproximadamente 100 anos do término da nossa análise temporal, a nossa observação passará por um estudo das gerações dos mesmos indivíduos nascidas entre 1700 e 1811, a partir dos 25 anos (Quadro 29, Gráfico 16).

Quadro 29 – Esperança média de vida de indivíduos casados (gerações nascidas entre 1700 e 1811)

Gerações nascidas de 1700-1811			
Idades	Homens N=90	Mulheres N=176	Total N=260
25	42,6	40,8	41,5
30	37,6	36,6	36,9
35	33,5	32,5	32,9
40	28,9	29,3	29,2
45	24,3	25,0	24,8
50	20,2	20,7	20,5
55	17,0	18,1	17,6
60	13,9	14,9	14,5
65	10,5	11,4	11,0
70	8,3	8,9	8,7
75	5,4	6,3	6,0
80	3,8	5,0	4,6

Fonte: ADB – Registos paroquiais de Carvalhal.

Gráfico 16 – Esperança média de vida de indivíduos casados (gerações nascidas de 1700 a 1811)



Fonte: ADB – Registos paroquiais de Carvalhal.

Através do Quadro 29 e Gráfico 16, é possível concluir uma grande proximidade de valores entre os homens e as mulheres, onde os primeiros apresentam uma ligeira vantagem sobre as segundas até aos 35 anos sendo que, de seguida, a tendência inverte-se e são as mulheres que apresentam uma maior esperança média de vida até ao final da observação, sensivelmente.

Quadro 30 – Esperança média de vida (comparação entre paróquias portuguesas)

Idades	Romarigães a) (1640-1818)		Ginzo b) (1738-1821)		Concelho da Madalena c) (1700-1799)		Âncora d) (1700-1820)		Carvalhal e) (1700-1811)	
	H	M	H	M	H	M	H	M	H	M
25	34,6	35,4	39,1	40,8	41,5	40,5	37,8	43,8	42,6	40,8
30	31,5	31,3	35,0	36,7	36,9	36,5	33,9	40,8	37,6	36,6
35	28,1	27,7	30,9	32,2	32,8	32,8	30,6	36,0	33,5	32,5
40	24,6	24,7	27,7	28,6	28,8	29,2	27,2	32,2	28,9	29,3
45	21,7	21,2	22,7	25,4	24,9	25,5	23,9	28,5	24,3	25,0
50	18,5	17,5	19,0	21,4	21,3	21,8	21,1	24,7	20,2	20,7
55	15,2	14,2	17,3	19,4	17,7	18,4	17,9	20,8	17,0	18,1
60	12,5	11,5	13,5	15,1	14,3	15,0	15,8	17,5	13,9	14,9
65	10,1	8,9	14,7	14,0	11,4	11,9	12,2	14,6	10,5	11,4
70	7,1	6,5	8,2	9,5	9,0	9,2	9,2	12,3	8,3	8,9
75	5,1	4,7	4,9	6,4	6,8	7,1	6,9	10,5	5,4	6,3
80	3,1	4,1	4,5	6,8	5,1	5,3	-	-	3,8	5,0

Fonte: a) (Santos, 1999, p. 200); b) (Miranda, 1992, p. 197); c) (Santos, 2004, p. 177); d) (Rego, 2012, p. 199); e) ADB – Registos Paroquiais de Carvalhal.

A evolução populacional de cada zona geográfica é consequência do facto de estar mais ou menos exposta às mudanças climáticas, ou de ser mais ou menos isolada relativamente a outras paróquias. Neste sentido, podemos verificar no Quadro 30, que os resultados encontrados para a paróquia em estudo se assemelham àqueles identificados para o concelho da Madalena. Os maiores desvios nos valores ocorrem entre a paróquia de Carvalhal e a paróquia de Romarigães, com cerca de cinco anos de diferença, aos 25 anos. Quanto à paróquia de Âncora, embora a análise da autora termine aos 75 anos, constatamos que os indivíduos que completassem a idade referida esperavam ainda viver, pelo menos, mais sete anos, no caso dos homens, e mais dez, no caso das mulheres, apresentando, deste modo, valores superiores àqueles de Carvalhal. Devemos referir, também, que os valores apresentados para a paróquia de Ginzo, são semelhantes àqueles da localidade em estudo.

A mencionada longevidade feminina pode ajudar a compreender as altas idades médias ao primeiro casamento verificadas durante este período, pois as mulheres não estariam “pressionadas” pelos reduzidos números de anos que esperavam viver.

Em forma de conclusão, podemos evidenciar a proximidade das idades em ambos os sexos. No caso carvalhense, o facto de a mesma paróquia não ter sido afetada por graves e/ou numerosas crises de mortalidade, aliando-se a uma dieta diversificada e mais ou menos equilibrada, obviamente sempre limitados pelos poucos recursos da população, tal como vimos anteriormente, poderá também explicar a mesma proximidade de idades.

9. Considerações finais

Nesta investigação propusemo-nos desenvolver uma análise que permitisse compreender a dinâmica e os comportamentos demográficos observados na paróquia de Carvalhal, entre 1660 e 1911. Para este efeito, recorreremos à metodologia de «reconstituição de paróquias» (Amorim, 1991) no sentido de construir uma base de dados demográfica e genealógica que, através do cruzamento nominativo das informações provenientes dos registos paroquiais de batizados, casamentos e óbitos, possibilitou a análise da nupcialidade, fecundidade e mortalidade. Nesta base de dados⁶⁵ foram também cruzadas as informações obtidas a partir de outras fontes civis ou eclesiásticas, tais como o *Manifesto do gado do Julgado de Faria*, o *Mappa da divisão parochial da Comarca de Barcelos* e ainda o *Livro de Testamentos* que permitiram o aprofundamento e caracterização social das famílias.

A paróquia rural de Carvalhal integra administrativamente o município de Barcelos, na região do Baixo Minho. A sua evolução populacional apresentou dois períodos distintos: desde 1660 até 1825 o ritmo de crescimento populacional foi muito lento, enquanto a partir da última data se registou um crescimento moderado, principalmente resultante do aumento das taxas de fecundidade legítima e da menor incidência de crises de mortalidade. Contudo, será apenas durante a segunda metade do século XIX que esse crescimento adquire consistência, à semelhança do que ocorreu na generalidade do país.

A análise dos comportamentos nupciais revelou elevadas idades médias ao primeiro casamento em ambos os sexos, acompanhando as tendências já evidenciadas por diversos autores para a região nortenha. No mesmo sentido, as percentagens de celibato definitivo foram também elevadas, sobretudo para as mulheres, acusando a interferência do sistema de minifúndio que caracteriza o norte de Portugal, refletindo-se num sistema de transmissão do património fundiário que tende a privilegiar um herdeiro, garantindo assim a unidade e a viabilidade da exploração da terra nas gerações futuras. Por outro lado, a leitura das disposições testamentárias veio ainda confirmar que, tal como ocorria nas restantes comunidades minhotas, as mulheres eram frequentemente pressionadas para se manterem no núcleo familiar até à morte dos progenitores, acabando por casar em idade tardia ou permanecerem definitivamente celibatárias.

As taxas de fecundidade legítima observadas na paróquia foram relativamente mais baixas do que as que têm sido calculadas para a região, resultando do acesso tardio ao primeiro casamento por parte da mulher, mas também dos longos intervalos médios protogenésico e intergenésico. À semelhança do que tem sido registado em vários estudos sobre a mesma região, os níveis de ilegitimidade foram

⁶⁵ Acessível em <https://www.csarmento.uminho.pt/site/s/porgener/page/inicio>

elevados, sendo que estes comportamentos desviantes eram aceites pela comunidade como o comprovam as relações de apadrinhamento no ato de batismo de crianças ilegítimas.

Apesar das crises frumentárias, sanitárias e dos cenários bélicos que se abateram sobre este período de Antigo Regime demográfico, as crises de mortalidade sentidas em Carvalhal foram sempre de reduzida intensidade. A esperança média de vida calculada para os indivíduos casados e com idades superiores a 25 anos revelou-se relativamente alta para o período em análise.

Não tendo sido exploradas nesta investigação eventuais fontes para o aprofundamento da mobilidade geográfica da população, que terá interferido seguramente na dinâmica e comportamentos demográficos observados, futuramente pretendemos seguir esta via de análise. Nesta perspetiva, será fundamental alargar o espaço de observação a um leque de paróquias contíguas e, simultaneamente, ampliar os limites temporais da investigação até à fase de transição demográfica.

10. Fontes

10.1. Fontes Manuscritas

Arquivo da Agência Portuguesa do Ambiente

ARH do Norte, Processo de Obras n.º 612-1903.

Arquivo Distrital de Braga

Paróquia de Carvalhal, Livro Misto n.º 2, 1660-1741.

Paróquia de Carvalhal, Livro Misto n.º 3, 1695-1759.

Paróquia de Carvalhal, Registos de batismos, Batismos n.º 1, 1728-1819.

Paróquia de Carvalhal, Registos de batismos, Batismos n.º 2, 1819-1874.

Paróquia de Carvalhal, Registos de batismos, Batismos n.º 3, 1874-1888.

Paróquia de Carvalhal, Registos de batismos, Batismos n.º 4, 1889-1903.

Paróquia de Carvalhal, Registos de batismos, Batismos n.º 5, 1904-1911.

Paróquia de Carvalhal, Registos de casamentos, Casamentos n.º 1, 1760-1878.

Paróquia de Carvalhal, Registos de casamentos, Casamentos n.º 2, 1879-1911.

Paróquia de Carvalhal, Registos de óbitos, Óbitos n.º 1, 1741-1878.

Paróquia de Carvalhal, Registos de óbitos, Óbitos n.º 2, 1879-1911.

Paróquia de Carvalhal, *Registos de Testamentos*, 1729-1823.

Arquivo Municipal de Barcelos

Controlo das actividades económicas, Agricultura, *Manifesto do gado do Julgado de Faria*, 1782.

Impostos, Índice Geral, Décimas, *Índice geral por freguesias e contribuintes da décima*, s.d.

Mappa da divisão parochial da Comarca de Barcelos, s.d.

Arquivo Nacional Torre do Tombo

Memórias Paroquiais – 1722/1832, *Diccionario geographico de Portugal*, vol. 6, n.º 32, 1758.

Memórias Paroquiais – 1722/1832, *Diccionario geographico de Portugal*, vol. 9, n.º 165, 1758.

Arquivo Paroquial de Carvalhal

Livro misto, 1911.

10.2. Fontes impressas

Constituições Synodaes do Arcebispado de Braga... (1697). Lisboa: Officina de Miguel Deslandes.

Constituições do arcebispado de Braga. (1538). Lisboa: Germã Gallarde.

Costa, A. C. da. (1706). *Corografia portugueza e descripçam topografica do famoso Reyno de Portugal, com as noticias das fundações das cidades, villas, & lugares, que contem; varões illustres, gealogias das familias nobres, fundações de conventos, catalogos dos Bispos, antiguidades, maravilhas da natureza, edificios, & outras curiosas observaçoens*, vol. 1. Lisboa: Officina Real Deslandesiana.

Herculano, A. (1888). *Portvgaliae Monvmenta Historica: A saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum...: Iussu Academiae Scientiarum Olisiponensis edita: Inquisitiones: Vol. I (Fasc. I&II)*. Olisipone: Typis Academicis.

Herculano, A. (1977). *Portvgaliae Monvmenta Historica: A saeculo octavo post Christum usque ad quintumdecimum...: Iussu Academiae Scientiarum Olisiponensis edita: Inquisitiones: Vol. I (P. II; Fasc. IX)*. Olisipone: Typographia Nationalis.

Pereira, D. J. (1867). *Memoria Historica da Villa de Barcellos, Barcellinhos e Villa Nova de Famelicão*. Vianna: Typ. de André J. Pereira & Filho.

Portugal – Ministério das Finanças (Ed.) (1913). *Censo da população de Portugal*. Lisboa: Direcção Geral da Estatística.

11. Bibliografia

- Almeida, C. A. B. de. (1997). Barcelos: Sul do Cávado: Inventário Arqueológico. *Barcelos Património*, 5.
- Amorim, M. N. (1983). S. Pedro de Poiães e a sua população de 1561 a 1830. *Revista Brigantia*.
- Amorim, M. N. (1987). *Guimarães, 1580-1819: Estudo demográfico*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica.
- Amorim, M. N. (1991). Uma metodologia de Reconstituição de Paróquias desenvolvida sobre registos portugueses. *Revista de Demografia Histórica*, IX (1), 7-26.
- Amorim, M. N. (1993). *Evolução demográfica de três paróquias do sul do Pico: 1680-1980*. Braga: Instituto de Ciências Sociais – Universidade do Minho.
- Amorim, M. N. (1998). Fecundidade legítima em longa duração. A especificidade de comportamentos no Baixo-Minho (1680-1980). *Revista de Demografia Histórica*, XVI (I), 55-77.
- Amorim, M. N., Santos, M. Y., Ferreira, A., e Salgado, F. (2016). *Da reconstituição de famílias ao Repositório Genealógico. Uma via aberta para as ciências sociais*. Comunicação apresentada em: XI Congreso de la ADEH, Cádiz.
- Amorim, M. N., Silva, C. G. da, e Silva, P. C. (2010). Microanálise de longa duração em Demografia Urbana: Santa Maria de Torres Vedras entre os séculos XVII e XX. *Revista de Guimarães*, 120-121, 129-155.
- Araújo, M. L. de. (1992). *O Pico de Regalados e a sua população: 1554-1979* (dissertação de mestrado). Universidade do Minho, Braga.
- Araújo, M. L. de. (2007). As Misericórdias e a salvação da alma: As opções dos ricos e os serviços dos pobres em busca do Paraíso (séculos XVI-XVIII). Em A. L. de Faria, I. D. Braga (Coord.), *Problematizar a História – Estudos de História Moderna em Homenagem a Maria do Rosário Themudo Barata*, pp. 383-402. Casal de Cambra: Caleidoscópio.
- Araújo, J. B. (2018). *Reinterpretar a memória: Um projeto para o Castelo e Castro de Faria* (dissertação de mestrado). Universidade do Minho, Braga.
- Bandeira, M. L. (1996). *Demografia e modernidade: Família e transição demográfica em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Barbosa, M. H. V. (2001). *Crises de mortalidade em Portugal desde meados do século XVI até ao início do século XX*. Guimarães: Núcleo de Estudos de População e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho.
- Brandão, M. de F. (1994). *Terra, herança e família no noroeste de Portugal: O caso de Mosteiro no século XIX*. Porto: Edições Afrontamento.

- Breschi, M., e Livi Bacci, M. (1986). Saison et climat comme contraintes de la survie des enfants. L'expérience italienne au XIXe siècle. *Population*, 1, 9-35.
- Brettell, C. B. (1991). *Homens que partem, mulheres que esperam: Consequências da emigração numa freguesia minhota*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Cabral, J. de P. (1984). Comentários críticos sobre a casa e a família no Alto Minho rural. *Análise Social*, XX(81-82), 263-284.
- Capela, J. V. (1986). A Câmara, a Nobreza e o Povo do Concelho de Barcelos. *Barcelos Revista*, III (1), 9-324.
- Capela, J. V. (1987). *Entre-Douro e Minho: 1750-1830. Finanças. Administração e bloqueamentos estruturais no Portugal Moderno* (tese de doutoramento). Universidade do Minho, Braga.
- Carvalho, J. R. (2010). Confessar e devassar: A Igreja e a vida privada na Época Moderna. Em N. G. Monteiro e J. Mattoso (Coord.), *História da Vida Privada em Portugal: A Idade Moderna*. Lisboa, Círculo de Leitores: Temas e Debates.
- Cruzeiros e Alminhas de Barcelos. (1994). *Barcelos: Património*, 2.
- David, H. (1992). *As crises de mortalidade no concelho de Braga (1700-1880)* (tese de doutoramento). Universidade do Porto, Porto.
- Del Planta, L., e Livi Bacci, M. (1977). Chronologie, intensité et diffusion des crises de mortalité en Italie: 1600-1850. *Population*, 32 (1), 401-446.
- Dixon, R. B. (1978). Late marriage and non-marriage as demographic responses: Are they similar?. *Population Studies: A Journal of Demography*, 32 (3), 449-466.
- Durães, M. (1985). Uma primeira aproximação aos testamentos: Venade e a prática de testar da sua população. Em R. Feijó, H. Martins e J. de Pina Cabral (Eds.), *A Morte no Portugal Contemporâneo – Aproximações sociológicas, literárias e históricas*, pp. 163-174. Lisboa: Ed. Querco.
- Durães, M. (1992). No fim, não somos iguais: Estratégias familiares na transmissão da propriedade e estatuto social. *Boletín de la Asociación de Demografía Histórica*, X (3), 125-141.
- Durães, M. (2002). Qualidade de vida e sobrevivência económica da família camponesa minhota: O papel das herdeiras (sécs. XVIII-XIX). *Cadernos do Noroeste*, 17 (1-2), 125-144.
- Faria, I. M. de (1998). *Santo André de Barcelinhos: O difícil equilíbrio de uma população (1606-1910)*. Guimarães: NEPS – Instituto de Ciências Sociais – Universidade do Minho.
- Faria, R. (2010). Entre o campo e a cidade: Bens móveis e de raiz nos dotes de casamento em Guimarães. Em I. dos G. Sá e M. García (Dir.), *Portas adentro: Comer, vestir e habitar na Península Ibérica (ss. XVI-XIX)*, pp. 171-190. Valladolid: Universidad de Valladolid.

- Faustino, J. A. P. (1998). *Calvão: Uma paróquia rural do Alto Tâmega (1670-1870)*. Chaves: NEPS – Instituto de Ciências Sociais – Universidade do Minho.
- Faustino, J. A. P. (2014). *A população da vila de Chaves entre 1780 e 1880* (tese de doutoramento). Universidade do Minho, Braga.
- Fernandes, M. dos A. (2015). *A População de Priscos entre os Séculos XVI e XX. Estudo Demográfico* (dissertação de mestrado). Universidade do Minho, Braga.
- Ferraz, A. M. da C. A. (2014). *Apontamentos para a História de Barcelos*, vol. 2. Barcelos: Santa Casa da Misericórdia de Barcelos, Município de Barcelos.
- Fleury, M., e Henry, L. (1985). *Nouveau manuel de dépouillement et d'exploitation de l'état civil ancien* (3. ed). Paris: Institut national d'études démographiques.
- Flinn, M. W. (1981). *The European demographic System 1500-1820*. Brighton: The Harvester Press.
- Fonseca, T. da. (1987). *O Concelho de Barcelos aquém e além-Cávado: Além Cávado*, vol. 2. Barcelos: Santa Casa da Misericórdia de Barcelos, Câmara Municipal de Barcelos.
- Fonte, T. A. da. (2004). *No limiar da honra e da pobreza: A infância desvalida e abandonada no Alto Minho (1698-1924)* (tese de doutoramento). Instituto de Ciências Sociais.
- Fuster, V. (1982). *Estructura antropogenética de la población de nueve parroquias del municipio de Los Nogales, Lugo (1871-1977)* (tese de doutoramento). Universidad Complutense de Madrid, Madrid.
- Fuster, V. (1989). Seasonality of births and family characteristics in a spanish population. *Journal of Biosocial Science*, 21, 465-474.
- García, J. M. P. (1975). Demografia tradicional en dos localidades de la Galicia atlantica. Em *Metodologia de la Historia Moderna: economía y demografía*: vol. III. *Actas de las I jornadas de metodologia aplicada de las ciencias historicas*, pp. 437-462.
- Hajnal, J. (1965). European marriage patterns in perspective. Em D. Eversley (Ed.), *Population in History: Essays in Historical Demography*, pp. 101-143. Chicago: Aldine Publishing Company.
- Henry, L. (1956). *Anciennes familles genevoises: Étude démographique: XVIe-XXe siècle*. Paris, Presses universitaires de France.
- Hufton, O. (1991). Mulheres, trabalho e família. Em N. Z. Davis, A. Farge (Dir.), *História das Mulheres no Ocidente: Do Renascimento à Idade Moderna*, vol. 3. Porto: Edições Afrontamento.
- Juncal, C. M. L. (2004). *Vidas através das gerações: Comportamentos demográficos de uma comunidade rural do Baixo Minho: Santiago de Antas 1581-1910* (dissertação de mestrado). Universidade do Minho: Instituto de Ciências Sociais, Braga.

- Laslett, P., e Oosterveen, K. (1973). Long-term trends in Bastardy in England: A Study of the, Illegitimacy Figures in the Parish Registers and in the Reports of the Registrar General, 1561-1960. *Population Studies*, 27(2), 255-286.
- Leite, O. T. P. S. (2001). *S. Martinho de Avidos, comunidade rural do Vale do Ave: Demografia e sociedade (1599-1995)*. Vila Nova de Famalicão: Núcleo de Estudos de População e Sociedade (NEPS), Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão.
- Leite, O. T. P. S. (2013). *Vila Nova de Famalicão – De freguesia rural a urbana (1620-1960). Comportamentos demográficos e sociais* (tese de doutoramento). Universidade do Minho, Braga.
- Livi Bacci, M. (1971). *A century of Portuguese fertility*. Princeton: Princeton University Press.
- Machado, M. A. L. (1995). *S. Miguel da Facha: 1710-1789. Evolução Demográfica de uma Paróquia de Ponte de Lima* (dissertação de mestrado). Universidade do Minho, Braga.
- Matos, H. J. M. de. (2000). *O Minho e as invasões francesas: Uma perspectiva municipal*. Braga: Universidade do Minho – Instituto de Ciências Sociais – Centro de Ciências Históricas e Sociais.
- Matos, S. (1995). *Os expostos da roda de Barcelos, 1783-1835*. Areias de Vilar, Barcelos: Associação Cultural e Recreativa de Areias de Vilar.
- Mattoso, J. (2015). *Identificação de um País: Oposição: Composição - Ensaio sobre as origens de Portugal (1096-1325)* (5ª edição). Lisboa: Temas e Debates.
- Miranda, F. A. da S. (1992). *Estudo demográfico de Alvito S. Pedro e anexa: 1567-1989* (dissertação de mestrado). Universidade do Minho, Braga.
- Monteiro, M. T. A. (2000). *Migrantes, emigrantes e «brasileiros» de Fafe, 1834-1926: Territórios, itinerários e trajectórias*. Fafe: Edição do autor.
- Neves, A. A. das. (2001). *Filhos das ervas: A ilegitimidade no Norte de Guimarães (séculos XVI-XVIII)*. Guimarães: Núcleo de Estudos de População e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho.
- Oliveira, P. M. de. (1950). *As paróquias rurais portuguesas: Sua origem e formação*. Lisboa: União Gráfica.
- O'Neil, B. J. (1984). *Proprietários, Lavradores e Jornaleiras: Desigualdade Social numa Aldeia Transmontana 1870-1978* (7ª edição). Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Pina Cabral, J. de. (1989). *Filhos de Adão, filhas de Eva: A visão do mundo camponesa do Alto Minho*. Lisboa: Dom Quixote.
- Pinho, V. (2017). *Dicionário de Barcelenses*. Barcelos: Município de Barcelos.
- Rego, M. A. B. P. do. (2012). *De Santa Maria de Gontinhães a Vila Praia de Âncora (1624-1924). Demografia, Sociedade e Família*. (tese de doutoramento). Universidade do Minho, Braga.

- Rodrigues, T. F. (Ed.). (2009). *História da população portuguesa: Das longas permanências à conquista da modernidade*. Porto: Edições Afrontamento: CEPESE.
- Rowland, R. (1984). Sistemas familiares e padrões demográficos em Portugal: Questões para uma investigação comparada. *Ler História*, 3, 13-32.
- Sá, I. dos G. (1993). Abandono de crianças, ilegitimidade e concepções pré-nupciais em Portugal: Estudos recentes e perspectivas. Em *Expostos e ilegítimos na realidade Ibérica: do século XVI ao presente*: vol. 3. *Actas do III Congresso da Associação Ibérica de Demografia Histórica (ADEH)*, pp. 37-48.
- Santos, C. (1999). *Santiago de Romarigães, comunidade rural do Alto Minho: Sociedade e demografia (1640-1872)*. Guimarães: Instituto de Ciências Sociais – Universidade do Minho/Câmara Municipal de Paredes de Coura.
- Santos, C. (2004). *Biodemografia do concelho da Madalena: Estrutura demográfica e genética de uma população açoriana da ilha do Pico: apêndice genealógico* (tese de doutoramento), Universidade do Minho: Instituto de Ciências Sociais, Braga.
- Santos, C. (2012). As Cidades Portuguesas Na Idade Moderna. População. Em *As cidades na História: População*: vol. I – Discursos. *I Congresso Histórico Internacional*, Guimarães, pp. 205-218.
- Santos, C., e Lopes, B. (2017). Marriage Strategies in Communities of Southern Portugal (17th – 18th Centuries). *Revista de Demografia Histórica*, XXXV(1), 55-91.
- Scott, A. S. V. (1999). *Famílias, formas de união e reprodução social no noroeste português (séculos XVIII e XIX)*. Guimarães: NEPS – Instituto de Ciências Sociais – Universidade do Minho.
- Serrão, J. V. (1970). *A população de Portugal em 1798: O censo de Pina Manique*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português.
- Shorter, E. (1971). Illegitimacy, Sexual Revolution, and Social Change in Modern Europe. *The Journal of Interdisciplinary History*, 2(2), 237-272.
- Silveira, L. N. E. da (Ed.). (2001a). *Os recenseamentos da população portuguesa de 1801 e 1849: Edição crítica*, vol. 1. Lisboa: Instituto nacional de estatística.
- Silveira, L. N. E. da (Ed.). (2001b). *Os recenseamentos da população portuguesa de 1801 e 1849: Edição crítica*, vol. 3. Lisboa: Instituto nacional de estatística.
- Solé, M. G. P. S. (2001). *Meadela, comunidade rural do Alto Minho: Sociedade e demografia: (1593-1850)*. Guimarães: Núcleo de Estudos de População e Sociedade, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho.
- Tapinos, G. (1985). *Eléments de démographie: analyse, déterminants socio-économiques et histoire des populations*. Paris: Armand Colin.
- Wrigley, E. A. (1990). *Historia y población: Introducción a la demografía histórica*. Barcelona: Editorial Crítica.

12. Anexos

12.1. Anexo 1

Idade média ao 1º casamento (análise longitudinal por decénios)

Períodos	Homens		Mulheres	
	N	Idade média	N	Idade média
1660-1671	6	29,64	13	33,33
1672-1681	4	24,54	15	31,80
1682-1691	2	25,30	8	28,71
1692-1701	2	31,10	14	29,07
1702-1711	11	25,07	23	29,81
1712-1721	5	29,74	16	31,57
1722-1731	11	25,60	15	26,56
1732-1741	8	23,72	14	23,03
1742-1751	6	25,50	14	29,47
1752-1761	9	26,78	14	27,25
1762-1771	8	28,87	23	27,72
1772-1781	5	27,37	14	25,56
1782-1791	5	35,86	19	27,11
1792-1801	9	32,69	21	28,11
1802-1811	12	27,51	24	28,34
1812-1821	16	28,78	15	28,08
1822-1831	14	27,27	28	29,59
1832-1841	13	26,82	31	26,66
1842-1851	20	31,68	15	28,98
1852-1861	15	27,60	19	25,60

Fonte: ADB – Registos Paroquiais.

12.2. Anexo 2

Idade média ao 1º casamento (análise transversal por decénios)

Períodos	Homens		Mulheres	
	N	Idade média	N	Idade Média
1711-1721	17	25,31	18	32,16
1722-1731	16	25,30	16	28,87
1732-1741	18	23,89	17	28,30
1742-1751	30	27,98	30	29,43
1752-1761	24	24,83	25	28,87
1762-1771	13	23,92	14	25,30
1772-1781	13	24,23	14	26,84
1782-1791	25	29,31	25	28,04
1792-1801	27	27,15	27	25,36
1802-1811	22	30,92	22	28,29
1812-1821	22	28,36	24	25,81
1822-1831	33	28,81	34	26,55
1832-1841	36	29,78	36	30,52
1842-1851	26	27,49	27	26,53
1852-1861	29	29,50	30	26,19
1862-1871	38	34,22	41	31,65
1872-1881	31	28,32	30	26,95
1882-1891	25	26,76	27	25,29
1892-1901	38	27,34	40	26,62
1902-1911	35	28,30	35	25,49

Fonte: ADB – Registos paroquiais de Carvalhal; APC – Livro Misto (1911).

12.3. Anexo 3

Intervalos protogenésicos inferiores a 8 meses

Períodos	Total de intervalos	Intervalo <8 meses			Intervalos <= 3 meses	
	N	N	%	Duração média	N	%
1660-1711	53	8	13,3	6,0	4	50,0
1712-1761	52	7	11,7	6,5	5	71,4
1762-1811	62	10	14,9	6,2	5	50,0
1812-1861	95	14	14,6	5,4	5	35,7
1862-1911	106	16	14,5	5,1	8	50,0

Fonte: ADB – Registos paroquiais de Carvalhal; APC – Livro Misto (1911).

12.4. Anexo 4

Filiação Natural

Períodos	Nascimentos (N)	Ilegítimos (N)	%
1660-1699	301	20	6,6
1700-1749	411	33	7,9
1750-1799	494	50	9,9
1800-1849	599	31	5,1
1850-1911	1115	83	7,3

Fonte: Fonte: ADB – Registos paroquiais de Carvalhal; APC – Livro Misto (1911).

12.5. Anexo 5

Evolução da percentagem de expostos

Períodos	Expostos (N)	%	% (ileg.+exp.)	Nascimentos (N)
1660-1699	2	0,7	7,3	303
1700-1749	6	1,4	9,4	417
1750-1799	5	1,0	10,9	503
1800-1849	9	1,5	6,6	604
1850-1911	7	0,6	8,0	1131

Fonte: Fonte: ADB – Registos paroquiais de Carvalhal; APC – Livro Misto (1911).